



**UNIVERSIDADE DO MINDELO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS**

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**SEGURANÇA INTERNA EM CABO VERDE – ESTUDO DE  
CASO DA CRIMINALIDADE EM SÃO VICENTE**

**ALBERTINO ROBERTO DA CRUZ**

**Mindelo, 2017**





**Universidade Do Mindelo**

**Departamento De Ciência Humanas, Jurídicas E Sociais**

**Curso De Licenciatura Em Ciência Política E Relações Internacionais**

**Segurança Interna em Cabo Verde - Estudo De Caso  
da Criminalidade em São Vicente**

**Autor: Albertino Roberto Da Cruz**

**Orientador: Mestre Isidoro Costa**

**Mindelo, 2017**

**Autor:** Albertino Roberto da Cruz

**Título:** Segurança Interna em Cabo Verde - Estudo De Caso  
da Criminalidade em São Vicente

**Declaração de Originalidade**

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

**O Candidato,**

Albertino Roberto da Cruz

Mindelo, 4 de dezembro de 2017

"Trabalho apresentado à  
Universidade do Mindelo como  
parte dos requisitos para a  
obtenção do grau de licenciatura  
em Ciência Política e Relações  
Internacionais".

## ABREVIATURAS

AJ- Autoridade Judiciária.

BAC-Brigada Anticrime.

BIC- Brigadas de Investigação Criminal.

CI- Corpo de Intervenção.

CRCV- Constituição da República de Cabo Verde.

CRP- Constituição da República de Portugal.

DLG's - Direitos Liberdades e Garantias.

EUA – Estados Unidos de América.

FA- Forças Armadas.

FARP - Forças Armadas Revolucionárias do Povo,

GAM- Grupo de Atiradores em Moto.

GF- Guarda Fiscal.

GAT- Grupo de Ação Tática.

IARA – Identificação, Análise, Resposta e Avaliação.

ICIEG – Instituto Caboverdiano para Igualdade e Equidade de Género.

LOPN- Lei Orgânica da Policia Nacional.

LSI- Lei da Segurança Interna.

MAI- Ministério da Administração Interna.

ONG's- Organizações Não Governamentais.

PESI- Plano Estratégico de Segurança Interna.

PEST- Políticos, Económicos, Sociais e Tecnológico.

PF- Policia Florestal.

PJ-Policia Judiciaria.

PM- Policia Marítima.

PN – Policia Nacional.

POP-Policia de Ordem Pública.

PSP- Policia de Segurança Publica.

PSS-Programas de Segurança Solidaria.

Rede Sol – Rede de atendimento às vítimas de Violência Baseada no Género.

SIR- Serviço de Informações da República.

SNPC- Sistema Nacional de Proteção Civil.

SSN- Sistema de Segurança Nacional.

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação.

SWOT- Pontos Fortes, Pontos Fracos, Ameaças e Oportunidade

## RESUMO

Numa sociedade em que se exerce democracia plena, a segurança pública garante a proteção dos direitos individuais e assegura o pleno exercício da cidadania. Neste sentido, a segurança não se contrapõe à liberdade, pelo contrário, é condição para o seu exercício, fazendo parte de uma das inúmeras e complexas vias por onde trafega a qualidade de vida dos cidadãos.

Como o próprio nome indica, às forças de segurança cabe a missão de garantir, em nome do Estado, a ordem e a tranquilidade públicas, buscando aprimorar-se a cada dia e atingir níveis que alcancem a expectativa da sociedade como um todo, reduzindo os índices de criminalidade a níveis social e comunitariamente tolerados. Este desiderato de segurança e ordem públicas, não pode, de forma alguma, colidir com o respeito e a defesa dos direitos fundamentais do cidadão. Sob esta óptica, compete ao Estado garantir a segurança de pessoas e bens na totalidade do território Cabo-verdiano, a defesa dos interesses nacionais, o respeito pelas leis e a manutenção da paz e ordem pública.

O desenvolvimento do país trouxe consigo também um aumento no índice de violência e crimes, e a ilha de São Vicente não foge à regra. Nos últimos anos, tem verificado um incremento da criminalidade que, não obstante estar dentro, no essencial, da denominada pequena criminalidade, acarreta a percepção generalizada de insegurança com reflexos em todos os domínios da sociedade. Há uma sensação de intranquilidade pública que traz consequências económicas e sociais significativas.

O trabalho ora apresentado pode, ainda que de forma modesta, representar um contributo para a compreensão dos fenómenos criminais em Cabo Verde, em particular em São Vicente, trazer contributos para a compreensão dos fatores criminogénicos.

Os resultados dos dados recolhidos através dos inquéritos e entrevistas vão no sentido de demonstrar a existência de violência por parte dos delinquentes aos moradores da zona Sul da Ilha de São Vicente, bem como mostrar o perfil de crimes que os moradores sofreram ou presenciaram.

**Palavras-chaves:** Segurança pública, Insegurança no Sul da Cidade do Mindelo,

## ABSTRACT

In a society in which full democracy is exercised, public security guarantees the protection of individual rights and ensures the full exercise of citizenship. In this sense, security is not opposed to freedom and is a condition for its exercise, being part of one of the numerous and complex routes through which traffics the quality of life of citizens.

As the name implies, security forces have the task of guaranteeing, on behalf of the State, public order and tranquility, seeking to improve every day and achieve levels that reach the expectations of society as a whole, reducing the levels of crime at socially and community-tolerated levels. This aim of public order and security cannot in any way conflict with respect for and defense of the fundamental rights of the citizen. From this perspective, it is the responsibility of the State to guarantee the security of persons and belongings throughout the Cape Verdean territory, the defense of national interests, respect for the laws and maintenance of peace and public order.

The development of the country also brought with it an increase in the rate of violence and crimes, and the island of São Vicente is no exception to this rule. In the last few years, there has been an increase in crime, which, despite essentially being part of the so-called small criminality, entails a general perception of insecurity with repercussions in all areas of society. There is a sense of public unrest that brings significant economic and social consequences.

The work presented can, although modestly, contribute to the understanding of criminal phenomena in Cape Verde, particularly in São Vicente, to contribute to the understanding of the criminogenic factors.

The results of the data collected through the surveys and interviews are aimed at demonstrating the existence of violence on the part of the delinquents to the residents of the south of the Island of São Vicente, as well as showing the profile of crimes that the residents suffered or witnessed.

**Keywords:** Public security, Insecurity in the South of Mindelo City,



## DEDICATORIA

À minha mãe, Arcângela Maria da Cruz.  
À ti Nanda, por todo o amor e carinho que me transmitiste até hoje.

## AGRADECIMENTOS

Devo expressar o meu sincero reconhecimento pelo apoio que me foi prestado por diversas pessoas e que sem o qual a elaboração deste trabalho não teria sido possível.

Em primeiro lugar quero agradecer o meu orientador Professor Dr. Isidoro Costa, pelos conhecimentos e experiência que nos transmitiu, e pelo interesse que colocou nesta orientação.

Aos entrevistados, pela sua disponibilidade e boa vontade em contribuírem com os seus conhecimentos para a efetivação deste trabalho.

Aos meus colegas de curso, em especial àqueles que mais incentivo e apoio me prestaram para que pudesse continuar, nomeadamente os alunos: Lavinio Conceição, Ailine Pires, Eder Duarte, Sammy Graça e Doriane Oliveira.

Vai um agradecimento especial ao Dr. Graciano Nascimento e Dra. Risanda Soares, pelo incentivo, ajuda e amizade.

A todos os que de alguma forma contribuíram para que estes anos valessem a pena, os nossos agradecimentos.

Aos professores e a todos aqueles que contribuíram com seus ensinamentos para o processo de construção de conhecimento, vão as minhas palavras de agradecimento.

**A todos, os meus mais sinceros agradecimentos.**

## ÍNDICE GERAL

|  |      |
|--|------|
| ABREVIATURAS.....  | V    |
| RESUMO.....  | VII  |
| ABSTRACT.....  | VIII |
| DEDICATORIA .....  | IX   |
| AGRADECIMENTOS .....   | X    |
| ÍNDICE DE GRÁFICOS.....  | XIII |
| ÍNDICE DE TABELAS.....   | XV   |
| INTRODUÇÃO .....   | 1    |
| METODOLOGIA .....  | 5    |
| CAPÍTULO I: – O ESTADO E A SEGURANÇA.....                                    | 8    |
| 1.1- Introdução Capitular.....   | 8    |
| 1.2- Segurança uma Função Basilar do Estado. ....                            | 10   |
| 1.3- Segurança num Estado de Direito Democrático .....                       | 12   |
| 1.4- Segurança Interna, Defesa Nacional e a Segurança Nacional.....          | 14   |
| 1.4.1- Políticas de Segurança Publica e Políticas Públicas de Segurança..... | 16   |
| 1.4.2- A Função de Polícia versus Segurança e Ordem Pública .....            | 17   |
| 1.4.3- Polícia na Constituição .....   | 18   |
| 1.4.4- Configurações de Poder de Polícia .....                               | 20   |
| CAPÍTULO II: O SISTEMA DE SEGURANÇA DE CABO VERDE .....                      | 23   |
| 2.1- Introdução Capitular .....  | 23   |
| 2.2- As várias Remodelações na Polícia de Cabo Verde até Atualidade .....    | 23   |
| 2.3- Organização, Estrutura e Funcionamento da Polícia Nacional.....         | 25   |
| 2.3.1- Estrutura Organizacional e Matriz Orgânica da Polícia Nacional .....  | 25   |
| 2.3.2- Estrutura da Direção Nacional .....                                   | 25   |
| 2.3.3- Dispositivo Territorial.....  | 26   |
| 2.3.4- Competências E Atribuições da Polícia Nacional .....                  | 26   |
| 2.3.5- Programas, Projetos e Serviços Prestados pela Polícia Nacional .....  | 27   |
| 2.3.6- Tipos de Crimes .....   | 28   |
| 2.3.7- A Polícia Nacional na Prevenção e Combate ao Crime.....               | 28   |

|  |     |
|--|-----|
| 2.4- Os Tipos de Policiamento .....  | 30  |
| 2.5- O Sistema de Segurança Nacional de Cabo Verde .....   | 32  |
| 2.5.1- Conselho de Segurança Nacional .....  | 33  |
| CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS DADOS .....  | 34  |
| 3.1- Análise do Conteúdo das Entrevistas.....  | 34  |
| 3.2 Análise e Interpretação dos Dados Obtidos através do Questionário .....  | 40  |
| 3.2.1 Dados Pessoais .....   | 40  |
| 3.2.2. Crimes Sofridos.....  | 43  |
| 3.2.3- Crimes Presenciados .....   | 57  |
| 3.2.4 Dados gerais .....   | 68  |
| CONCLUSÃO .....  | 72  |
| RECOMENDAÇÕES .....  | 75  |
| BIBLIOGRAFIA .....   | 76  |
| ANEXOS .....   | 81  |
| Anexo 1 - Estrutura Orgânica da Polícia Nacional de Cabo Verde (Fonte própria, ..... com base na Orgânica da PN) ..... | 81  |
| Anexo 1.1-Legenda (estrutura orgânica da PN).....  | 82  |
| Anexo 2-Estrutura Orgânica do Comando Regional de São Vicente .....  | 83  |
| Anexo 3- Questionário .....  | 84  |
| Anexo 4- Guião de Entrevista .....   | 90  |
| Anexo 5- Entrevistas .....   | 92  |
| Anexo 6- Tabelas .....   | 121 |

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1-Evolução da criminalidade na ilha de São Vicente 2010-2016.....          | 29 |
| Gráfico 2-Sexo/ Idade .....  | 40 |
| Gráfico 3-Estado Civil.....  | 41 |
| Gráfico 4-Atividade profissional .....   | 41 |
| Gráfico 5-Rendimento mensal .....  | 42 |
| Gráfico 6-Sexo/ Foi vítima de algum crime .....                                    | 43 |
| Gráfico 7-Foi vítima de algum crime/ tipo de crime .....                           | 44 |
| Gráfico 8- Tipo de crime sofrido/ Quantidade de agressores .....                   | 44 |
| Gráfico 9-Tipo de crime sofrido/ Houve violência.....                              | 45 |
| Gráfico 10-Tipo de crime sofrido/ Conhecia o(s) agressor(es) .....                 | 46 |
| Gráfico 11-Tipo de crime sofrido/ Relação com o(s) agressor(es).....               | 47 |
| Gráfico 12-Fatores que contribuíram para o ocorrido .....                          | 48 |
| Gráfico 13-Tipo de policiamento.....   | 49 |
| Gráfico 14-Tipo de crime sofrido/ Locomoção utilizada pelo(s) agressor(es) .....   | 49 |
| Gráfico 15-Tipo de crime sofrido/ Arma utilizada .....                             | 50 |
| Gráfico 16-Tipo de crime sofrido/ Dia de semana.....                               | 51 |
| Gráfico 17-Tipo de crime sofrido/ Horário.....                                     | 52 |
| Gráfico 18-Tipo de crime sofrido/ Pediu auxílio policial.....                      | 53 |
| Gráfico 19-Tipo de crime sofrido/ Onde pediu auxílio .....                         | 54 |
| Gráfico 20-Tipo de crime sofrido/ Denunciou o caso as autoridades policiais .....  | 54 |
| Gráfico 21-Tipo de crime sofrido/ Onde que a denúncia foi realizada.....           | 55 |
| Gráfico 22- Tipo de crime sofrido/ porque não denunciou o caso as autoridades..... | 56 |
| Gráfico 23-Presenciou algum crime/ Tipo de crime presenciado.....                  | 57 |
| Gráfico 24-Tipo de crime presenciado/ Quantidade de agressores .....               | 57 |
| Gráfico 25-Tipo de crime presenciado/ Houve violência .....                        | 58 |
| Gráfico 26-Tipo de crime presenciado/ Conhecia o(s) agressor(es).....              | 59 |

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 27-Tipo de crime presenciado/ Relação com o(s) agressor(es) .....                       | 60 |
| Gráfico 28-Fatores que contribuíram para o ocorrido .....                                       | 60 |
| Gráfico 29-Tipo de policiamento.....  | 61 |
| Gráfico 30-Tipo de crime presenciado/ Tipo de locomoção utilizado pelo(s) agressor(es)<br>..... | 61 |
| Gráfico 31-Tipo de crime presenciado/ Tipo de arma utilizada .....                              | 62 |
| Gráfico 32-Tipo de crime presenciado/ Dia da semana.....  | 63 |
| Gráfico 33-Tipo de crime presenciado/ Horário .....   | 64 |
| Gráfico 34-Tipo de crime presenciado/ Pediu auxílio policial .....                              | 65 |
| Gráfico 35-Tipo de crime presenciado/ Onde pediu auxílio policial.....                          | 65 |
| Gráfico 36-Tipo de crime presenciado/ Denunciou o caso as autoridades policiais .....           | 66 |
| Gráfico 37-Tipo de crime presenciado/Onde denunciou o caso .....                                | 67 |
| Gráfico 38-Tipo de crime presenciado/ Por que motivo não denunciou o caso .....                 | 67 |
| Gráfico 39-Atuação da polícia no Bairro de residência comparado com os anos anteriores<br>..... | 68 |
| Gráfico 40-Como considera o atendimento da Policia Nacional.....                                | 69 |
| Gráfico 41-Como considera o atendimento da Policia Judiciaria.....                              | 70 |
| Gráfico 42-Fatores que influência a criminalidade/ nível de influência.....                     | 70 |

## ÍNDICE DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 1-Evolução da criminalidade na ilha de São Vicente 2010-2016 .....          | 121 |
| Tabela 2-Sexo / Idade .....  | 121 |
| Tabela 3-Estado civil .....  | 121 |
| Tabela 4-Atividade profissional.....   | 122 |
| Tabela 5-Rendimento mensal .....   | 122 |
| Tabela 6-Sexo/ Foi vítima de algum crime.....                                      | 123 |
| Tabela 7-Foi vítima de algum crime / Tipo de crime sofrido .....                   | 124 |
| Tabela 8-Tipo de crime sofrido / Quantidade de agressores.....                     | 124 |
| Tabela 9-Tipo de crime sofrido / Houve violência .....                             | 125 |
| Tabela 10-Tipo de crime sofrido / Conhecia o (s) agressor(es).....                 | 125 |
| Tabela 11-Tipo de crime sofrido / Qual a sua relação com o agressor.....           | 125 |
| Tabela 12-Factores que contribuíram para o ocorrido .....                          | 126 |
| Tabela 13-Tipo de policiamento .....   | 127 |
| Tabela 14-Tipo de crime sofrido / Locomoção utilizado pelo (s) agressor (es) ..... | 127 |
| Tabela 15-Tipo de crime sofrido / Arma utilizada.....                              | 127 |
| Tabela 16-Tipo de crime sofrido / Dia de semana .....                              | 128 |
| Tabela 17-Tipo de crime sofrido / Horário .....                                    | 129 |
| Tabela 18-Tipo de crime sofrido / Pediu auxílio policial .....                     | 129 |
| Tabela 19-Tipo de crime sofrido / Onde pediu o auxílio.....                        | 130 |
| Tabela 20-Tipo de crime sofrido / Denunciou o caso as autoridades policiais .....  | 130 |
| Tabela 21-Tipo de crime sofrido / Onde que a denúncia foi realizada.....           | 131 |
| Tabela 22-Tipo de crime sofrido / Porque não denunciou o caso.....                 | 131 |
| Tabela 23-Presenciou algum crime / Tipo de crime presenciado .....                 | 132 |
| Tabela 24-Tipo de crime presenciado / Quantidade de agressores.....                | 132 |
| Tabela 25-Tipo de crime presenciado / Houve violência .....                        | 133 |

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 26-Tipo de crime presenciado / Conhecia o(s) acusado(s) .....                        | 133 |
| Tabela 27-Tipo de crime presenciado / Qual é a sua relação com o (s) acusado (s) .....      | 134 |
| Tabela 28-Fatores você acha que contribuíram para o ocorrido .....                          | 135 |
| Tabela 29-Tipos de policiamento.....  | 135 |
| Tabela 30-Tipo de crime presenciado / Tipo de locomoção utilizado pelo agressor.....        | 135 |
| Tabela 31-Tipo de crime presenciado / Tipo de arma utilizada.....                           | 136 |
| Tabela 32-Tipo de crime presenciado / Dia de semana .....                                   | 136 |
| Tabela 33-Tipo de crime presenciado / Horário .....   | 137 |
| Tabela 34-Tipo de crime presenciado / Pediu auxílio policial .....                          | 138 |
| Tabela 35-Tipo de crime presenciado / Onde pediu o auxílio .....                            | 138 |
| Tabela 36-Tipo de crime presenciado / Denunciou o caso às autoridades policiais.....        | 138 |
| Tabela 37-Tipo de crime presenciado / Onde é que a denúncia foi realizada .....             | 139 |
| Tabela 38-Tipo de crime presenciado / Por que motivo não denunciou o caso .....             | 140 |
| Tabela 39-Atuação da polícia no bairro de residência comparada com os anos anteriores ..... | 140 |
| Tabela 40-Como você considera o atendimento da polícia nacional.....                        | 140 |
| Tabela 41-Como você considera o atendimento da Polícia Judiciária .....                     | 141 |
| Tabela 42-Fatores que influenciam a criminalidade/ nível de influência .....                | 142 |



## INTRODUÇÃO

Várias doutrinas sociopolíticas consideram que as sociedades são entidades conflituais, formadas por micro-unidades individuais, em que cada um é movido por interesses egoístas. Assim, num hipotético estado inicial, ou estado da natureza, e na ausência de uma autoridade suprema, os indivíduos viviam num estado de permanente conflito e a força física era determinante no estabelecimento da “ordem”. Essa desordem inicial mostrou-se incompatível com a vida em sociedade, pelo que a solução encontrada foi a organização em sociedade e a instituição do Estado. Esta nova entidade que seria a expressão da vontade da coletividade, teria o monopólio da ordem, da lei e da justiça e, em última instância, da violência para fazer valer as suas prerrogativas. Neste sentido, ao Estado cabe garantir a segurança e a protecção dos cidadãos, em todo o território sob o seu domínio.

É neste âmbito que se insere a problemática da soberania dos estados, no interior das suas fronteiras, particularmente se tivermos em conta a formatação do moderno conceito de Estado, a partir de Vestefália. O estado moderno passa a ser uma entidade independente das suas congéneres e ao mesmo tempo gozando de iguais prerrogativas. Sendo assim, o Estado deveria dotar-se de forças armadas para garantir a soberania no interior das suas fronteiras, evitando assim a ingerência nas suas fronteiras. Mas a prerrogativas do estado não só em relação ao inimigo exterior, é também em relação à tentação interna de desafiar a sua autoridade e o seu poder. Neste sentido, além das forças responsáveis pela manutenção da segurança em relação ao exterior, os estados criaram igualmente forças da ordem interna, incumbida de garantir a ordem no interior da coletividade.

O presente trabalho intitulado “Segurança interna em Cabo Verde: Estudo de caso da criminalidade na Ilha de São Vicente”, pretende analisar a problemática da segurança na ilha de São Vicente, com particular ênfase nas zonas acima referenciadas, com o intuito de compreender o fenómeno da criminalidade e recolher subsídio que possam ser úteis

aos decisores. Com efeito, em resultado de fenómenos sociais complexos, próprios de uma sociedade em rápida transformação, a ilha de São Vicente, como aliás os restantes principais centros urbanos de Cabo Verde, tem-se constatado um aumento da violência urbana, designadamente juvenil. Estas transformações são o reflexo de uma série de factores, entre os quais, aumento da população devido aos movimentos migratórios, o desemprego galopante e um fraco investimento em equipamentos urbanos que não acompanhou o rápido crescimento demográfico. A emergência ou a intensificação de fenómenos de violência urbana, relacionadas, designadamente com a delinquência juvenil, a prostituição, o uso e o tráfico de drogas e outras formas de desvios conexos, parecem resultar de mudanças sociais rápidas e não acompanhadas de políticas sociais condizentes.

A investigação será orientada pela seguinte pergunta de partida “o sentimento de insegurança dos moradores do Sul da Cidade do Mindelo em São Vicente, resulta de uma mera percepção ou encontra adesão à realidade”?

O estudo tem com objetivo geral caracterizar as zonas em estudo do ponto de vista do binómio segurança/insegurança e avaliar se o sentimento generalizado de insegurança, por parte das populações, encontra respaldo no índice de criminalidade efectivamente constada.

Para atingir este objetivo de carácter genérico, pretendemos:

Fazer um levantamento e tipificação dos crimes sofridos/presenciados nos bairros;

Traçar o perfil dos indivíduos considerados responsáveis pelo clima de insegurança nas zonas;

Avaliar a percepção dos habitantes das zonas relativamente à segurança/insegurança;

Confrontar a percepção com os números da criminalidade e o grau de gravidade dos crimes cometidos.

Além dos objetivos gerais e específicos, consideramos também um conjunto de hipóteses que, julgamos, ajudam a moldar o percurso da investigação. Assim, partimos das seguintes hipóteses:

- Os principais atos cometidos pelos indivíduos nas zonas prendem-se com a chamada pequena criminalidade.
- Os indivíduos que cometem esses ilícitos são, na sua maioria, jovens, desempregados e oriundos de meios, familiares, comunitários e sociais desestruturados.
- Os crimes cometidos enquadram-se, genericamente, na chamada pequena criminalidade, mas, ao mesmo tempo, têm fortes implicações na vida sociocomunitária dos moradores, o que explica e justifica a percepção generalizada de insegurança.

Justificativa:

Em resultado de fenómenos sociais complexos, próprios de uma sociedade em rápida transformação como São Vicente que tem tido um aumento da população quer pelos movimentos migratórios de indivíduos que estão a procurar esta Urbe com objetivo de investir, procurar trabalho e também para continuarem os estudos, verifica-se, neste momento, a emergência ou a intensificação de fenómenos de violência urbana, relacionados, designadamente com a delinquência juvenil, a prostituição, drogas e outras formas de desvios conexos.

A motivação para levar a cabo o presente trabalho prende-se com o facto de pertencer as forças de segurança e estar em condições de desenvolver um trabalho com toda a neutralidade e imparcialidade e, ao mesmo tempo, considero estar munido de

ferramentas teóricas e práticas para levar o trabalho a bom termo. O acesso a determinadas fontes, o domínio de determinados conceitos e terminologia, o domínio de determinadas estratégias de atuação policial, aliados aos conhecimentos teórico-conceituais representam uma vantagem quanto aos resultados da investigação.

O presente trabalho encontra-se dividida em quatro capítulos, sendo o primeiro referente a revisão bibliográfica, com o objetivo de explorar os conceitos de segurança como uma função basilar do Estado, Segurança num Estado de direito Democrático, Segurança Interna, Defesa Nacional e a Segurança Nacional. O segundo capítulo aborda-se o Sistema de Segurança de Cabo Verde, as varias remodelações na Policia de Cabo Verde, Organização, estrutura e funcionamento da Policia Nacional, os tipos de policiamento, o Sistema de segurança Nacional de Cabo Verde. O terceiro e último capítulo prossegue-se a análise de dados resultantes dos inquéritos aplicados em alguns Bairros da ilha de São Vicente, conforme definido na metodologia.

## METODOLOGIA

De acordo com a temática em estudo, optou-se numa primeira fase, por apresentar os principais conceitos relacionados com a matéria procurando, enquadrá-los na realidade cabo-verdiana. Seguidamente, falou-se sobre o sistema de segurança, polícia nacional e o seu papel. Serviu-se para o efeito, de fontes bibliográficas, com o objetivo de apresentar os conceitos dos vários elementos que compõem o tema em análise, através de livros, artigos, documentos diversos, trabalhos e estudos já publicados e sites da internet.

Para a confrontação e validação das hipóteses de investigação, seguiu-se uma abordagem quantitativa, ainda que nós tenhamos recorrido ao método das entrevistas semidirectas, à cinco entrevista como alguma profundidade, sendo três profissionais na área de segurança interna que exercem funções de direção e chefia e dois civis, um sociólogo e um Frei da Congregação Religiosa os Capuchinhos. Para que se reproduzisse com exatidão e sem distorção as respostas dos entrevistados, foi pedida autorização prévia aos sujeitos para gravar, garantindo-se a confidencialidade e o anonimato das informações, tal como os autores defendem. O pedido foi aceite por todos os entrevistados. O objetivo é confrontar os pontos de vistas dos entrevistados com as conclusões dos inquéritos para uma melhor apreciação das nossas conclusões.

Relativamente ao decorrer das entrevistas, embora houvesse um guião (ver anexo 4) seguimo-lo consoante a entrevista decorria, pois o processo de entrevista semidirecta requer flexibilidade, o que significa “responder à situação imediata (...) e não a um conjunto de procedimentos ou estereótipos predeterminados”, fazendo com que se deixe os sujeitos “estarem à vontade e falarem livremente sobre os seus pontos de vista (...) produzindo uma riqueza de dados, recheados de palavras que revelam as perspetivas dos respondentes” (Bogdan *et* Biklen, 1994, *cit. in* Costa, 2012).

Também optou-se por seguir o método quantitativo com aplicação de um questionário composto por perguntas abertas e fechadas aplicadas as população da zona sul da Cidade do Mindelo, ilha de São Vicente.

Para Bolfarine et Bussab, 2005 (*cit. in* Gertrudes, 2013), os principais métodos utilizados em amostragem são as amostras aleatórias: simples, estratificada, sistemática e por conglomerado. Sendo que nesta monografia o procedimento de amostragem utilizado foi Amostra Aleatória Simples, que é considerado o método mais simples e mais importante para a seleção de uma amostra.

Em um processo de pesquisa podem ocorrer os erros amostrais e os erros não amostrais. O erro amostral é a diferença entre o resultado amostral e o verdadeiro resultado da população; tais erros resultam das flutuações amostrais devidas ao acaso, podendo desaparecer com o crescimento do tamanho da amostra. O erro não amostral é resultante da inadequação dos processos de mensuração, entrevistas, codificações, etc. Estes permanecem mesmo em censos populacionais (Bolfarine et Bussab 2005, *cit. in* Gertrudes, 2013). Para a aplicação do questionário, tomou-se como população (N) o eleitorado da ilha de São Vicente, ou seja, os residentes recenseados nos Bairros em estudo. Feitos os cálculos, no Bairro de Monte Sossego foi aplicado 121 questionários, Fernando Pó e Horta Seca 35 e Ribeira de Craquinha 37, respetivamente. Esta pesquisa tem um nível de confiança de 95%, o erro amostral considerado foi da ordem de 7%, fixado antes da coleta dos dados, visto que em pesquisas envolvendo a área de segurança pública o erro amostral máximo sugerido por Bolfarine et Bussab, 2005 (*cit. in* Gertrudes 2013) é de 10%.

O tamanho da amostra utilizada nesta pesquisa foi de 9.743 eleitores, extraída das listas das mesas de Recenseamento eleitoral da ilha de S. Vicente, dos residentes recenseados no ano de 2016, dos Bairros de Monte Sossego, com 6.149 inscritos e o peso de 63% da amostra, Fernando Pó e Horta Seca com 1.774 inscritos, com o peso de 18% na amostra, e Ribeira de Craquinha, com 1.820 inscritos e peso de 19% na amostra, A amostra

optada foi do tipo aleatória, constituída por 193 eleitores das localidades em estudo, divididos por faixa etária, em 2 quotas: de 18 a 45 anos e maior que 45 anos, não tendo optado pela divisão equitativa da amostra pelo sexo (feminino e masculino).

O tratamento e análise dos dados foi efetuado com suporte do programa SPSS.

## CAPÍTULO I: – O ESTADO E A SEGURANÇA

### 1.1- Introdução Capitular

Neste capítulo intitulado o Estado e a Segurança pretendemos estudar o conceito segurança tendo em conta a sua dimensão interna (segurança interna) e externa (defesa nacional), no sentido de perceber como devem ser tratadas as questões de segurança, por forma a apurar em que quadro cada instituição responsável pela segurança deve atuar.

Segundo Amaral (2003) citando Hobbes, o Estado deveria ser a instituição fundamental para regular as relações humanas, dado o carácter da condição natural que os impele à busca do atendimento de seus desejos de qualquer maneira, a qualquer preço, de forma violenta, egoísta, movida por paixões. Na visão de Hobbes a igualdade entre os homens gera ambição, descontentamento e guerra e que a igualdade seria o factor que contribui para guerra de todos contra todos, por isso, via no Estado o soberano onde vai concentrar uma série de direitos (que não podem ser divididos) para poder deter o controlo da sociedade, em nome da paz, da segurança e da ordem social, bem como para defender a todos de inimigos externos<sup>1</sup>.

Como refere Amaral (2003), citando Bodin, ” *o Estado é um governo recto, isto é, um poder político que deve ser subordinado à moral, à justiça e ao direito natural, mas um domínio exercido sobre os homens livres e que, portanto, se contrapõe à noção de tirania e de governo tirânico*”.

Ainda definiu o conceito de soberania em três elementos: primeiro como sendo um poder, com a faculdade de impor aos outros um comando a que eles ficam a dever a obediência; segundo a soberania, um poder perpétuo que não poder ser limitado no tempo; terceiro a soberania é um poder absoluto que não esta sujeito a condições ou encargos postos por outrem, que não recebe ordens ou instruções de ninguém, que o

---

<sup>1</sup> <http://www.brasilecola.com/sociologia/o-papel-estado-segundo-thomas-hobbes.htm>



Estado é suprema na ordem interna e independente na ordem internacional, o que significa que o Estado-nação não depende de nenhum poder supranacional.

De acordo com Amaral (1997), citando Locke, o Estado é a única entidade terrena (de natureza não divina) que possui o direito de vida e morte sobre os homens no que se aproxima um pouco de Hobbes sem, contudo, se identificar com ele.

Para Locke passa-se do estado da natureza para o estado da sociedade, em que já existe poder político, através de um contrato entre os homens, pacto social feito com consentimento de todos para atribuir a alguns o poder de governar a comunidade.

Locke difere de Hobbes na medida em que não considera o estado de natureza nem negativo nem positivo, antes fosse aquilo que cada homem desejar que seja: *“os homens nascem livres e iguais, assim como exercerem a sua liberdade e se comportarem uns perante os outros, assim o estado de natureza será melhor ou pior”*. (Amaral, 1997).

O Estado entendido na sua aceção integral, ou seja, nos seus três poderes e os três níveis em que faz presente. O dever é o de proteger a sociedade do risco direto a que está exposto e, essa proteção engloba a atuação policial na prevenção e repressão à violência e à criminalidade e perpassa pelas atividades do Ministério Público e da Justiça. A esse conjunto deveres do Estado soma-se a garantia dos direitos civis, as leis e as políticas públicas voltadas para resolução de riscos e situações conflituosas no ambiente social (Ramos *et* Araújo, 2013).

A segurança é um conceito amplo e multifacetado, podendo comportar díspares perspectivas. Pode significar um estado social, ou seja, a segurança por oposição à insegurança, pode consistir na ação de manter a segurança, pode significar ainda um direito ou bem público. A segurança enquanto estado social foi uma matéria que preocupou, desde sempre, as sociedades e respetivos regimes políticos, ocupando um

lugar central nos palanques de discussão pública, não é por nada que a segurança é um dos fins do Estado, a par da Justiça e do bem-estar dos cidadãos.

## **1.2- Segurança uma Função Basilar do Estado.**

Podemos definir o Estado como sendo uma instituição detentora de soberania ou como uma organização de cidadãos possuidores de direitos, liberdade e garantias (denominados de Nação ou Povo) e reunidos num dado território, tendo como fins primordiais a segurança, o bem-estar e a justiça. Ou seja, “o Estado é a forma de organização máxima de cidadãos livres e responsáveis, titulares de direitos e garantias fundamentais, unidos por um projeto comum de vida” (Dias, 1998 *cit.* in Silva, 2014).

A segurança verte-se numa das incumbências primordiais do Estado, traduzido num dever de proteção por parte do Estado face à violação dos direitos e bens dos cidadãos. No fundo a segurança é a manutenção de um conjunto de condições destinadas a garantir a proteção do próprio Estado e da coletividade por forma a reinar o bem-estar comum. Esta função é assegurada, essencialmente, através do poder de polícia.

Mais do que dever de protecção do Estado, a segurança concomitantemente com o bem-estar e a justiça compõem os fins do Estado. Mas a segurança detentora de supremacia, pois, sem esta não é possível assegurar o bem-estar e a justiça. Nas palavras de Alves (2010) entende-se a segurança como uma tarefa fundamental do Estado, julgada como uma das aspirações humanas fundamentais.

A segurança enquanto primeira preocupação dos homens, vivendo em comunidade, é fator de coesão e paz social. Retracta o ideal em que cada cidadão tem de sentir-se protegido na sua vida social, por isso, o Estado acuta coercivamente regulando as relações por forma a proteger os “interesses dos cidadãos e do próprio estado” (Andrade, 2010). O Estado através das Forças e Serviços de Segurança protege e garante os direitos dos cidadãos e o normal funcionamento das instituições.

Mas, hoje em dia, os Estados de direito democráticos mais do que proteger os cidadãos aptam as suas respostas de segurança às necessidades dos cidadãos e do próprio Estado, enquanto garante do funcionamento das instituições (Oliveira, 2006).

As Leis basilares dão conta dessa realidade. O art.º 7.º da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV)<sup>2</sup>, ao estabelecer as tarefas do Estado, pressupõe a existência de segurança como algo já adquirido e condição *sine qua non* para a efetivação do primado previsto nesse artigo. Sem a segurança não será possível garantir os direitos fundamentais dos cidadãos e os princípios de Estado de Direito e Democrático. Daí advém também que a segurança pública é dever do Estado de Cabo Verde, como garantidor da ordem pública, do bem-estar coletivo e dos DLG's. Esta tarefa é materializada através da polícia quando se trata de segurança interna conforme CRCV no art.º 244º, n.º 1, al. a) e das Forças Armadas quando se trata de segurança externa (art.º 248.º da CRCV).

Cabe ao Estado como entidade representativa do coletivo, adotar medidas concretas por forma a cumprir o seu dever de segurança e assegurar a inviolabilidade ao direito à liberdade e à segurança (um direito fundamental) previsto no art.º 30.º da CRCV.

Podemos afirmar que a função vital de um Estado de Direito é garantir a segurança do próprio Estado, mas sobretudo garantir os direitos, a liberdade e a segurança de cada indivíduo, purificando todo e qualquer tipo de perigo, independentemente da origem interna ou externa, desde que coloque em causa a democracia, a segurança, a ordem e a tranquilidade pública ou o próprio Estado.

Estamos perante um tema que ao longo dos séculos tem sido, objeto de grandes debates filosóficos e políticos. Porém, após a queda do Muro de Berlim, quando se concluiu que o fim da Guerra Fria não era sinónimo de paz mundial (Rodrigues, 2013), e mais tarde com os atentados do 11 de setembro que despoletaram uma campanha mundial na luta

---

<sup>2</sup> Aprovado pela lei constitucional nº 1/VII/2010

contra o terrorismo, o desenvolvimento de teorias sobre a segurança galgou terreno no campo da investigação científica e académica.

Quando se fala em segurança, não existe meio-termo. Ou há segurança ou não há. Contudo, considerando os vetores tempo e espaço, não existe segurança absoluta, de modo que a dificuldade de prever o risco faz com que assuma um carácter temporário. De acordo com Rodrigues (2011), apesar das adversidades aliadas ao seu conceito, a segurança é uma condição sem a qual não haverá desenvolvimento sustentado, uma economia livre e direitos garantidos. É a condição de paz, liberdade, independência, soberania, integridade territorial. O seu campo de aplicação não é só o Estado. É também a sociedade. É, simultaneamente, um objetivo a alcançar e um valor a preservar. É um dever que o Estado tem de garantir e uma condição a que todos os cidadãos têm direito.

### **1.3- Segurança num Estado de Direito Democrático**

A Nações Unidas em 2014 por via do relatório sobre o desenvolvimento humano trouxe uma proposta da substituição da tradicional abordagem de segurança estatal ou territorial por uma nova abordagem de segurança em função do indivíduo, isto é, a Segurança Humana. O novo conceito trás o Homem para o centro do debate político como objeto principal de segurança, apoiando o desenvolvimento humano em várias vertentes, com ênfase para a proteção dos direitos fundamentais, assente em três pressupostos: *Sustentar o progresso Humano, Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Relatório do Desenvolvimento Humano 2014, consultado em 13.04.2015 ([http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014\\_pt\\_web.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf))

A primeira Constituição da República de Cabo Verde<sup>4</sup> surgiria cinco anos após a independência e nela a segurança como bem jurídico não fez epígrafe em nenhum dos seus 102 artigos, como aparecem os demais direitos, liberdades e garantias, estabelecidos no seu Título II.

Segundo Rodrigues (2016), a Constituição de 1980 surgem as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, como instituição primordial de defesa da nação, a quem estava incumbido defender a independência, a soberania e a integridade territorial e colaborar estreitamente com os serviços nacionais específicos na garantia da segurança interna e da ordem pública. Como referido anteriormente neste capítulo, a manutenção da ordem pública e garantia de segurança interna, na altura estava a cargo da PSP de Cabo Verde, que viria a ser substituída em 1984 pelas Forças de Segurança e Ordem Pública.

Foi preciso aguardar até 1992 para que, com o culminar da segunda República, a Constituição trouxesse “Polícia” como epígrafe no seu art.º 266.º, estabelecendo no seu nº1 que “a polícia tem por função defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna, a tranquilidade pública e os direitos dos cidadãos”. Porém, “polícia” não manteve a sua integridade no que diz respeito aos artigos, passando do 266.º para o 240.º e posteriormente para o 244.º com as revisões de 1999 e 2010. No âmbito da segurança, podemos destacar a possibilidade da aplicação das medidas de polícia, constitucionalmente previstas, que muitas vezes assumem a nomenclatura de medidas de segurança.

As revisões verificadas foram levadas a cabo em prol da segurança consubstanciando, assim, matéria-prima para a elaboração da Lei de Segurança Interna e da Lei de Organização e Investigação Criminal, instrumentos fulcrais para a prossecução dos pressupostos estabelecidos no artigo 244.º da CRCV.

---

<sup>4</sup> Constituição Política da República de Cabo Verde, aprovada na IX Sessão Legislativa da I Legislatura, em 5 de setembro de 1980 e publicada através da Lei n.º 3/80, de 13 de outubro.

Desta forma, a Constituição de 1992<sup>5</sup> lançou as bases fundamentais para a edificação da segurança pública em Cabo Verde, seja pelo garante do direito à segurança, seja pelo reconhecimento da importância da polícia num Estado de Direito.

Na verdade, o Estado Democrático de Direito significa um novo conceito, que tenta conjugar o ideal democrático ao Estado de Direito, sob um conteúdo próprio em que estão presentes as conquistas democráticas, as garantias jurídico-legais, e a preocupação social. Busca acrescentar a efetiva concretização da igualdade, não pela generalidade do conceito normativo, mas pela realização, através de intervenção que impliquem diretamente uma alteração da situação da comunidade, tendo a Constituição nesse proceder, um papel fundamental.

#### **1.4- Segurança Interna, Defesa Nacional e a Segurança Nacional**

A segurança dos Estados tem sido historicamente, e de uma forma geral dividida em dois conceitos, mais ou menos estanques, que se baseiam essencialmente na natureza e origem das ameaças. Falamos da segurança interna, que ocupa das ameaças que, sendo suscetíveis de fazer perigar a segurança do Estado e os direitos fundamentais dos cidadãos, tem uma origem interna, e a segurança externa, ou defesa nacional, cujo objeto são as ameaças com origem exterior, (Rodríguez, 2011).

Por isso o Estado enquanto organização tem que proteger os seus cidadãos contra perigos e ameaças coletivas, oriundas de outras comunidades organizadas, isto é, outros Estados. A segurança tem, desde muito cedo, uma dimensão interna e externa. A segurança, enquanto função do Estado, subdivide-se em segurança interna e segurança externa, que podemos agregar utilizando a expressão de segurança nacional.

---

<sup>5</sup> Seguiu o modelo português e teve como interveniente na sua feitura Wladimir Augusto Correia Brito, atualmente professor catedrático da Escola de Direito da Universidade do Minho, condecorado em 2016 por Jorge Carlos Fonseca, presidente da República de Cabo Verde.

Hodiernamente, os dois conceitos tendem a confundir-se, dado que são interdependentes, isto porque as próprias ameaças são ambíguas, não sabemos normalmente a sua origem, daí a dificuldade em perceber se são externas ou internas, como é o caso do terrorismo e da criminalidade organizada. Essa ambiguidade é fruto de vários fenómenos transnacionais e fruto da própria globalização, que permite mobilidades criminais reais e virtuais que atravessam os Estados. Por isso a segurança está a sofrer metamorfoses, falando-se numa governança de segurança segundo Oliveira (2006). Mas, apesar dos conceitos de segurança interna e segurança externa estarem a concorrer para o mesmo fim, ou seja, a segurança nacional, estes têm pressupostos diferentes e áreas de atuação diferentes.

A segurança interna destina-se à garantia da segurança e da tranquilidade pública e à garantia dos direitos liberdades e garantias dos cidadãos dentro do Estado, enquanto a defesa nacional tem por finalidade a garantia de modo permanente a unidade, a soberania do Estado, a integridade territorial (do espaço marítimo e aéreo), a independência de Cabo Verde e a segurança da sua população, contra qualquer ameaça de índole externo (art.º 246º CRCV).

O Plano Estratégico de Segurança Interna de Cabo Verde 2009 (PESI) aborda a segurança nacional como sendo uma condição da sociedade e, simultaneamente, como a atividade conducente à manutenção dessa condição, pelo que a atividade do Estado engloba, entre outros, dois domínios essenciais: a defesa nacional e a segurança interna. Segundo o disposto na al. a) do art.º 2.º da Lei n.º 16/VII/2007, que aprova a Lei de Segurança Interna (LSI), “A segurança interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade”. Associado a este conceito surge quatro domínios: Prevenção, Ordem Pública, Investigação Criminal e Informações (Fernandes *et* Valente, 2005).

Articulado ao conceito de segurança nacional e com base no argumento que as atuais ameaças colocam em causa toda a segurança nacional e que é dever de todos

concorrerem para a tranquilidade e defesa da paz pública, está o papel cada vez mais ativo das F.A, na quase generalidade dos países, reclamando competências e áreas de atuação que tradicionalmente pertenciam à segurança interna. Mas como defendem alguns autores, Rodrigues (2011) e Valente (2012), apesar das ligações existentes entre os conceitos de segurança interna e externa e da zona cinzenta de atuação, trata-se de dois planos distintos com pressupostos distintos, logo não podem ser confundidos. A segurança interna cabe aos polícias enquanto a segurança externa as Forças Armadas.

#### **1.4.1- Políticas de Segurança Pública e Políticas Públicas de Segurança**

Segundo Vilardi, (2010, cit in Oliveira), entende que para um bom equacionamento da questão, a fim de torná-la produtiva, fugindo-se da tentação e do comodismo dos discursos excludentes e superficiais, é necessário estabelecer a distinção entre políticas de segurança pública e políticas públicas de segurança.<sup>6</sup>

Na visão desta autora, políticas de segurança pública é expressão referente às atividades tipicamente policiais, ou seja, “é a atuação policial “strictu sensu”. Por outro lado, políticas públicas de segurança “é expressão que engloba as diversas ações, governamentais e não-governamentais, que sofrem impacto ou causam impacto no problema da criminalidade e da violência.

Assim, ambas podem e devem ser implementadas de maneira concomitante para uma efetiva melhoria na questão da segurança pública.

Nesta diferenciação apresentada pela autora, as políticas públicas de segurança que se concretizam por meio de ações de cunho social dificilmente são contestadas por

---

<sup>6</sup>[file:///C:/Users/Guarda%20fical/Downloads/Dissertacao\\_Rodrigo\\_Garcia\\_Vilardi\\_versao\\_parcial\\_5861744.pdf](file:///C:/Users/Guarda%20fical/Downloads/Dissertacao_Rodrigo_Garcia_Vilardi_versao_parcial_5861744.pdf) Consultado em 13.04.2015



qualquer segmento da sociedade, vez que, ao menos na visão ideal, não geram efeitos negativos sobre nenhum dos integrantes do corpo social. O mesmo não se pode dizer das políticas de segurança pública que, muitas vezes, são imaginadas apenas sobre o aspecto repressivo, o que não condiz com a realidade.

Políticas públicas são princípios norteadores de ação do poder público que se apresenta através dos programas, ações e catividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou não, com a participação de entes públicos ou privados, para garantir um direito de cidadania

É dever do Estado promover a segurança pública, contudo, não se pode esquecer que a criminalidade não é questão que se deve combater apenas pelo Estado, é também uma responsabilidade de todos.

A segurança pública é garantia dado pelo Estado de uma convivência social escrita de ameaça de violência permitindo a todos o gozo dos seus direitos assegurados pela Constituição por meio do exercício da polícia<sup>7</sup>.

As políticas públicas são, em uma democracia, questões de ação coletiva e de distribuição de bens coletivas e, na formulação de escolha racional, requerem o desenho dos incentivos seletivo para diminuir sua captura por grupos ou interesses personalistas.

#### **1.4.2- A Função de Polícia versus Segurança e Ordem Pública**

O conceito da instituição Polícia indica sua própria função, e essa vem se moldando no decorrer da história, conforme o contexto sócio-econômico-cultural vigente.

A função da polícia enquanto serviço público votado à causa da ordem pública, é a vigilância do espaço público, como forma de garantir uma necessidade coletiva que é a

---

<sup>7</sup> [http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=6084](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6084) - Políticas Públicas No Combate À Criminalidade (consultado em 10-04-2015)

segurança. Ainda nas palavras de Marcelo Caetano e Freitas de Amaral, a segurança é uma das necessidades coletivas cuja satisfação regular e continua deve ser provida pela atividade típica dos organismos da Administração pública, nos termos e no respeito pela lei, nas formas mais convenientes, sob a direção e fiscalização do poder político e sob controle dos tribunais, (Rodrigues, 2011).

Defende Clemente (1998) e Soares (1987), que com o Estado Liberal, o conceito polícia viria a ser associada a outros conceitos como Justiça, administração tributária e militar e ainda a atividades de fomento. Com as concepções políticas do séc. XIX de Estado Liberal e com a valorização da dignidade da pessoa humana, o conceito de polícia evoluiu para um modelo mais preventivo, de segurança pública e tranquilidade pública que se mantém atualmente. A polícia é um serviço público e está subordinada à lei.

A ordem pública é o estado de tranquilidade pública que garante os direitos dos cidadãos e ao mesmo tempo o normal funcionamento das instituições. Indo de encontro com o que ensina Oliveira (2000, cit. In Silva, 2014) “a ordem pública é vista como a ausência de toda a perturbação material ou a ausência da desordem”. Mas a ordem pública num Estado de direito democrático, como defende o autor, é o “ponto de equilíbrio” entre a desordem admitida e a “desordem que ultrapassa os limites do razoável”.

#### **1.4.3- Polícia na Constituição**

A Polícia encontra na Constituição o seu fundamento e os seus limites de atuação. A Constituição integra a instituição policial dentro da Administração Pública no seu art.º 240.º. A redação do art.º 244.º da Constituição Cabo-verdiana (CRCV), sendo semelhante a do art.º 272.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), estabelece claramente qual a natureza das funções, ou seja, garantir a legalidade democrática, a

segurança interna e assegurar os direitos dos cidadãos. São funções de polícias tomadas como um todo. (Silva, 2014).

Está presente no art.º 244.º, n.º 1, três grandes funções: defender a legalidade democrática; garantir a segurança interna e garantir os direitos dos cidadãos. A legalidade democrática, como ensina Canotilho e Moreira (1993), está ligado a ideia do cumprimento de todas as leis em geral referente a vida coletiva. Já Valente (2012) defende que “sendo a polícia uma das faces da autoridade pública” cabe-lhe ser defensora da legalidade democrática, ou seja, de todas as leis que norteiam a vida social, tendo também ela a obrigação de estar submetido à lei e respeita-las.

A par da legalidade democrática cabe a polícia garantir a segurança interna provada pela Lei n.º 16/VII/2007, de 10 de setembro. É neste âmbito que se desenvolve a prevenção criminal e a manutenção da ordem e tranquilidade pública. A segurança interna é a atividade que o Estado desenvolve, materializadas através da polícia, que toma um conjunto de medidas a fim de garantir a ordem pública, segurança das pessoas e bens, a defesa dos seus direitos, conforme o art.º 2.º al. a) da Lei n.º 16/VII/2007.

Aliada a função de garantir a segurança interna está a função de prevenção da criminalidade. Prevenir é evitar que certos factos danosos para os cidadãos venham a ter lugar. Mas como refere Canotilho e Moreira (1993), essas medidas preventivas têm que visar a proteção de pessoas e bens, mas em momento algum podem ser limitativas de liberdades, não podendo colocar em causa os direitos e garantias dos cidadãos.

Idêntico incumbe a polícia garantir o exercício dos direitos dos cidadãos. Esta é uma das razões da existência da polícia, proteger todos os direitos dos cidadãos, até mesmo do próprio Estado, para que não sejam violados. A missão de garantia do exercício dos direitos dos cidadãos traduz num dever de proteção do Estado. Nas doutrinas de Canotilho e Moreira (1993), trata-se de uma das vertentes obrigatórias de “Proteção

pública dos direitos fundamentais”, um dever do Estado que tem que satisfazer o direito à segurança.

#### **1.4.4- Configurações de Poder de Polícia**

A doutrina majoritária define polícia de duas formas, isto é, em sentido orgânico (institucional) e em sentido funcional (material). No sentido orgânico, a polícia é um conjunto de serviços administrativos ou da Administração Pública com função exclusiva ou predominantemente de natureza policial (Correia, 1994 et Raposo 2006). A polícia subdivide-se em polícia administrativa e polícia judiciária. A polícia administrativa divide-se em polícia geral e polícias especiais. Na esteira de Sérvulo Correia (1994), a polícia administrativa tem como fim a garantia e defesa da segurança e a tranquilidade pública e a judiciária tem por função a investigação criminal.

Raposo (2006) defende que “se trata de atos jurídicos e as operações materiais desenvolvidas por certas autoridades administrativas – as autoridades de policiais – e respetivos agentes de execução, com vista a prevenir ocorrências de situações danosas, em resultado de condutas humanas imprevisíveis ou ilícitas”. E por sua vez Correia (1994) elucidou que “a polícia como sendo a atividade da administração pública que consiste na emissão de regulamentos e na prática de atos administrativos e materiais que controlam condutas perigosas dos particulares com o fim de evitar que estas venham ou continuem a lesar bens sociais cuja defesa preventiva através de atos de autoridade seja consentida pela Ordem Jurídica”. Ligados ao conceito material de polícia temos um conjunto de ações e medidas, que configuram no poder de polícia. Podemos definir o poder de polícia como um conjunto de atos e procedimentos administrativos, que limitam ou disciplinam direitos, liberdades ou interesses dos cidadãos em benefício do interesse público.

Este poder materializa-se através dos regulamentos de polícia, dos atos de vigilância e dos atos de polícia. Daremos destaque aos atos de polícia mais precisamente às medidas de polícia. Os regulamentos de polícia são um conjunto de normas regulamentares que encontram-se diretamente ligados a restrições às liberdades dos cidadãos com vista a evitar que, “em consequência de conduta perigosa dos indivíduos, se produzam danos sociais”. (Amaral, 2001).

A vigilância policial compreende um conjunto de medidas de índole antecipatórias e preventivas com o fim de recolher informações sobre um indivíduo ou grupo de indivíduos em lugares públicos (vigilância geral) ou sobre o desenrolar de determinada atividade (vigilância especial) para que a polícia possa adotar um conjunto de medidas preventivas para evitar ocorrência de certos factos.

Os atos de polícia – são ações preventivas levadas a cabo por uma autoridade de polícia no desempenho das suas competências, dirigida a particulares. Dentro desse conjunto destacamos as medidas de polícia. Trata-se de um conjunto de medidas de carácter preventivo, previstas na Lei, com o fim de prevenir ou evitar a ocorrência de danos, resultantes das atividades dos particulares, consideradas perigosas, autorizadas por uma autoridade de polícia.

Conforme a Lei de Segurança Interna (LSI), as medidas de polícia visam especialmente proteger a vida, a segurança e a integridade das pessoas, a tranquilidade e a ordem pública. Consideram-se medidas de polícia, à luz do n.º 2 art.º 8.º da LSI: Vigilância oficial de lugares, edifícios e estabelecimentos; Exigência de identificação de qualquer pessoa que se encontre ou circule em lugar público ou sujeito a vigilância policial e Encerramento de estabelecimentos quando nos mesmos se exerçam atividades criminosas. Ainda no n.º 3 do mesmo artigo, refere a apreensão temporária de armas, munições e explosivos; encerramento temporário de estabelecimentos destinados à venda de armas e explosivos (tem que ser automaticamente comunicada a AJ competente). Encontra-se definida no catálogo de medidas de polícia, previstas no art.º

10.º da LSI, as revistas e buscas, que podem ser aplicadas pelas FSS no decorrer das suas atividades independentemente de autorização de AJ desde que aja suspeita de prática de crimes ou que se encontre instrumentos destinados à prática de crime. No art.º 11.º do mesmo diploma ainda vem prevista a possibilidade de gravação de imagens e sons em locais públicos através de uso de equipamentos eletrónicos de vigilância e controlo, no decorrer das ações de fiscalização e prevenção criminal. A lei prevê ainda um conjunto de medidas Cautelares e de Polícia que, no âmbito do processo penal têm como objetivo precaver a obtenção de meios de prova que no caso de demora poder-se-iam perder.

Em situações de urgência em que pode estar em causa provas importantes para o processo os órgãos de polícia criminal (OPC), estão legitimados a praticar uma serie de atos cautelares (medidas de polícia) que se mostrem necessários, adequados e proporcionais para assegurar os meios de prova, conforme salvaguardado no art.º 227.º do Código Processual Penal de Cabo Verde (CPP). Essas medidas ou atos posteriormente são alvos de apreciação e valorização por parte da Autoridade Judiciária (AJ) competente. Nos ensinamentos de Valente (2012), os OPC, ao terem conhecimento de um facto que constitua crime devem antes da intervenção da AJ competente, praticar atos cautelares de natureza pré-processual e de competência própria. O artigo 227.º, n.º 2, do CPP cataloga e discrimina as medidas cautelares, ou seja, os exames dos vestígios do crime, colher informações de pessoas e apreender objetos do crime ou relacionados com o crime.

## **CAPÍTULO II: O SISTEMA DE SEGURANÇA DE CABO VERDE**

### **2.1- Introdução Capitular**

Não se pode falar de segurança de um determinado país sem entender o seu sistema de segurança e sem estudar e entender o vínculo histórico policial e as políticas de segurança.

Neste capítulo pretendemos fazer uma breve incursão histórica sobre a polícia de Cabo Verde, sobre as razões que fundamentaram a sua criação e, especialmente, sobre a atual Polícia Nacional. Tentaremos perceber o porquê da existência do atual modelo de polícia, qual o papel social que lhe está atribuído e como responde às necessidades de segurança da comunidade.

### **2.2- As várias Remodelações na Polícia de Cabo Verde até Atualidade**

De acordo com a história da polícia em Cabo Verde, o primeiro regulamento de patrulha da cidade da Praia foi a Portaria n.º 81, de 12 de abril de 1864, assinada pelo Governador-geral, Carlos Augusto Franco, que atribuiu esta missão ao batalhão de artilharia de primeira linha, no horário entre as nove horas da noite e o raiar do dia. Tendo presente a ineficácia do modelo de patrulhamento, mas também a grande carga horária e o número insuficiente de soldados (Barbosa, 2012), o Governador-geral Caetano Almeida e Albuquerque criou uma comissão através da Portaria n.º 194, de 26 de julho de 1870, com o intuito de estudar e propor a criação de um corpo de polícia. Assim em 1872, através da Portaria n.º 433, de 24 de dezembro, criou-se “O Corpo de Polícia Civil” dividido em duas esquadras de doze elementos, chefiado por um chefe de esquadra. Em outubro de 1880, foi extinto o Corpo de Polícia Civil da Praia e foi publicado em Boletim Oficial n.º 48, de 27 de novembro, a criação de duas Companhias de Polícia, sendo uma aquartelada na Praia e outra no Mindelo, para assim acompanhar o ritmo do aumento da população e o alargamento da povoação das outras ilhas.

Em 1896 o Decreto n.º 2, de 24 de dezembro, aprovava a criação do Corpo da Polícia Civil da Província de Cabo Verde, e logo em 1897 seria aprovado a Portaria n.º 19, de 21 de fevereiro, que ratificava o regulamento da referida incorporação. A Portaria n.º 484, de 27 de dezembro de 1918, viria extinguir o Corpo de Polícia Civil da Província de Cabo Verde e criar o Corpo de Polícia e Guarnição. Como defende Barbosa (2012), esta nova reorganização tinha como objetivo unificar todos os corpos numa só força com competência para todo o território do Arquipélago.

Em 1921 viria ser aprovada a Portaria n.º 258, de 4 de outubro, que voltaria a criar o Corpo de Polícia Civil de Cabo Verde, com uma sede na Cidade da Praia e outra na Cidade do Mindelo, estas dependiam dos Administradores de cada Concelho. Mais tarde, através do Diploma legislativo n.º 533-A, de 1 de abril de 1936, integrou-se as companhias de polícia do Mindelo e da Praia num único Corpo de Polícia de Cabo Verde com jurisdição em todo o território da Província<sup>24</sup>. Em 1952 o Corpo de Polícia de Cabo Verde fica denominado de Corpo de Polícia de Segurança Pública de Cabo Verde. Com a aprovação da Portaria n.º 6.822, de 17 de janeiro de 1964, a Polícia de Segurança Pública de Cabo Verde viria a adotar um novo Regulamento Geral. “Esta é, sem dúvida, a mais profunda reorganização da polícia ocorrida até então e aquela que melhor retrata uma aproximação ao modelo vigente na Metrópole. Este regulamento é um verdadeiro estatuto orgânico da polícia de Cabo Verde que vigorou até 1984” (Barbosa, 2012). Em novembro de 1974, Polícia de Cabo Verde, foi afastado o quadro do pessoal da Polícia Portuguesa e o comando é assumido pela 1.ª vez por um nacional de Cabo Verde. Em 1975 o nome é mudado para Polícia de Ordem Pública (POP).

Em 1981, foi criado o Ministério do Interior de Cabo Verde e em 1984 dá-se a estruturação da Polícia da Ordem Pública e do seu Comando Geral. Em 1990, estruturam-se as Unidades Especiais da Polícia, comportando o Corpo de Intervenção e a Proteção de Entidades. Em 2005 através do Dec. Legislativo n.º 6/2005, de 14 de novembro, criou-se a Polícia Nacional (PN), com o intuito de reforçar a capacidade operacional bem como otimizar e racionalizar os meios materiais e humanos das



diferentes forças policiais existentes (Polícia de Ordem Pública, a Guarda Fiscal, a Polícia Marítima e a Polícia Florestal). Em 2007 entra em vigor a Orgânica da PN, aprovada pelo Dec. Lei n.º 39/2007, de 12 de novembro.

## **2.3- Organização, Estrutura e Funcionamento da Polícia Nacional**

### **2.3.1- Estrutura Organizacional e Matriz Orgânica da Polícia Nacional**

Até 2005, existia em Cabo Verde quatro forças policiais a Polícia de Ordem Pública (POP), a Guarda Fiscal (GF), a Polícia Marítima (PM) e a Polícia Florestal (PF), que se encontravam na dependência de ministérios diferentes. Em 2005 através do Dec. Legislativo n.º 6/2005, de 14 de novembro, foi criada a PN, integrando todas as forças anteriormente citadas. Todo esse processo conduziu a uma nova estrutura orgânica das polícias, dando origem a estrutura orgânica da PN, fruto de uma profunda reforma com vista a racionalização e otimização dos meios, visando uma maior eficácia e sobretudo uma maior eficiência policial.

A PN tem uma estrutura hierarquizada, sendo dirigida por um diretor nacional, assessorado por dois nacionais adjuntos. Os serviços de direção estão divididos em departamentos e comandos nacionais. As unidades territoriais são os comandos regionais, oficializada no Dec. Lei n.º 39/2007, de 12 de novembro (Lei Orgânica da PN– LOPN).

### **2.3.2- Estrutura da Direção Nacional**

A PN compreende a Direção Nacional, os Comandos Regionais, sendo que funciona na dependência direta do Diretor Nacional os Comandos das Unidades Especiais, o Centro Nacional de Formação da Polícia Nacional e os Serviços Sociais.

A Direção Nacional ao abrigo do art.º 21.º da LOPN compreende: o Diretor Nacional, os Diretores Nacionais Adjuntos, os Órgãos Consultivos, o Comando Nacional de

Ordem Pública, o Comando Nacional da Guarda Fiscal, o Comando Nacional da Polícia Marítima, a Direção de Estrangeiros e Fronteiras, a Direção das Operações e Comunicações, a Direção de Planeamento, Orçamento e Gestão, a Direção de Formação e o Comando das Unidades Especiais (ver anexo 1).

### **2.3.3- Dispositivo Territorial**

As atribuições da PN são prosseguidas em todo o território nacional, encontrando-se o dispositivo estruturado em Comandos Nacionais, os quais se agrupam da seguinte forma: Comando Nacional de Ordem Pública, Comando Nacional da Guarda Fiscal, Comando Nacional da Polícia Marítima., sendo que o Comando Nacional de Ordem Pública integra nas suas fileiras a Polícia Florestal.

Os Comandos Regionais da PN são unidades de carácter territoriais desconcentrados que funcionam na dependência direta do Diretor Nacional encarregadas de cumprir as funções, objetivos e missões da PN na respetiva área de jurisdição, conforme o art.º 59.º da LOPN. (ver exemplo de estrutura dos comandos regionais nos (anexo 1 e 2), Comando de São Vicente e Comando da Praia, respetivamente).

Para além dos comandos regionais, compreendem ainda o comando das unidades especiais, com o corpo de intervenção (C.I), proteção de entidades e combate a ações de subversão ou de interferências ilícitas.

### **2.3.4- Competências E Atribuições da Polícia Nacional**

A Polícia Nacional (PN) é uma Força de segurança ou força pública, uniformizada de natureza de civil, profissional e apartidária, de âmbito nacional, dotada de autonomia administrativa, financeira e operacional. É responsável pela segurança e ordem pública em todo o território nacional (art.º 1.º da LOPN e art.º 1.º e 2.º do Dec. Legislativo n.º 6/2005). A PN tem por missão defender a legalidade democrática, prevenir a

criminalidade e garantir a segurança interna, a tranquilidade pública e o exercício dos direitos, liberdade e garantias dos cidadãos (art.º 2.º do Dec. Lei n.º 39/2007).

Tratando-se de um corpo de polícia integral, com várias valências nos domínios de ordem e segurança pública, aduaneira, marítima e ambiental, tem um leque variado de competências no quadro da política de segurança interna e de polícia judiciária.

De acordo com o art.º 5.º do Dec. da Lei 39/2007, compete à PN garantir a segurança e tranquilidade pública, a proteção de pessoas e bens, dar o combate e prevenir os atos criminais, a criminalidade organizada e terrorismo, garantindo a prevenção do tráfico humano e da emigração clandestina.

Prevenir e reprimir os atos ilícitos contra a aviação civil; coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação; (...); Controlar as fronteiras aéreas e marítimas, atuando como polícia marítima e aérea; Defender e conservar o meio ambiente, os recursos naturais e a floresta nacional. Compete ainda em exclusivo à PN, ao abrigo do art.º 6.º, n.º 1, do supracitado diploma, fazer e garantir o controlo e fiscalização da entrada, fabrico, venda, importação, transporte e armazenamento no território nacional de toda e qualquer tipo de armas, munições e substâncias explosivas ou equiparadas, do não domínio das FA e FSS; garantir a segurança pessoal dos titulares dos órgãos de soberania e de outras altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos quando sujeitos a situação de ameaça relevante.

### **2.3.5- Programas, Projetos e Serviços Prestados pela Polícia Nacional**

Tratando-se de uma instituição de natureza integral a Polícia Nacional (PN) atua em várias frentes, neste sentido tem desenvolvido uma vasta gama de ações de policiamento de proximidade, concebendo novas formas de abordar os problemas criminais, com vista a aumentar o sentimento de segurança das populações. Estes serviços policiais de proximidade, para além da sua natureza preventiva, cujo paradigma é a patrulha a pé, para

jogam ainda, um papel determinante minimização das inquietudes e medos das populações, através de criação de laços de confiança entre a polícia e a comunidade.

Nisto a PN tem vindo a atuar de acordo com o programa do Ministério de Administração Interna (MAI), materializado no programa do Governo. A PN tem vindo a desenvolver um conjunto de programas e prestando uma panóplia de serviços à comunidade, desde ao patrulhamento na via pública ao acompanhamento de vítimas de violência baseada no género, através dos gabinetes de apoio a vítima. Mas sobretudo a PN tem vindo a apostar fortemente nos Programas de Segurança Solidária, adaptando estratégias sectoriais, transversal aos diversos estratos sociais, chamando e ouvindo a comunidade através de ONG's, Igreja, Autarquias locais, Escola e organizações comunitárias dos bairros, fazendo com que os cidadãos tomem conhecimento dos problemas de segurança nos bairros e nos centros urbanos. Importa estabelecer medidas, programas adequadas e estratégicas para poder prestar um serviço cada vez melhor destacando a defesa dos direitos dos cidadãos como prioridade, por isso a PN tem desenvolvido um conjunto de serviços prestado à comunidade conforme ilustrado no quadro do apêndice.

### **2.3.6- Tipos de Crimes**

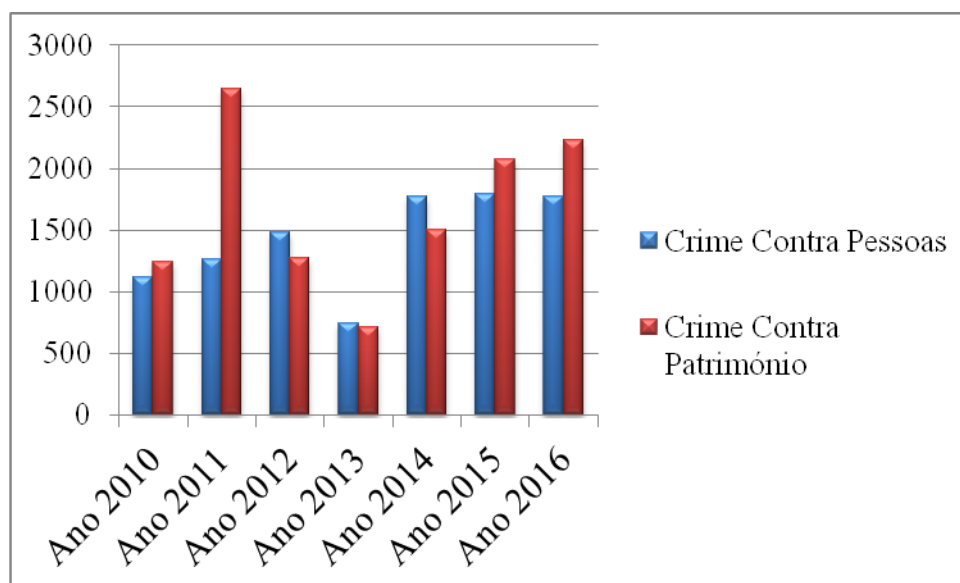
De acordo com dados da polícia nacional, os crimes com maior número de registos em Cabo Verde são: *crime contra pessoas* (violência baseada no género, homicídio voluntário, homicídio negligente, ofensas corporais, ameaças, injúria) *contra propriedade* (roubos e furtos).

### **2.3.7- A Polícia Nacional na Prevenção e Combate ao Crime**

O Ministério de Administração Interna (MAI), desde 2011 tem vindo a fazer um tratamento dos dados estatísticos criminais, utilizando-os como um dos fatores decisórios em termos de formação, modelos e projetos de policiamento e novas formas de abordagem à criminalidade. Foi devido aos dados apurados da criminalidade e da tendência crescente desta, que o MAI sentiu a necessidade de fazer uma aposta forte no

policciamento de proximidade e nos Programas de Segurança Solidária (PSS). Podemos dizer que a PN deixou de preocupar em somente resolver o problema fazendo recurso às equipas de atuação rápida (Piquete, BAC e CI) e começou a preocupar com as causas desses problemas, dado que é do senso comum que resolvendo a causa do problema, o problema também ficará resolvido.

Gráfico 1-Evolução da criminalidade na ilha de São Vicente 2010-2016



Os níveis de criminalidade têm-se relevado instáveis. Conforme se demonstra na tabela no ano de 2010 ocorreram 1116 casos de crimes contra pessoas e 1243 casos de crimes contra patrimónios, em 2011 teve um ligeiro aumento nos crimes contra pessoas passando para 1264 já o crime contra património duplicou para 2646 casos.

No ano de 2012 registaram 1482 casos de crimes contra pessoas e os crimes contra património reduziram para metade relativamente ao ano anterior.

O ano de 2013 foi o ano em que foram registados a menor taxa de crimes, tendo registados 747 casos de crimes contra pessoas e 709 casos de crimes contra património.

Portanto, os registos de criminalidade quase que duplicaram comparativamente a 2013. De acordo com o gráfico, podemos constatar que em 2014 as Esquadras Policiais do Comando Regional da Policia Nacional de São Vicente receberam 1774 casos de crimes contra pessoas e 1502 casos de crimes contra património. Em 2015 houve uma subida mais o menos acentuado nas ocorrências de crimes, registando 1797 denúncias de crimes contra pessoas e 2078 denúncias de crimes contra patrimónios.

Em 2016 regista-se uma ligeira diminuição das ocorrências de crimes contra pessoas, em que foram registados 1776 casos e um pequeno aumento nos registos de crimes contra património, aumento para 2224.

## **2.4- Os Tipos de Policiamento**

O Policiamento Comunitário ou de Proximidade é um tipo de policiamento que utiliza estratégias de aproximação, ação de presença, permanência, envolvimento e comprometimento com o local de trabalho e com as comunidades na preservação da ordem pública, da vida e do património das pessoas. A Confiança Mútua é o elo de ligação entre cidadão e policial. O Comprometimento é a energia seu sucesso depende de segmentos reativos e discretos policiais, da vigilância do MP, da ação coativa da Justiça, de leis claras e fortes, da ressocialização dos apenados.

Giddens (2004), a policia deveria trabalhar em conjunto com os cidadãos, para melhorar a qualidade de vida da comunidade e os padrões de comportamento civil através da educação, da persuasão e aconselhamento, esse policiamento de proximidade implica não só apoiarem esses cidadãos, mas também mudar a perspetiva habitual das forças policiais, com enfase renovada na prevenção do crime mais do que a imposição da Lei.

O policiamento de proximidade parece ser a resposta mais acertada aos novos problemas emergentes. Representa um novo paradigma de intervenção apoiado e defendido pelas novas classes dirigentes e até governamentais.

O modelo de policiamento de proximidade em Cabo Verde encontra-se apoiado num módulo designado de Programas de Segurança Solidária, que se fundamenta num conjunto de iniciativas reformadoras de carácter preventivo, a procura de qualidade e consequentemente resultados satisfatórios. De acordo com o programa do Ministério da Administração Interna, materializado nos programas do Governo (2006 – 2016), a PNCV tem vindo a desenvolver um conjunto de ações de carácter solidário e preventivo junto da comunidade, donde podemos destacar: a escola segura; o comércio seguro; o verão seguro; o turismo seguro; os programas de apoios a idosos, a jovens em situação de precariedade, a vítimas do crime e vítimas de violência baseada no género; entre outros. Devido ao aumento do sentimento de insegurança, tal como em outros países, também Cabo Verde sentiu a necessidade de criar células no seio da sua polícia, direccionadas para fazer face a incidentes de natureza mais complexas que possam vir a ser classificados de Incidentes Tático Policiais

Para fazer face a situações inopinadas que fujam a rotina e a essência de manutenção de ordem pública, foram criadas as Brigadas Anticrime (BAC), Brigadas de Investigação Criminal (BIC) e Grupo de Ação Tática (GAT) e Grupo de Atiradores em Moto (GAM) que visam sobretudo a prevenção criminal e a reposição de ordem pública. Foi a resposta da Polícia Nacional ao aumento da violência grupal perpetuada pelos grupos designados thugs e à necessidade de os responsáveis operacionais terem um instrumento de ação de recurso para ocorrências que, sendo de foro da ordem pública, fujam do domínio de competências do Corpo de Intervenção. Apesar de constituírem serviços que não se enquadram na filosofia do policiamento de proximidade, aumentaram, sem dúvida alguma, a visibilidade policial.

Conforme Chalom (*cit. in* Oliveira, 2006), a polícia orientada para a resolução dos problemas distingue-se pelo direcionamento da patrulha para a resolução dos conflitos, necessitando de uma desconcentração do poder e de uma maior responsabilização dos agentes de base. Murphy (1998,) reforça esta ideia ao realçar que o policiamento orientado para o problema exige do administrador policial moderno a adoção de um estilo de gestão caracterizado pela flexibilidade, pela liderança, uma atitude comunicativa e um profundo empenho profissional, (Rodrigues, 2016).

Segundo Herman Goldstein (1979), o conceito de policiamento orientado-aos-problemas deveria ser, fundamentalmente, sobre como alterar as condições que dão origem aos problemas decorrentes de crimes repetitivos e não deveria ser, simplesmente, sobre como responder a incidentes quando elas ocorrem, ou tentar impedi-los através de patrulhas preventivas, (Tavares, 2013).

## **2.5- O Sistema de Segurança Nacional de Cabo Verde**

Para melhor fazer face a nova demanda de segurança, decorrentes da ameaça à Segurança com origem no terrorismo, tráfico de armas e pessoas e a criminalidade altamente organizada e intensificar de forma mais eficiente e eficaz o combate ao narcotráfico e a criminalidade organizada, foram feitas, nos últimos anos, um conjunto de reformas no sistema de segurança de Cabo Verde, designadamente a criação da Polícia nacional (PN), a reforma nos serviços da Polícia Judiciária (PJ), uma profunda reforma nas Forças Armadas (FA) e o reforço do Sistema Nacional de Proteção Civil (SNPC).

Acompanhando desta reforma, foi instalada o Serviço de Informações da República (SIR) e foi criado o Sistema de Segurança Nacional (SSN). A criação do SSN teve como objetivo reforçar a segurança nacional e criar um sistema de apoio, articulação e coordenação das diferentes forças responsáveis pela segurança no território nacional. Conforme o art.º 2.º do Dec. Lei n.º 54/2013: “O Sistema de Segurança Nacional visa a



utilização coordenada e integrada das forças e serviços destinados à prevenção e proteção contra riscos e ameaças à população e ao património, `a repressão de actos hostis e ilícitos, bem como à assistência, socorro e ajuda às populações vítimas de atentados ou outras catástrofes”.

Trata-se de um sistema que engloba todas as instituições do Estado que se dedicam às matérias de segurança, está dependente do Primeiro-Ministro e tem a seguinte composição: a PN, a PJ, o SIR, as FA, os Órgãos de Autoridade Marítima, os Órgãos de Autoridade Aeronáutica, os órgãos responsáveis pelo controlo do espectro radioelétrico e pela proteção das redes e dos sistemas de informação e comunicação e ainda outros órgãos com funções de segurança, nomeadamente gestão e ordenamento do território e gestão do sistema de cadastro predial e informação geográfica. (cf. Art.º 3.º do Dec. Lei n.º 51/2013).

### **2.5.1- Conselho de Segurança Nacional**

Como salvaguardado no art.º 2.º do DL n.º 16/2009, de 15 de Junho, é um órgão Primeiro-Ministro (na dependência direta deste) em matéria de planeamento e o dos sectores de segurança interna, informações e defesa nacional no domínio segurança nacional. Ainda está garantido no art.º 5.º, n.º 2, da lei 16/2009, de 15 de n.º 2 e seguintes do art.º 8.º do Dec. Lein.º51/2013, é da competência do de Segurança Nacional a promoção da articulação entre a PN, a PJ e os SIR, a articulação entre estes e as FA, em questões referentes a segurança interna, garantir a cooperação entre esses serviços e demais serviços públicos que para a segurança nacional.

Também surge ressalvado na al. i), do art.º 6.º do mesmo diploma, que é atribuição do Conselho de Segurança Nacional garantir articulação entre FSS, as FA e o SNPC na resposta a ameaças à segurança interna. E na al. f) do mesmo artigo prevê que é ele o responsável para garantir em que termos e condições haverá cooperação entre as FSS e as FA.

## CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS DADOS

### 3.1- Análise do Conteúdo das Entrevistas

De acordo com os entrevistados, a violência urbana hoje é uma realidade que chama atenção embora com algum exagero pelas leituras feitas principalmente pela comunicação social, ou seja, a questão do alarme social. Eis a razão, a inexistência do jornalismo de investigação o que reflete e faz com que os jornalistas utilizam termos que nada têm a ver com os casos em concreto e muitas vezes piorar e não de apaziguar a situação.

E não é mera coincidência que o sociólogo Émile Durkheim fala da anomia, que é tudo aquilo que as pessoas têm percepção que na sociedade nada está a funcionar bem, mas, é o contrário. Realmente há um aumento da violência urbana em São Vicente, no entanto não se sabe e o mesmo não é quantificável, a prova disso é a inexistência de um estudo que mostra esse aumento da violência urbana.

Atualmente cada pessoa dá uma percepção conforme o contacto que teve (por exemplo alguém teve um cash *or* body tem a sua versão e alguém que só houve falar tem a sua). Mas isto, é absolutamente normal, porque neste momento existe uma maior ideia de violência em Cabo Verde, que é reportado essencialmente pela forma como a mídia esmiúça esta temática. Perante a realidade e a percepção, há um aumento principalmente da violência juvenil nos principais centros urbanos em Cabo Verde e São Vicente não é exceção.

Normalmente, os autores dos crimes são pessoas abandonadas por que não se acharem o mínimo de apoio deixam de ter certos comportamentos reprováveis. Ora, quer isto dizer, que a violência urbana tem a sua origem dentro da comunidade, é um problema social e as políticas governativas refletem não poucas vezes na condição económico-social das próprias pessoas (o desemprego), não se trata de percepção e sim da mais pura realidade. Logo, há mais insegurança no seio da sociedade civil (consequência psicológica), assim

sendo, as pessoas já não andam nas ruas como andavam anteriormente sobretudo de noite, as pessoas vivem fechadas nas suas próprias casas e tenham atenção por que as próprias residências hoje são dotadas de um sistema de segurança forte, por exemplo a colocação de grades e alarmes que é provocada pelo sentimento de insegurança que se vive e, há, uma maior precaução em circular com objetos valiosos. Nesta ótica, fica patente que hoje há um receio, uma contenção melhor dizendo dessa saída principalmente das pessoas mais idosas independentemente de haver mais patrulhamento policial (por exemplo a criação da BAC, foi uma mais valia porque estabilizou a situação da insegurança e da criminalidade, apesar que a criação de uma força de investigação criminal não resolve por si só o problema da criminalidade, atenua, e cada atuação dessa brigada com sucesso é um ponto a favor da redução da criminalidade.

Para além disso a quem defenda que a BAC deveria aparecer e desaparecer, conforme o movimento na rua justificasse, porque hoje as pessoas conhecem quem são os agentes da BAC mesmo que são mascarados, por que a sociedade acaba por interagir com a mesma e perde-se o respeito. Fazendo alusão aos EUA, quando a situação se reverte, retira-se estes especialistas do terreno e reina a normalidade. Contrapondo esta tese há quem defenda que a criminalidade não é uma guerra, ela faz parte da sociedade, sempre foi assim, ora bem, os dispositivos que o Estado cria para combater essa realidade dentro da realidade social, passa a redundância, devem ser mantidos e aperfeiçoados para que se viva de forma tranquila para defender ou reprimir essa violência. Contudo, houve uma mudança da casa com o meio exterior que é provocada pela insegurança que infelizmente se instalou na sociedade cabo-verdiana e São Vicente não foge a regra, nomeadamente, por causa de acontecimentos pontuais que depois são empolados e transmitidos para a perceção das pessoas fazendo com que tenham essa carga psicológica exagerada.

Mas isto se deve também pelo facto de muitos valores que outrora eram bem vinculados na sociedade cabo-verdiana que têm vindo a entrar em decadência, perda de valores. E

noutros casos os próprios moradores escondem e omitem certas informações cruciais as autoridades o que acaba por não facilitar o trabalho das forças de segurança, por que para além de ser um trabalho de repressão também é um trabalho de prevenção, pois bem, não somente deve ser a polícia nacional a atuar e sim trata-se de um trabalho em rede, que inclui todo os quadrantes da sociedade (ir no local socializar com essas pessoas, convívios jogos de futebol, interagir com a comunidade com pessoas que fazem a diferença e tentar resolver a questão da melhor forma). Quer isto dizer, que há necessidade de uma política concertada entre o poder central e o local com o apoio das organizações não-governamentais para que possam socorrer os mais vulneráveis.

A nível internacional, os próprios investidores têm alguma resistência em investir em certas ilhas ou zonas por causa da violência existente.

Em contraposição a tese supracitada, depara-se, que atualmente o dinheiro é mais importante e manda sempre em tudo, pelo dinheiro aceita-se investimentos turísticos de qualquer forma e o dinheiro continua a marginalizar uma certa franja da população. E essa parte da população, pelo dinheiro, comete crimes tais como cash *or* body e na maior parte das vezes com violência.

Segundo os entrevistados, há um leque de motivações que suscitam a criminalidade por exemplo, a falta de formação e o abandono escolar tende a aumentar; envolvimento das pessoas com o álcool; com drogas lícitas e ilícitas (nos dias de hoje, pelas apreensões que têm sido feitas, vê-se, claramente, que muito dinheiro circula e as pessoas que envolvem com a droga não levem em consideração a vida social das pessoas, a saúde, a única finalidade é o lucro, não interessando como o dinheiro é conseguido e com dinheiro consegue-se fazer muita coisa, até tirar vida a alguém. Sendo que, trata de uma situação devidamente localizada, monitorizada e que as forças de segurança continuam a ter um papel de capital importância nesse combate que é 24 horas por dia); a própria comunicação social, por vezes, tem sido também, um gerador de violência emitindo filmes violentos em horários inadequados e a literatura científica é perentória neste sentido, nos EUA, França e Inglaterra já se fizeram inúmeros trabalhos sobre esta

temática e a conclusão chegada foi que as crianças que nascem e crescem a ver televisão com estes estilos cinematográficos têm tendência de praticar os mesmos atos e ficam menos sensíveis com as pessoas que já foram vítimas da violência. A comunicação social tem cumprido o seu papel mas tem sido veículo de transmissão de violência.

Uma taxa de desemprego elevadíssima; a fuga em massa das pessoas da periferia para o centro (essas pessoas deixam os seus meios a procura de melhores condições de vida e essa transição não tem sido feita da melhor forma possível por que as pessoas ficam sem norte a viverem em condições sub-humanas o que dificulta a integração dos jovens, em especial, obrigando-os a saírem para as ruas e cometendo pequenos delitos e transformado em grupos de brigas); a falta de mecanismos de controlo social o que acaba por trazer muitos males à própria sociedade elucidando que o sistema de reinserção social é deficitário em Cabo Verde. Em último lugar mas não menos importante, tudo começa é a partir da socialização primária, dentro da própria família. Aliás não é por acaso que nos dias de hoje os pais passam mais tempo a trabalhar do que em casa com os filhos, é basta ver que todos querem progredir na carreira profissional, a mãe, a mulher que antigamente cuidava, tratava, educava, que era o pilar da família, contemporaneamente, não tem tempo para os filhos, fazendo com que a educação dos filhos passa para as instituições de ensino, que não estão vocacionados para educar os filhos e, sim, vocacionados para ensinar.

E para agravar a situação mais ainda, os próprios pais numa fase posterior querem compensar os filhos com meios de distração de lazer, isto é, os pais fazem fuga frente a educação dos filhos criando condições outras para que os mesmos possam estar ocupados e essa ocupação muitas vezes é exacerbada e cria vícios. E com a família desagregada, automaticamente a sociedade também está desagregada, afinal, a família é a base da sociedade.

Evidentemente, que por detrás da desagregação familiar acima referida, encontra-se ainda a questão da abertura social e da globalização. Os jovens, hoje têm acesso através

da tecnologia de informação e comunicação (TIC) de vários aspetos que fazem manchete tanto a nível nacional e internacional e que os mesmos tendem a imitar o que se entende nesta fase etária, que é a adolescência. Porém, tem também aspetos negativos, que permitem aos jovens copiar os aspetos menos positivos que acontece noutros países e que influenciam a criminalidade e a violência.

Por outro lado, depara-se ainda com a morosidade da justiça, porque existe um descrédito nas entidades judiciais e tudo isto acaba por acarretar consigo o fenómeno da violência, por que o homem começa a querer resolver o seu próprio problema, partindo da ideia que a justiça é feita apenas para alguns. Se antigamente resolvia-se um motim com algumas represálias, “pauladas”, atualmente as coisas já não funcionam assim por que a sociedade tem controlo através dos meios de comunicação social o que faz com as forças de segurança moldam a atuação e sabendo que estão sendo controlados não podem extrapolar em determinados momentos porque a própria sociedade condena as forças de segurança por serem demasiadas rígidas.

Os entrevistados são apologistas de que para se evitar tais comportamentos desviantes, em primeiro lugar tem que haver uma maior aproximação da família aos seus elementos.

Na mesma linha de pensamento uma maior aproximação de políticas de emprego direccionadas essencialmente a juventude, com isso podia-se resolver muitos problemas sociais que têm atormentado a sociedade Mindelense e a cabo-verdiana de forma geral. Acredita-se que com a criação de estruturas de emprego proporcionando melhores condições de vida aos mais vulneráveis o fenómeno da violência urbana pode ser atenuado.

Adotar o modelo de policiamento de proximidade, porque a polícia tem a tendência de chegar em determinado local e implementar o que achar ser melhor e não levar em devida conta aquilo que a comunidade pensa e espera que a polícia pode e deve fazer. Policiamento de proximidade com órgãos da sociedade civil, competentes, como

sociólogos e psicólogos, principalmente, em rede conexa com as instituições vocacionadas para o conflito social (ICIEG e a REDSOL por exemplo) isto nos próprios bairros com gabinetes próprios, trabalhando em coordenação quiçá poder-se-ia chegar ao cerne da questão e minimizar os conflitos sociais que acabam por desembocar em conflitos armados e, que infelizmente tem tirado a vida há não poucos jovens.

Todo e qualquer trabalho que se pretende implementar onde a polícia faz a sua intervenção, primeiro, tem que saber as causas e as consequências daquela população e tentar resolver a situação implementando a estratégia e depois da implementação há que fazer uma análise para saber se a estratégia foi bem ou mal sucedida e a jusante terá uma resposta, e, essa resposta é o objetivo que se quer alcançar de modo a extingui-la e depois uma nova avaliação. Feitas essas quatro análises, aí sim, encontrar-se-á uma resposta fidedigna e se a polícia chegar a conclusão que falhou é recomeçar novamente limitando as arestas, isto chama-se situação YARA (implementação, análise, resposta e avaliação).

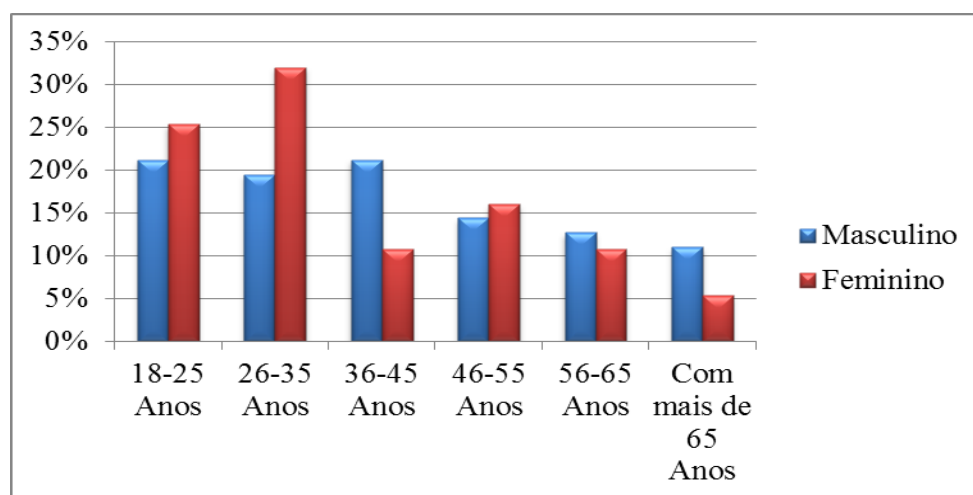
Para os entrevistados, os direitos humanos são direitos que se adquire com o nascimento, ora bem, são direitos natos, contudo, deve-se ter como clarividência de que quem está no mundo do crime não respeita os direitos humanos e sim agride e transgredir os direitos humanos, embora se saiba, de antemão que quem pratica o crime não perde os direitos e isso deve ser muito bem delineado no seio policial e instâncias judiciais, sendo assim, a polícia deve ser um estratega, um pedagogo multidisciplinar não apenas pode e deve trabalhar somente o ponto de vista coercivo, há que ter pessoas hábeis e capazes de sair no terreno a trabalhar e tentar mudar a mentalidade e combater a criminalidade com respeito escrupuloso pela Constituição da República, respeitando os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Para terminar, os entrevistados comentam que o crime é necessário em toda e qualquer sociedade que quando o nível do crime transborda o que é normal, então há necessidade de tomar medidas e devem ser tomadas por todo e quaisquer intervenientes dentro da sociedade.

### 3.2 Análise e Interpretação dos Dados Obtidos através do Questionário

#### 3.2.1 Dados Pessoais

Gráfico 2-Sexo/ Idade

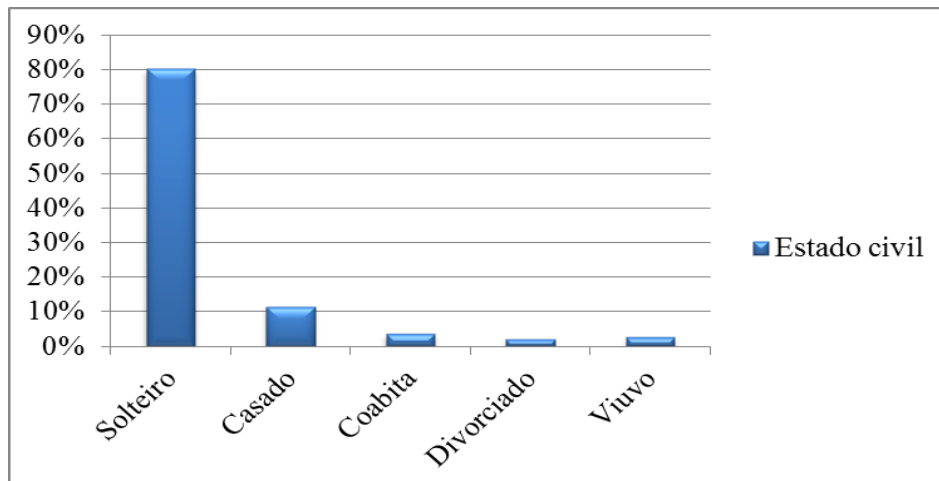


De acordo com o gráfico 1, do total de 193 inquiridos, dos 118 que pertencem ao sexo masculino, 25, com o peso de 21,2% tem a idade compreendida dos 18 aos 25 anos, 23 com o peso de 19,5% tem a idade compreendida dos 26 aos 35 anos, 25 com o peso de 21,2% tem a idade compreendida dos 36 aos 45 anos, 17 com o peso de 14,4% tem a idade compreendida dos 46 aos 55 anos, 15 com o peso de 12,7% tem a idade compreendida dos 56 aos 65 anos, e 13 com o peso de 11% tem 66 e mais anos.

Dos 75 inquiridos do sexo feminino, 19 com o peso de 25,3% tem a idade compreendida dos 18 aos 25 anos, 24 com o peso de 32% tem a idade compreendida dos 26 aos 35 anos, 8 com o peso de 10,7% tem a idade compreendida dos 36 aos 45 anos, 12 com o peso de 10,7% tem a idade compreendida dos 56 aos 65 anos, e 4 com o peso de 5,3% tem 66 e mais anos.

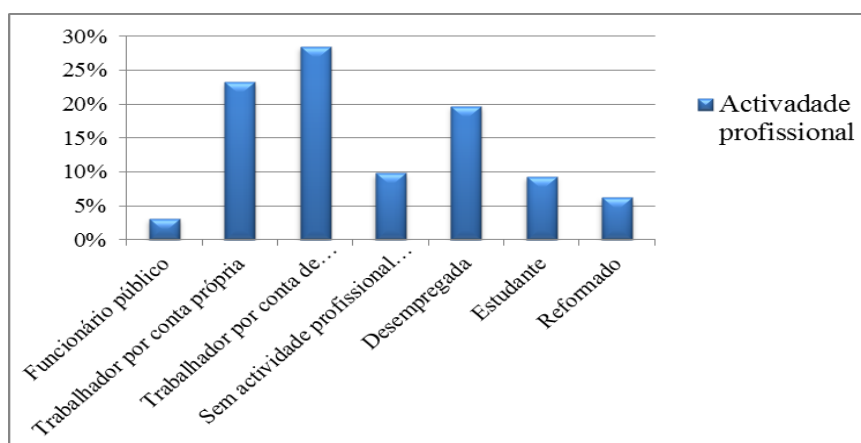


Gráfico 3-Estado Civil



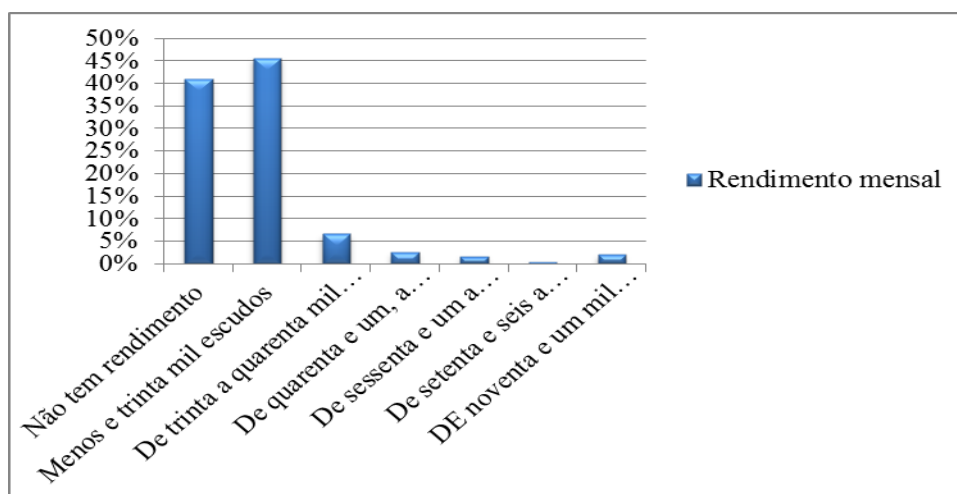
Dos 193 indivíduos inquiridos 155 que corresponde a 80,3% responderam que são solteiros, 22 que corresponde a 11,4% responderam que são casados, 7 que corresponde a 3,6% responderam que coabitam, 4 que corresponde a 2,1% responderam que são divorciados, e 5 que corresponde a 2,6% responderam que são viúvos.

Gráfico 4-Atividade profissional



No universo de 193 inquiridos, 6 com o peso de 3,1% são funcionários públicos, 45 com o peso de 23,3% trabalham por conta própria, 55 com o peso de 28,5% trabalham por conta de outrem, 19 com o peso de 9,8% não tem atividade profissional remunerado, 38 com o peso de 19,7% são desempregados, 18 com o peso de 9,3% são estudante, 12 com o peso de 6,2% são reformados.

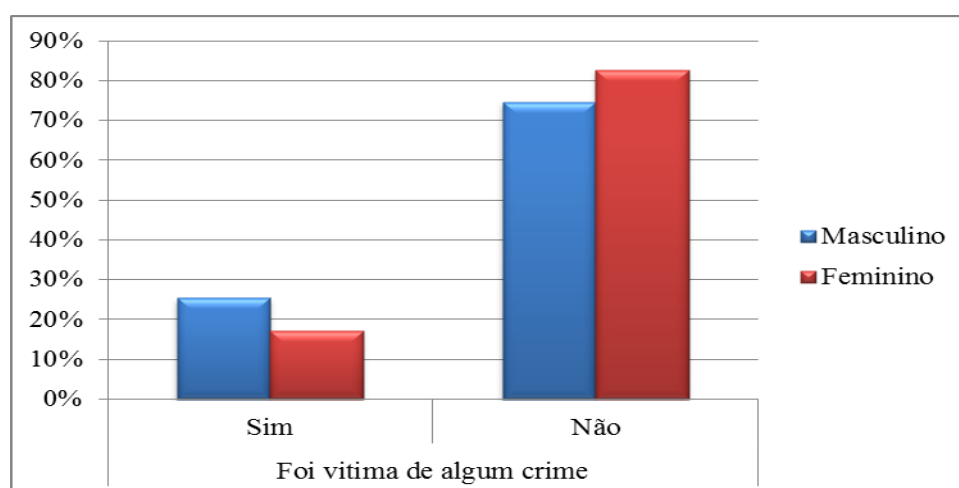
Gráfico 5-Rendimento mensal



De acordo com o gráfico 4, dos 193 inquiridos, 79 com o peso de 40,9% não tem rendimento, 88 com o peso de 45,6% tem um rendimento inferior a trinta mil escudos, 13 com o peso de 6,7% tem um rendimento entre trinta a quarenta e cinco mil escudos, 5 com o peso de 2,6 % tem um rendimento entre quarenta e seis a sessenta mil escudos, 3 com o peso de 1,6% tem um rendimento de sessenta e um a setenta mil escudos, 1 com o peso de 0,5% tem o rendimento entre setenta e seis a noventa mil escudos, 4 com o peso de 2,1% tem um rendimento acima dos noventa e um mil escudos.

### 3.2.2. Crimes Sofridos

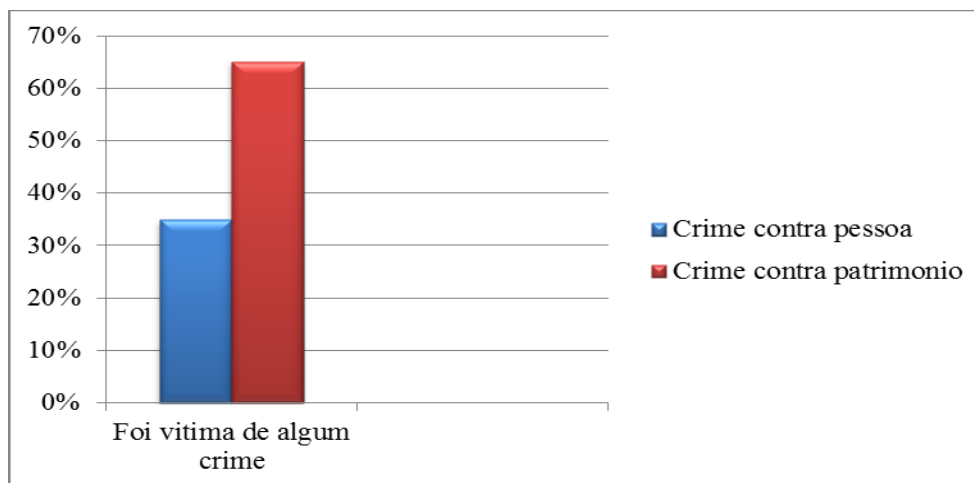
Gráfico 6-Sexo/ Foi vítima de algum crime



Dos 118 inquiridos do sexo masculino 30 com o peso de 25,4% já foram vítimas de algum crime e 88 com o peso de 74,6% nunca sofreram nenhum tipo de crime.

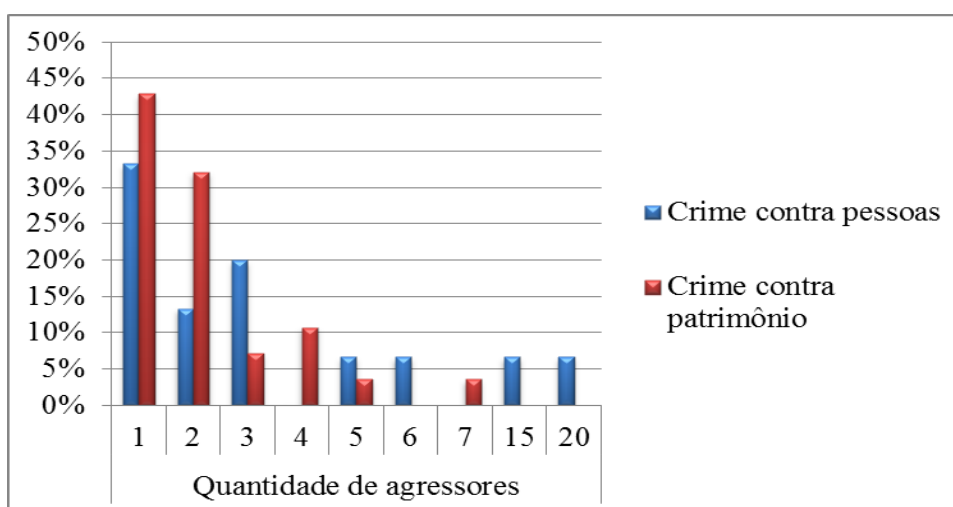
Dos 75 do sexo feminino, 13 com o peso de 17,3% já foram vítimas de algum crime, 62 com o peso de 82,7% nunca sofreram algum crime.

Gráfico 7-Foi vítima de algum crime/ tipo de crime



Dos 43 inquiridos que responderam que foram vítimas de algum crime, 15 com o peso de 34,9% disseram que sofreram crime contra pessoas e 28 com o peso de 65,1% disseram que sofreram crime contra património.

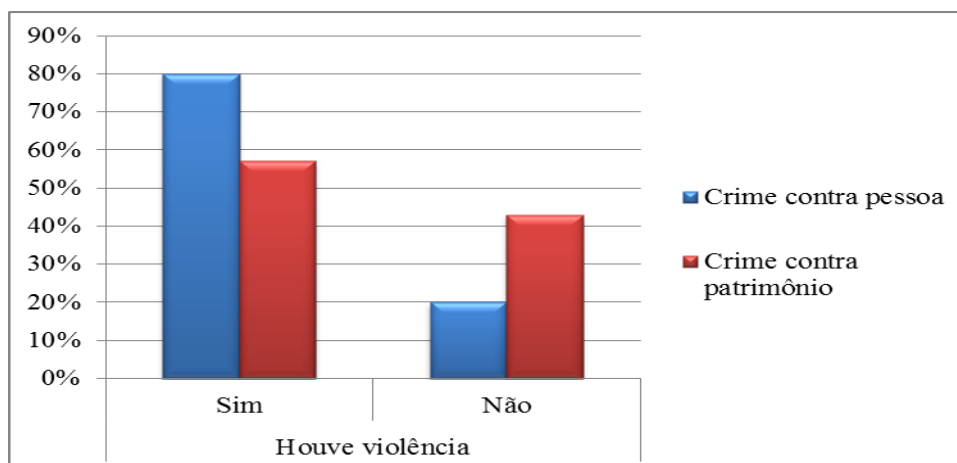
Gráfico 8:- Tipo de crime sofrido/ Quantidade de agressores



Segundo o gráfico 7, dos 43 indivíduos que responderam que já sofreram algum crime, dos 15 que responderam que já sofreram crime contra pessoa, 5 que corresponde a 33,3% responderam que havia 1 agressor, 2 que corresponde a 13,3% responderam que haviam 2 agressores, 3 que corresponde a 20% responderam que haviam 3 agressores, 1 que corresponde a 6,7% respondeu que haviam 4 agressores, 1 que corresponde a 6,7% respondeu que haviam 5 agressores, 1 que corresponde a 6,7% respondeu que haviam 6 agressores, 1 que corresponde a 6,7% respondeu que haviam 15 agressores, e 1 que corresponde a 6,7% respondeu que haviam 20 agressores.

Dos 28 que responderam que já sofreram crime contra patrimônio, 12 que corresponde a 42,9% responderam que havia 1 agressor, 9 que corresponde a 32,1% responderam que haviam 2 agressores, 2 que corresponde a 7,1% responderam que haviam 3 agressores, 3 que corresponde a 10,7% responderam que haviam 4 agressores, 1 que corresponde a 3,6% respondeu que haviam 5 agressores, e 1 que corresponde a 3,6% respondeu que haviam 7 agressores.

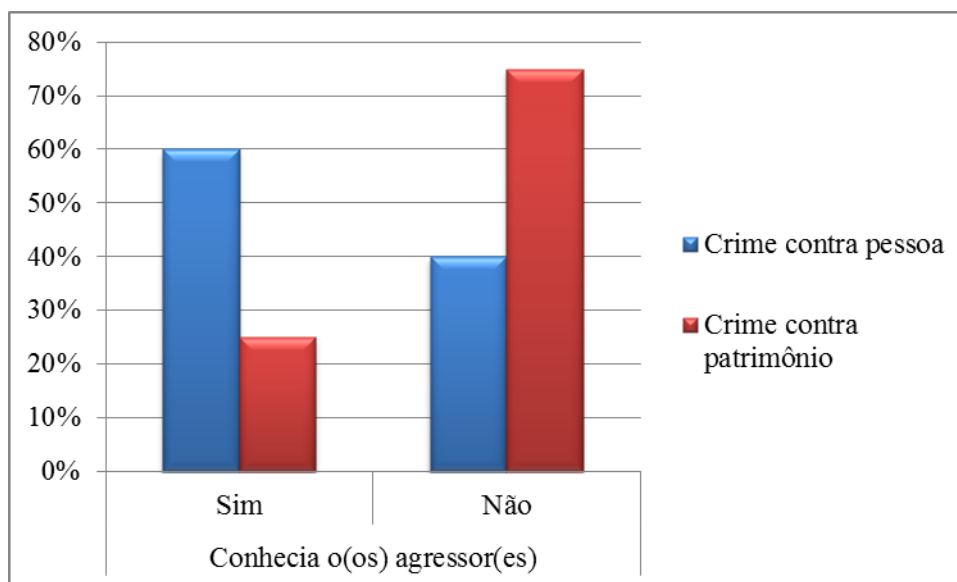
Gráfico 9-Tipo de crime sofrido/ Houve violência



Dos 43 inquiridos, dos 15 que responderam que já sofreram crime contra pessoa, 12 com o peso de 80% respondeu que houve violência, e 3 com o peso de 20% responderam que não houve violência.

Dos 28 que responderam de já sofreram crime contra patrimônio, 16 com o peso de 57,1% responderam que houve violência, e 12 com o peso de 42,9% responderam que não houve violência.

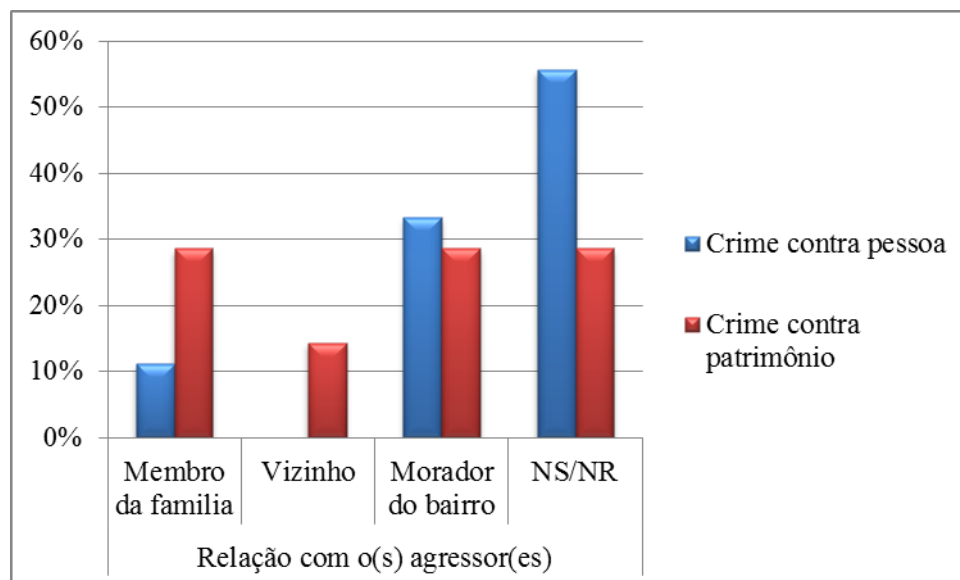
Gráfico 10-Tipo de crime sofrido/ Conhecía o(s) agressor(es)



De acordo com o gráfico 9, dos 43 inquiridos que responderam que já sofreram algum crime, dos 15 que responderam que já sofreram crime contra pessoa, 9 com o peso de 60% responderam que conheciam o agressor, e 6 com o peso de 40% responderam que não conheciam o agressor.

Dos 28 que responderam que já sofreram crime contra patrimônio, 7 com o peso de 25% respondeu que conhecia o agressor, e 21 com o peso de 75% responderam que não conhecia o agressor.

Gráfico 11-Tipo de crime sofrido/ Relação com o(s) agressor(es)

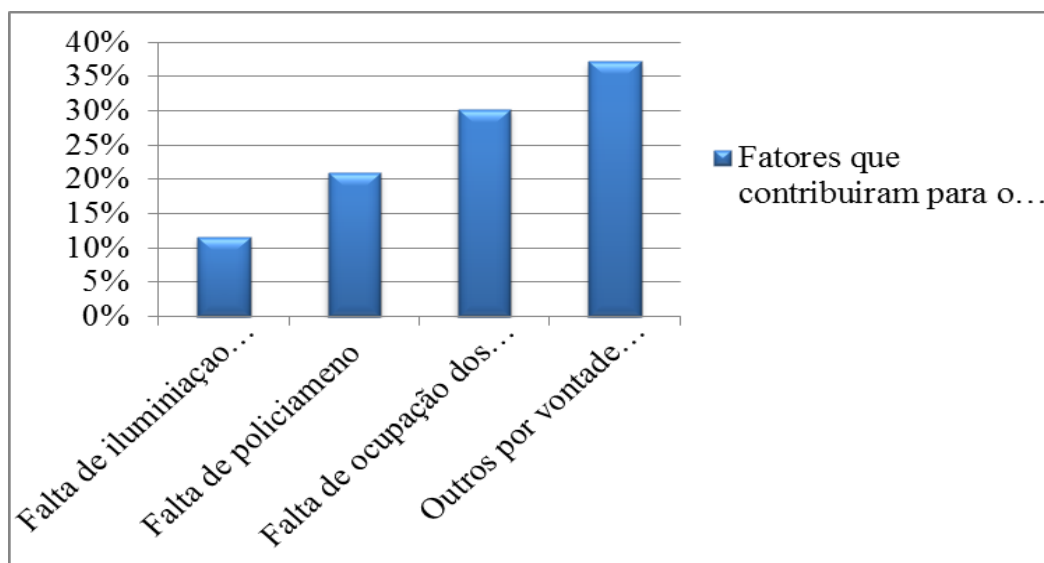


Do total de 16 inquiridos que já sofreram algum crime e que responderam que conhecia o agressor dos 9 que sofreram crime contra pessoa, 1 que corresponde a 11,1% respondeu que o agressor era um membro da família, 3 que corresponde a 33,3% respondeu que o agressor era morador do bairro, e 5 que corresponde a 55,6% respondeu outro.

Dos 7 que responderam que foram vítimas de crime contra patrimônio, 2 que corresponde a 28,6% respondeu que o agressor era um membro da família, 1 que corresponde a 14,3% respondeu que o agressor era seu vizinho, 2 que corresponde a

28,6% respondeu que o agressor era morador do bairro, e 2 que corresponde a 28,6% não sabe ou não responde a questão.

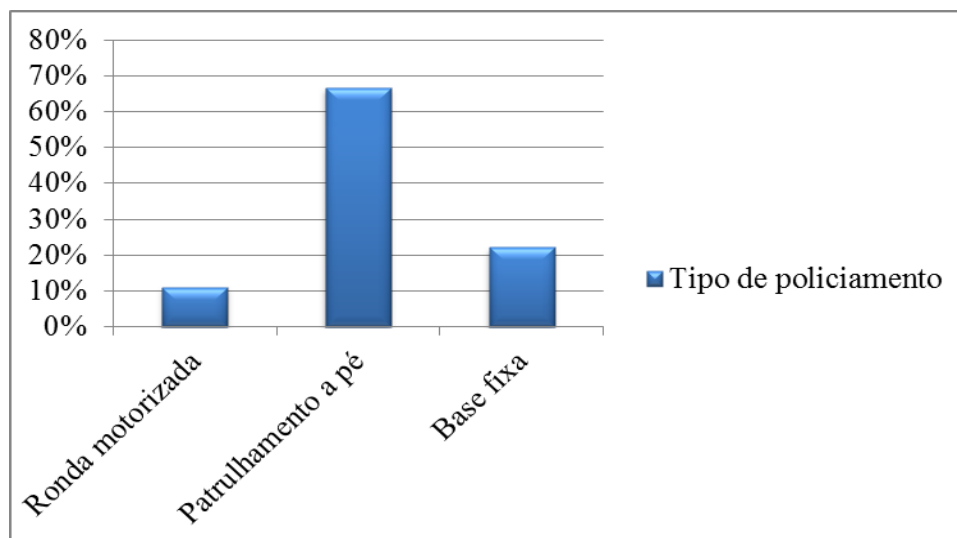
Gráfico 12-Fatores que contribuíram para o ocorrido



De acordo com o gráfico 11, dos 43 inquiridos que reponderam que já sofreram algum crime, 5 que corresponde a 11,6% responderam que a falta de iluminação pública contribuiu para o ocorrido, 9 que corresponde a 20,9% responderam que a falta de policiamento contribuiu para o ocorrido, 13 que corresponde a 30,2% responderam que a falta de ocupação dos jovens contribuiu para o ocorrido, e 16 que corresponde a 37,2% responderam que foi por vontade própria.

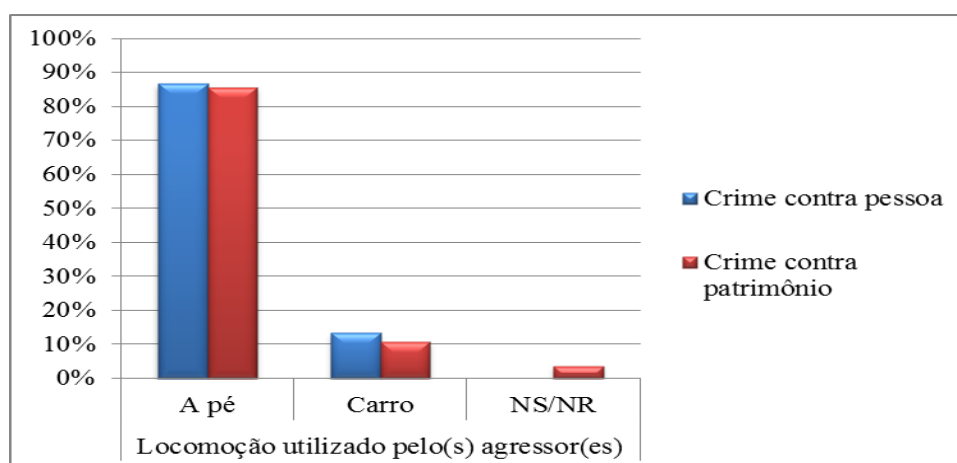


Gráfico 13-Tipo de policiamento



Dos 9 indivíduos que responderam que já sofreram algum crime, e que responderam que um dos fatores que contribuíram para o ocorrido foi a falta de policiamento, 1 com o peso de 11,1% respondeu que foi por falta de ronda motorizada, 6 com o peso de 66,7% responderam que foi por falta de patrulhamento a pé, e 2 com o peso de 22,2% responderam que foi por falta de uma base fixa (Esquadra ou Posto Policial).

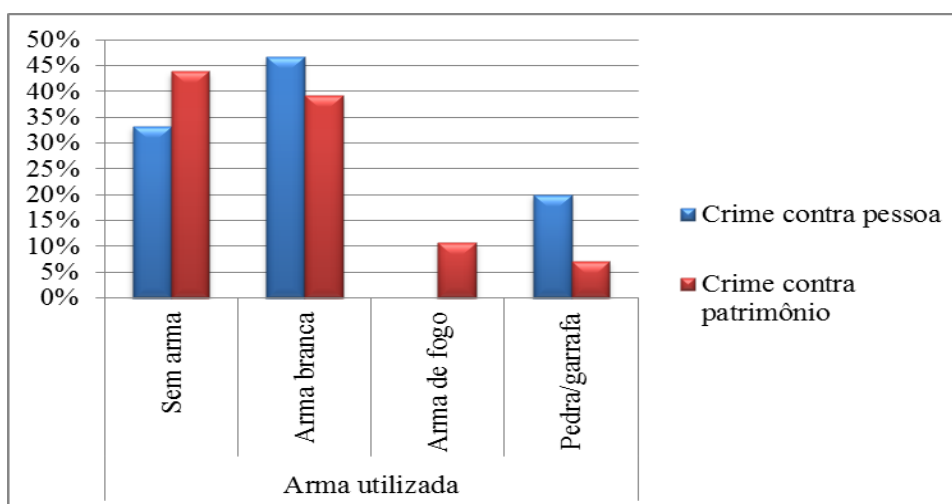
Gráfico 14-Tipo de crime sofrido/ Locomoção utilizada pelo(s) agressor(es)



No universo de 43 inquiridos que responderam que já sofreram algum crime, dos 15 que responderam que já sofreram crime contra pessoa, 13 com o peso de 86,7% responderam que o agressor estava a pé, 2 com o peso de 13,3% responderam que o agressor utilizou carro durante o crime.

Dos 28 que responderam que já sofreram crime contra património 24 com o peso de 85,7% responderam que o agressor estava a pé, 3 com o peso de 10,7% respondeu que o agressor utilizou carro, e 1 com o peso de 3,6% não soube responder a questão.

Gráfico 15-Tipo de crime sofrido/ Arma utilizada

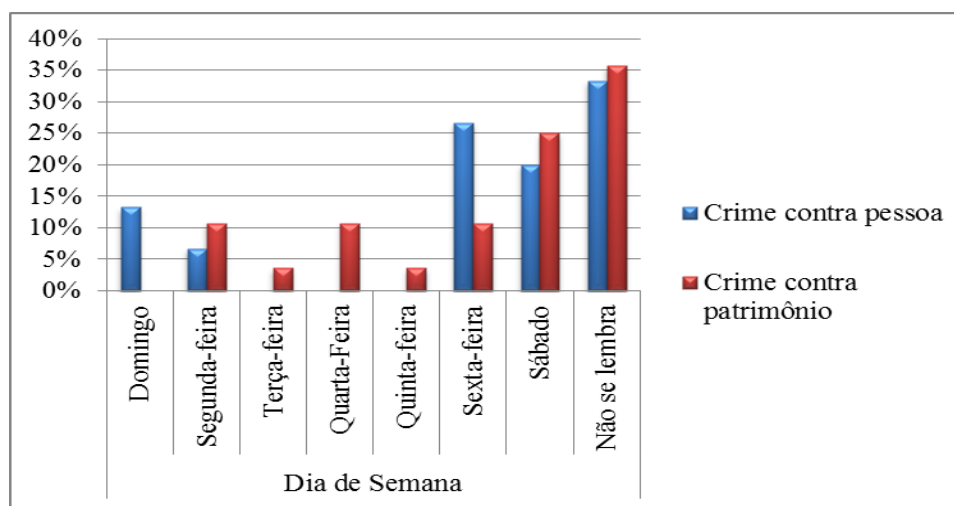


Do total que 43 indivíduos que responderam que já sofreram algum crime, dos 15 que sofreram crime contra pessoa, 5 que corresponde a 33,3% responderam que o agressor não utilizou arma, 7 que corresponde a 46,7% responderam que o agressor utilizou arma branca, e 3 que corresponde a 20% responderam que o agressor utilizou pedra e/ou garrafas durante o crime.

Dos 28 que responderam que já sofreram crime contra património 12 que corresponde a 42,9% responderam que o agressor não utilizou arma, 11 que corresponde a 39,3%

responderam que o agressor utilizou arma branca, 3 que corresponde a 10,7% respondeu que o agressor utilizou arma de fogo, e 2 que corresponde a 7,1% responderam que o agressor utilizou pedra e /ou garrafas durante o crime.

Gráfico 16-Tipo de crime sofrido/ Dia de semana

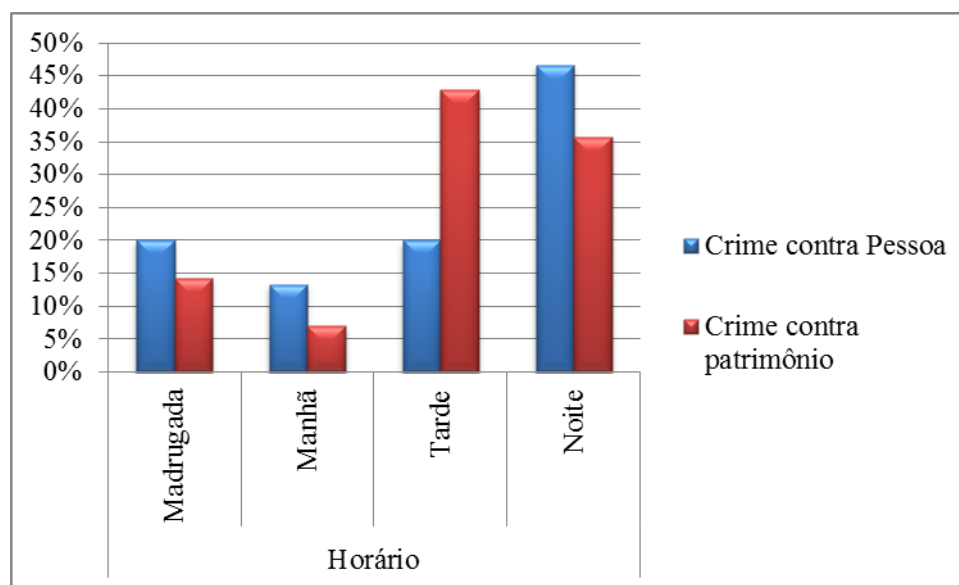


Segundo o gráfico 15, dos 43 inquiridos que responderam que já sofreram algum crime, dos 15 que responderam que já sofreram crime contra pessoa, 2 com o peso de 13,3% responderam que sofreram o crime no Domingo, 1 com o peso de 6,7% responderam que sofreram o crime numa Segunda-feira, 4 com o peso de 26,7% responderam que sofreram o crime numa Sexta-feira, e 5 com o peso de 33,3% responderam que não se lembrem do dia que sofreram o crime.

Dos 28 inquiridos que responderam que já sofreram crime contra patrimônio, 3 com o peso de 10,7% responderam que sofreram o crime numa Segunda-feira, 1 com o peso de 3,6% responderam que sofreram o crime numa Terça-feira, 3 com o peso de 10,7% responderam que sofreram o crime numa Quarta-feira, 1 com o peso de 3,6% responderam que sofreram o crime numa Quinta-feira, 3 com o peso de 10,7% responderam que sofreram o crime numa Sexta-feira, 7 com o peso de 25%

responderam que sofreram o crime num Sábado, e 10 com o peso de 35,7% responderam que não se lembrem o dia da semana que sofreram o crime.

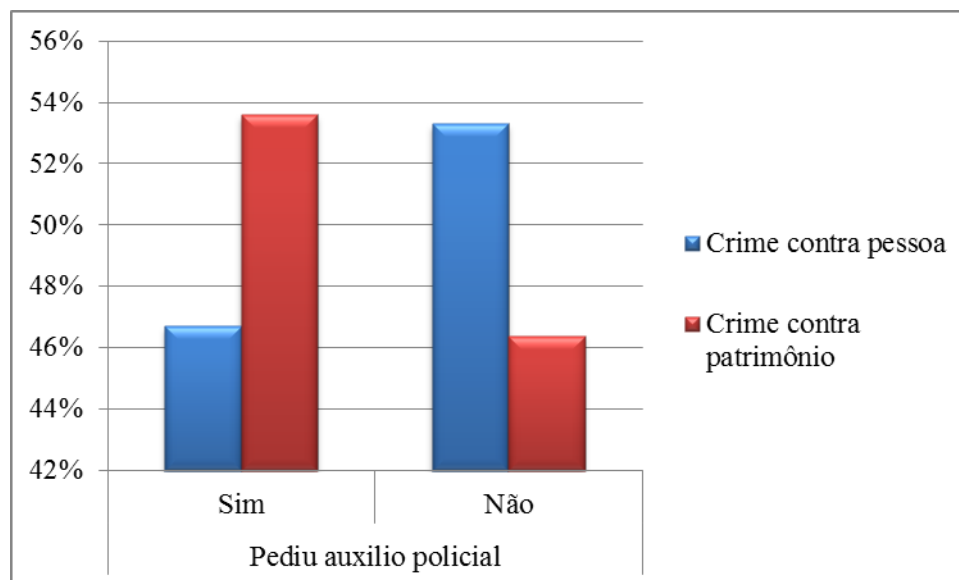
Gráfico 17-Tipo de crime sofrido/ Horário



Do total de 43 inquiridos que responderam que já sofreram algum crime, dos 15 que responderam que já sofreram crime contra pessoa, 3 que corresponde a 20 % disseram que sofreram o crime de madrugada, 2 que corresponde a 13,3% disseram que sofreram o crime de manhã, 3 que corresponde a 20% disseram que sofreram o crime a tarde, e 7 que corresponde a 46,7% disseram que sofreram o crime à noite.

Dos 28 inquiridos que responderam que já sofreram crime contra patrimônio, 4 que corresponde a 14,3% disseram que sofreram o crime de madrugada, 2 que corresponde a 7,1% disseram que sofreram o crime de manhã, 12 que corresponde a 42,9% disseram que sofreram o crime de tarde, e 10 que corresponde a 35,7% disseram que sofreram o crime à noite.

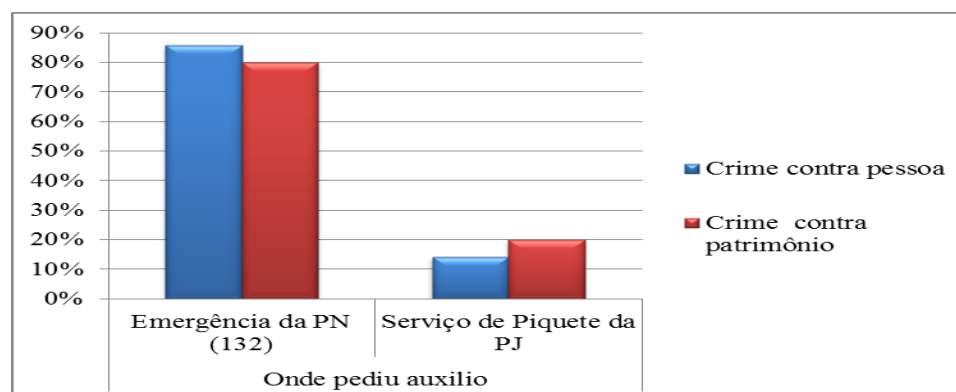
Gráfico 18-Tipo de crime sofrido/ Pediu auxílio policial



Dos 43 indivíduos que responderam que já sofreram algum crime, dos 15 que sofreram crime contra pessoa, 7 com o peso de 46,7% responderam que pediram auxílio policial, e 8 com o peso de 53,3% responderam que não pediram auxílio policial.

Dos 28 que sofreram crime contra património, 15 com o peso de 53,6% responderam que pediram auxílio policial, 13 com o peso de 46,4% responderam que não pediram auxílio policial

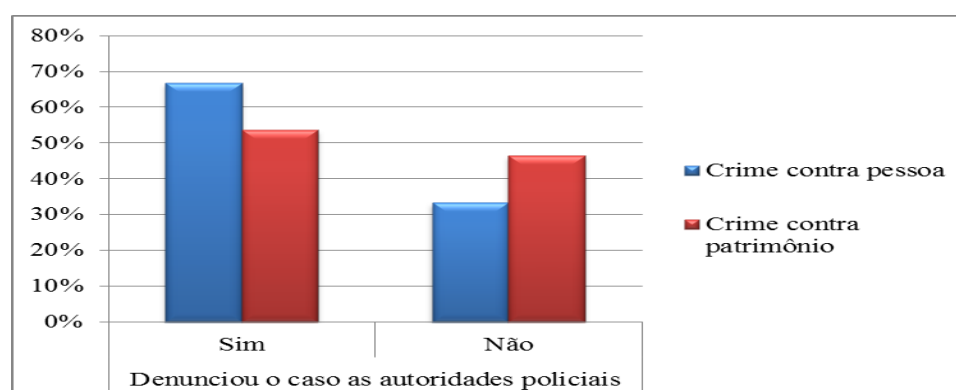
Gráfico 19-Tipo de crime sofrido/ Onde pediu auxílio



Dos 22 inquiridos que responderam que pediu auxílio policial, dos 7 que disseram que sofreram crime contra pessoa, 6 que corresponde a 85,7% disseram que pediram auxílio na Emergência da PN (132), e 1 que corresponde a 14,3% disseram que pediram auxílio no Serviço de Piquete da PJ.

Dos 15 que responderam que sofreram crime contra patrimônio, 12 que corresponde a 80% disseram que pediram auxílio na Emergência de PN (132), e 3 que corresponde a 20% disseram que pediram auxílio no Serviço de piquete da PJ.

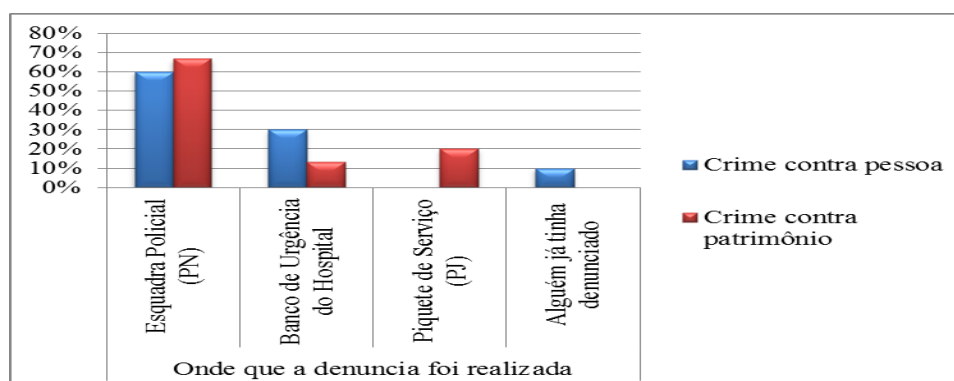
Gráfico 20-Tipo de crime sofrido/ Denunciou o caso as autoridades policiais



Segundo o gráfico, dos 43 inquiridos responderam que já sofreram algum crime, dos 15 que sofreram crime, 10 que corresponde a 66,7 % disseram que denunciaram o caso as autoridades policiais, e 5 que corresponde a 33,33% disseram que não denunciaram o caso as autoridades policiais.

Dos 28 que responderam que já sofreram crime contra património, 15 que corresponde a 53,6% disseram que denunciaram o caso as autoridades policiais, e 13 que corresponde a 46,4% disseram que não denunciaram o caso as autoridades policiais.

Gráfico 21-Tipo de crime sofrido/ Onde que a denúncia foi realizada

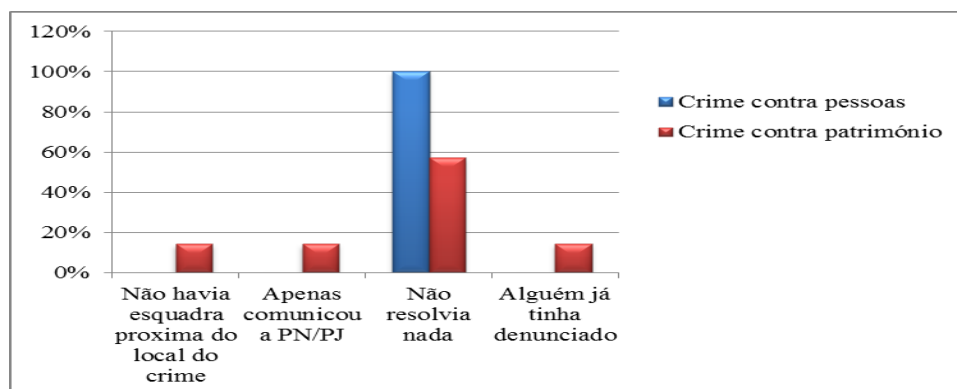


Do total de 25 inquiridos que responderam que denunciaram o caso as autoridades, dos 10 que responderam que sofreram crime contra pessoa, 6 com o peso de 60% responderam que denunciaram o caso na Esquadra Policial (PN), 3 com o peso de 30% responderam que denunciaram o caso no Banco de Urgência do Hospital, e 1 com o peso de 10% respondeu que não denunciou o caso porque alguém já tinha denunciado.

Dos 15 que responderam que sofreram crime contra património que disseram que denunciaram o crime as autoridades policiais, 10 com o peso de 66,7% responderam que denunciaram o caso na Esquadra Policial (PN), 2 com o peso de 13,3%

responderam que denunciaram o caso no banco de Urgência do Hospital, e 3 com o peso de 20% responderam que denunciaram o caso no Piquete de Serviço (PJ)

Gráfico 22- Tipo de crime sofrido/ porque não denunciou o caso as autoridades



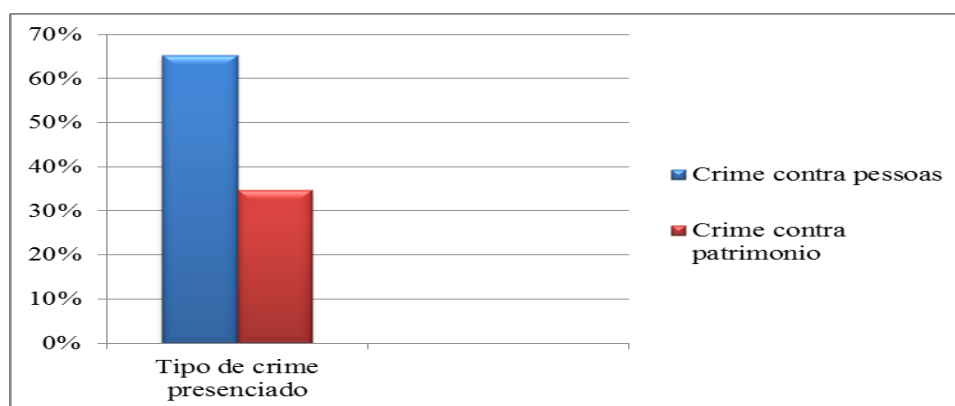
Dos 19 inquiridos que responderam que sofreram algum tipo de crime e não denunciaram as autoridades, 5 com o peso de 100% que sofreram crime contra pessoa responderam que não denunciaram o crime porque não resolvia nada.

Dos 14 que responderam que sofreram crime contra património, 2 que corresponde a 14,3% responderam que não denunciaram o crime porque não havia esquadra próxima do local do crime, 2 que corresponde a 14,3 % responderam que não denunciaram o crime, apenas comunicaram a PN/PJ, 8 que corresponde a 57,1% responderam que não denunciaram ao crime as autoridades porque não resolvia nada, e 2 com o peso de 14,3% responderam que não denunciaram porque alguém já tinha denunciado.



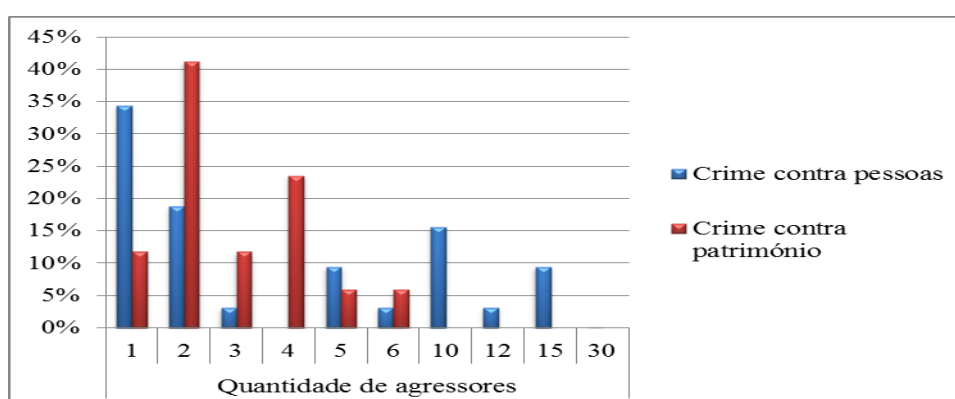
### 3.2.3- Crimes Presenciados

Gráfico 23-Presenciou algum crime/ Tipo de crime presenciado



Segundo o gráfico dos 49 indivíduos que já presenciaram algum crime, 32 com o peso de 65,3% disseram que presenciaram crime contra pessoas, e 17 com o peso de 34,7% presenciaram crime contra património.

Gráfico 24-Tipo de crime presenciado/ Quantidade de agressores

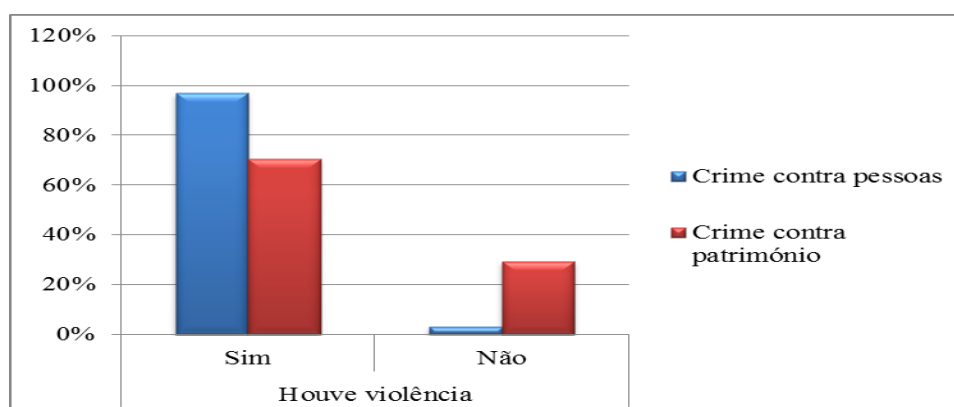


Dos 32 inquiridos que já presenciaram crime contra pessoas, 11 que corresponde a 34,4% responderam que havia 1 agressor, 6 que corresponde a 18,8% disseram que havia 2 agressores, 1 que corresponde a 3,1% disse que havia 3 agressores, 3 que

corresponde a 9,4% disseram que havia 5 agressores, 1 que corresponde a 3,1% disse que havia 12 agressores, 3 que corresponde a 9,4% disseram que havia 15 agressores e 1 que corresponde a 3,1% disse que havia 1 agressor.

Dos 17 que responderam que presenciaram crime contra património, 2 que corresponde a 11,8% disseram que havia 1 agressor, 7 que corresponde a 41,2% disseram que haviam 2 agressores, 2 que corresponde a 11,8% disseram que haviam 3 agressores, 4 que corresponde a 23,5% disseram que havia 4 agressores, 1 que corresponde a 5,9% disse que havia 5 agressores, e 1 que corresponde a 5,9% disse que havia 6 agressores.

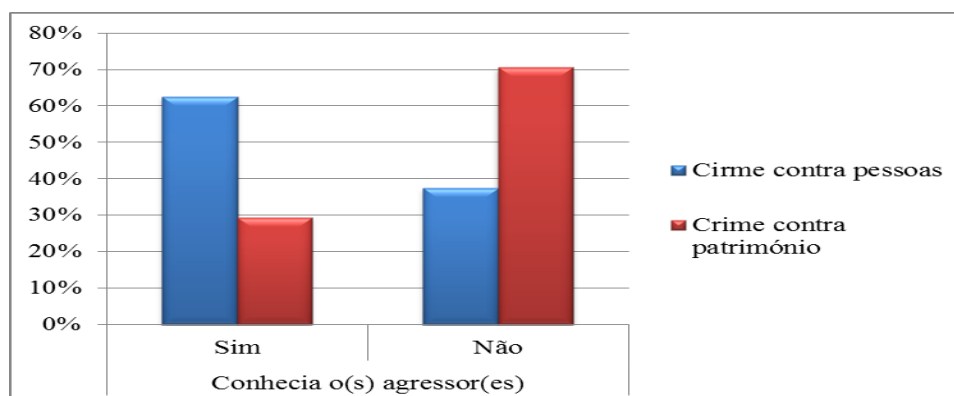
Gráfico 25-Tipo de crime presenciado/ Houve violência



Do total de 49 indivíduos que presenciaram algum crime, dos 32 que presenciaram crime contra pessoas, 31 com o peso de 96,9% responderam que houve violência, e 2 com o peso de 3,1% responderam que não houve violência.

Dos 17 que responderam que presenciaram crime contra património, 12 com o peso de 70,6% responderam que houve violência, e 5 com o peso de 29,4% responderam que não houve violência.

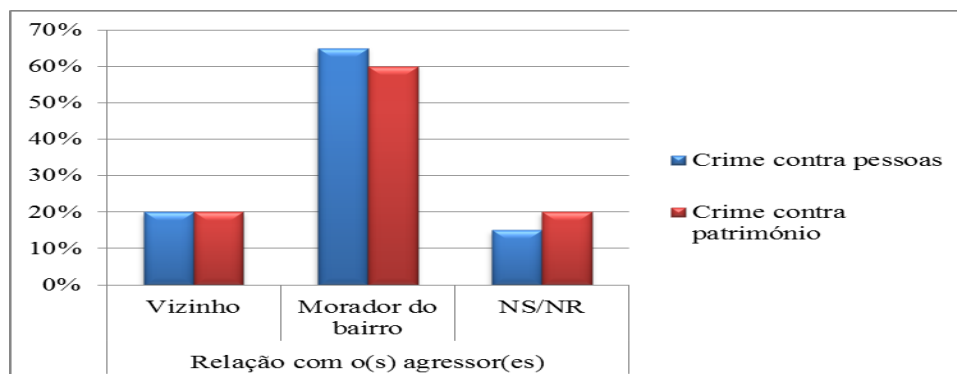
Gráfico 26-Tipo de crime presenciado/ Conhecía o(s) agressor(es)



Do total de 49 inquiridos que já presenciaram algum tipo de crime, dos 32 que presenciaram crime contra pessoas, 20 que corresponde a 62,5% responderam que conheciam o agressor, e 12 que corresponde a 37,5% responderam que não conheciam o agressor.

Dos 17 que responderam que já presenciaram algum crime, 5 que corresponde a 29,4% responderam que conheciam o agressor, e 12 que corresponde a 70,6% responderam que não conheciam o agressor.

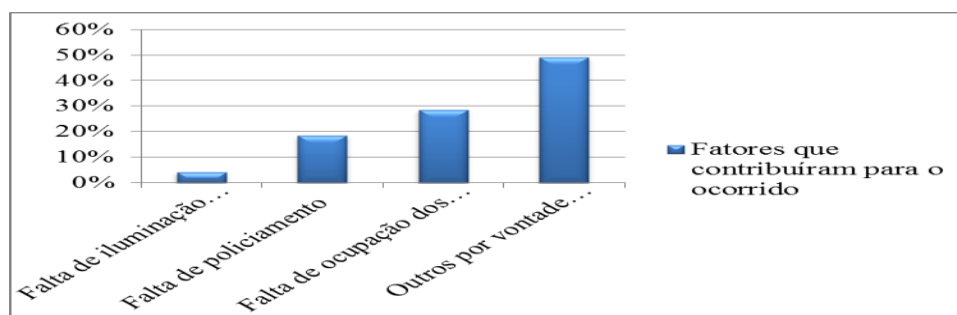
Gráfico 27-Tipo de crime presenciado/ Relação com o(s) agressor(es)



Dos 25 indivíduos que responderam que conheciam o agressor, dos 20 que presenciaram crime contra pessoas, 4 com o peso de 20% responderam que o acusado era seu vizinho, 13 com o peso de 65% respondeu que o acusado era morador do bairro, 3 com o peso de 15% não sabe ou ao responde a questão.

Dos 5 que presenciaram crime contra patrimônio, 1 com o peso de 20% respondeu que o acusado era seu vizinho, 3 com o peso de 60% respondeu que o acusado era morador do bairro, 1 com o peso de 20% respondeu outro.

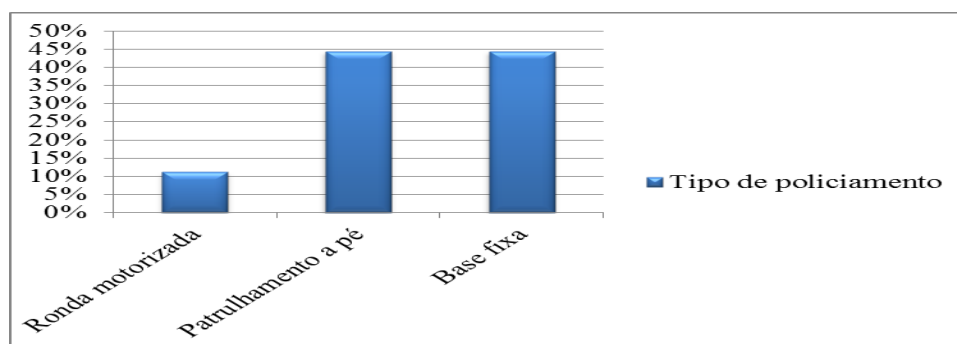
Gráfico 28-Fatores que contribuíram para o ocorrido



Do total de 49 inquiridos que responderam que já presenciaram algum crime, 2 com o peso de 4,1% responderam que a falta de iluminação pública contribuiu para o ocorrido,

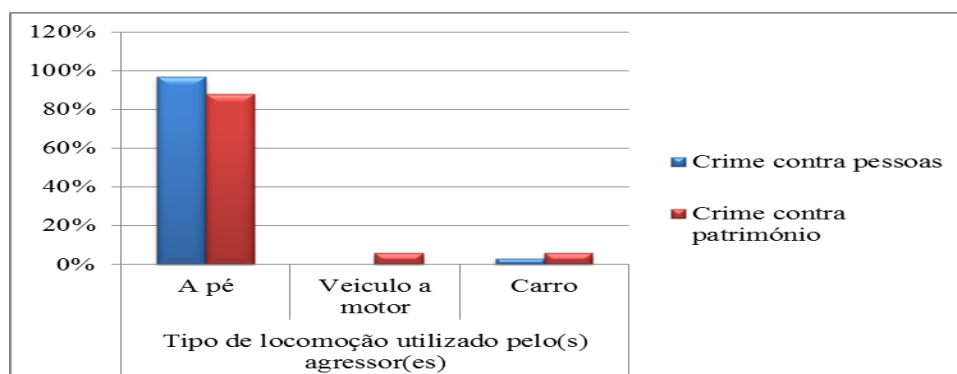
9 com o peso de 18,4% responderam que a falta de policiamento contribuiu para o ocorrido, 14 com o peso de 28,6% responderam que a falta de ocupação dos jovens contribuiu para o ocorrido, 24 com o peso de 49% responderam que foi por vontade própria.

Gráfico 29-Tipo de policiamento



Dos 9 inquiridos que responderam que a falta de policiamento foi um dos motivos que contribuiu para o ocorrido, 1 com o peso de 11,1% respondeu que foi por falta de ronda motorizada, 4 com o peso de 44,4% respondeu que foi por falta de policiamento a pé, 4 com o peso de 44,4% respondeu que foi por falta de uma base fixa.

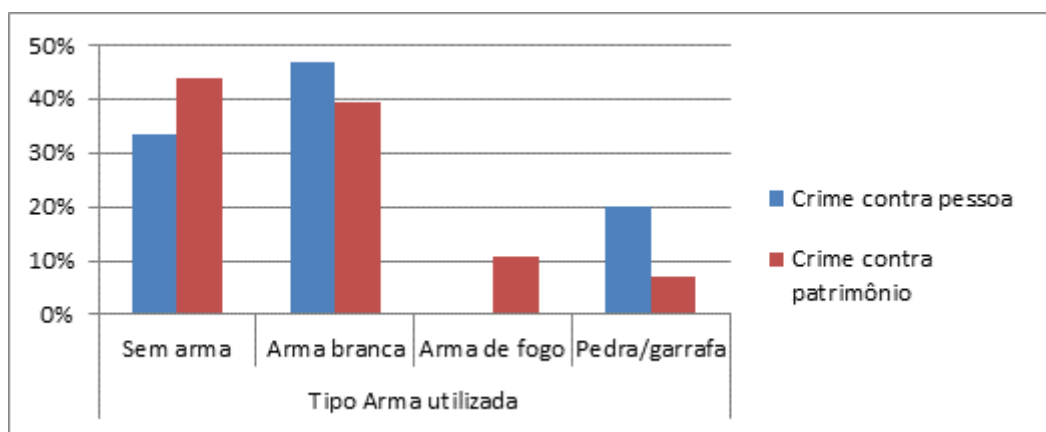
Gráfico 30-Tipo de crime presenciado/ Tipo de locomoção utilizado pelo(s) agressor(es)



Do total de 49 inquiridos que responderam que já presenciaram algum crime, dos 32 que presenciaram crime contra pessoas, 31 que corresponde a 96,9% disseram que o agressor estava a pé, 1 que corresponde a 3,1% disse que o agressor utilizou carro durante o crime.

Dos 17 que já presenciaram algum crime contra patrimônio, 15 que corresponde a 88,2% disseram que o agressor estava a pé, 1 que corresponde a 5,9% disse que o agressor utilizou um veículo a motor durante o crime, e 1 que corresponde a 5,9% disse que o agressor utilizou carro durante o crime.

Gráfico 31-Tipo de crime presenciado/ Tipo de arma utilizada

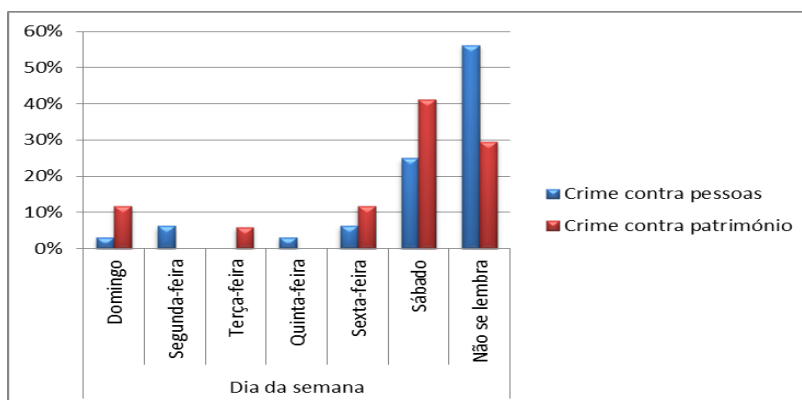


No universo de 49 indivíduos que responderam que já presenciaram algum crime, dos 32 que responderam que presenciaram crime contra pessoas, 10 com o peso de 31,2% responderam que o agressor não utilizou arma durante o crime, 7 com o peso de 21,9% respondeu que o agressor utilizou arma branca, 1 com o peso de 3,1% respondeu que o agressor utilizou arma de fogo, e 14 com o peso de 43,8% responderam que o agressor utilizou pedra e/ou garrafa durante o crime.

Dos 17 que responderam que já presenciaram crime contra patrimônio, 6 com o peso de 35,3% responderam que o agressor não utilizou arma durante o crime, 8 com o peso de

47,1% respondeu que o agressor utilizou arma branca, 3 com o peso de 17,6% responderam que o agressor utilizou pedra e/ou garrafas durante o crime.

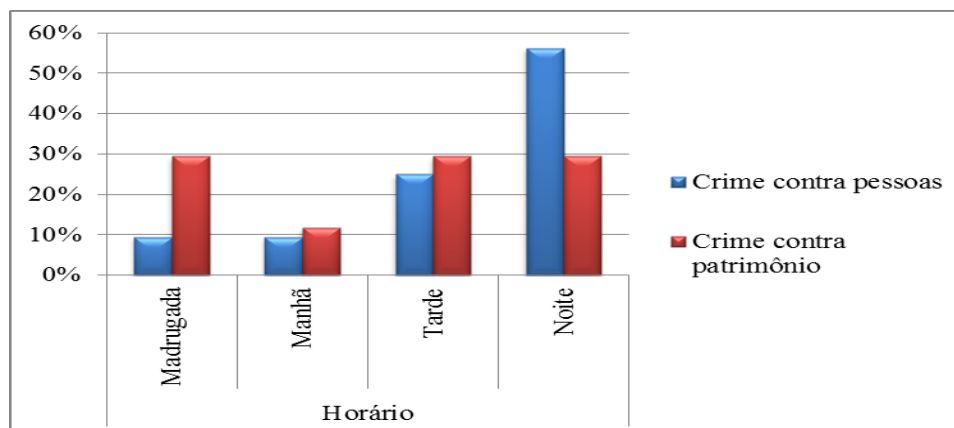
Gráfico 32-Tipo de crime presenciado/ Dia da semana



Segundo o gráfico 31, dos 49 inquiridos que responderam que já presenciaram algum crime, dos 32 que responderam que já presenciaram algum crime contra pessoas, 1 que corresponde a 3,1% respondeu que presenciou o crime no Domingo, 2 que corresponde a 6,2% responderam que presenciaram o crime numa Segunda-feira, 1 que corresponde a 3,1% respondeu que presenciou o crime numa Quinta-feira, 2 que corresponde a 6,2% responderam que presenciaram o crime numa Sexta-feira, 8 que corresponde a 25% responderam que presenciaram o crime num Sábado, e 18 que corresponde a 56,2% não se lembram o dia da semana que presenciaram o crime.

Dos 17 indivíduos que responderam que já presenciaram algum crime contra patrimônio, 2 que corresponde a 11,8% responderam que presenciaram o crime num Domingo, 1 que corresponde a 5,9% responderam que presenciaram o crime numa Terça-feira, 2 que corresponde a 11,8% responderam que presenciaram o crime numa Sexta-feira, 7 que corresponde a 41,2% responderam que presenciaram o crime num Sábado, e 5 que corresponde a 29,4% responderam que não se lembram o dia da semana que presenciaram o crime.

Gráfico 33-Tipo de crime presenciado/ Horário

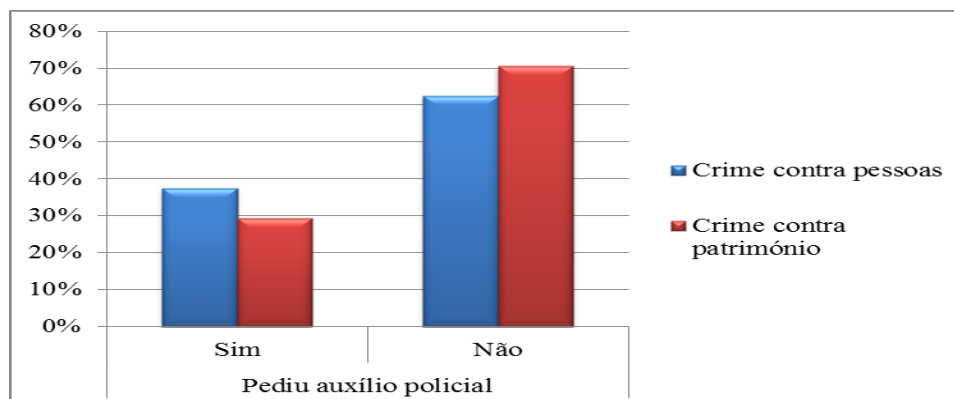


No universo de 49 inquiridos que responderam que já presenciaram algum crime, dos 32 que responderam que já presenciaram algum crime contra pessoas, 3 com o peso de 9,4% disseram que presenciaram o crime de madrugada, 3 com o peso de 9,4% disseram que presenciaram o crime de manhã, 8 com o peso de 25% disseram que presenciaram o crime a tarde, e 18 com o peso de 56,2% disseram que presenciaram o crime a noite.

Dos 17 que responderam que já presenciaram algum crime contra patrimônio, 5 com o peso de 29,4% disseram que presenciaram o crime de madrugada, 2 com o peso de 11,8% disseram que presenciaram o crime de tarde, 5 que corresponde a 29,4% disseram que presenciaram o crime a tarde, e 5 que corresponde a 29,4% disseram que presenciaram o crime a noite.



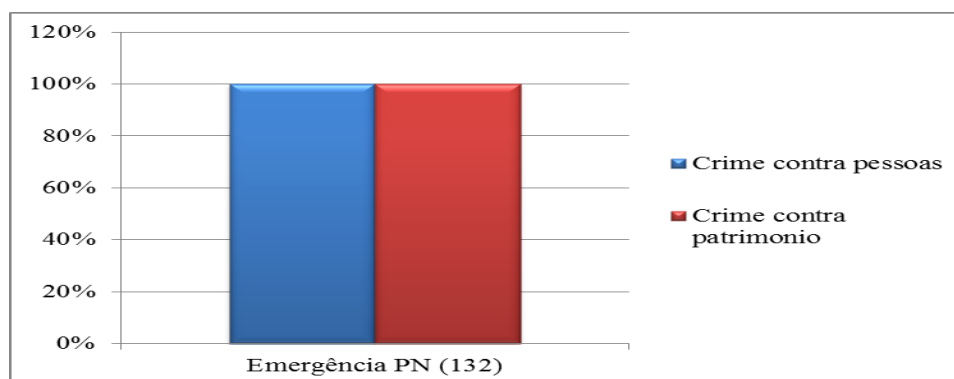
Gráfico 34-Tipo de crime presenciado/ Pediu auxílio policial



De acordo com o gráfico 33, dos 49 indivíduos que responderam que já presenciaram algum tipo de crime, dos 32 que responderam que já presenciaram crime contra pessoas, 12 com o peso de 37,5% responderam que pediram auxílio policial, e 20 com o peso de 62,5% responderam que não pediram auxílio policial.

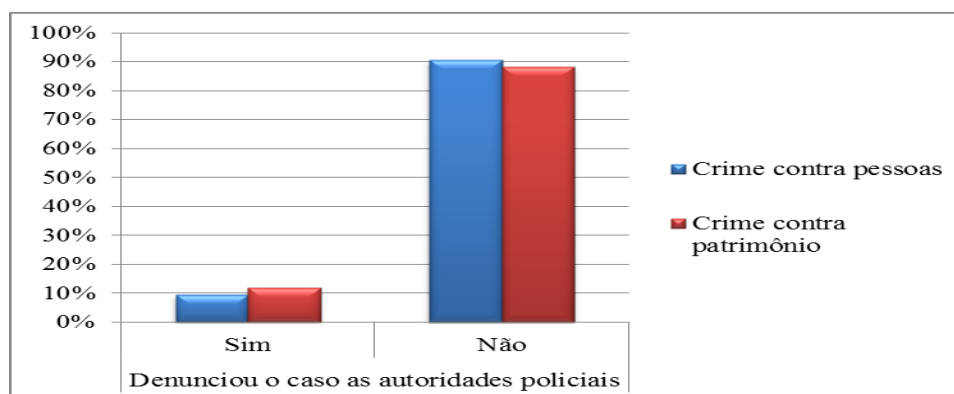
Dos 17 que responderam que já presenciaram crime contra património, 5 com o peso de 29,4% responderam que pediram auxílio policial, e 12 com o peso de 70,6% responderam que não pediram auxílio policial.

Gráfico 35-Tipo de crime presenciado/ Onde pediu auxílio policial



Dos 17 indivíduos que responderam que pediram auxílio policial, tanto os que presenciaram crime contra pessoas, como os que presenciaram crime contra património responderam que pediram auxílio policial na emergência da PN (132).

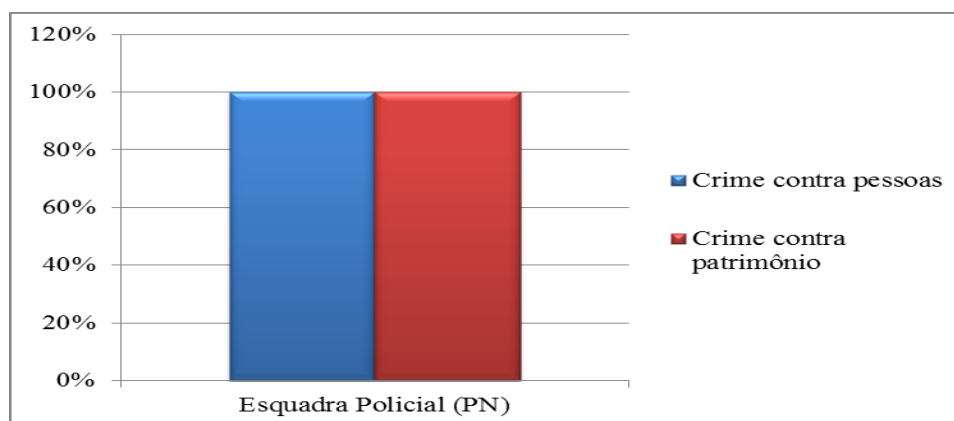
Gráfico 36-Tipo de crime presenciado/ Denunciou o caso as autoridades policiais



Dos 49 inquiridos que responderam que já presenciaram algum crime, dos 32 que responderam que já presenciaram algum crime contra pessoas, 3 que corresponde a 9,4% disseram que denunciaram o caso as autoridades policiais, e 29 que corresponde a 90,6% responderam que não denunciaram o caso as autoridades policiais.

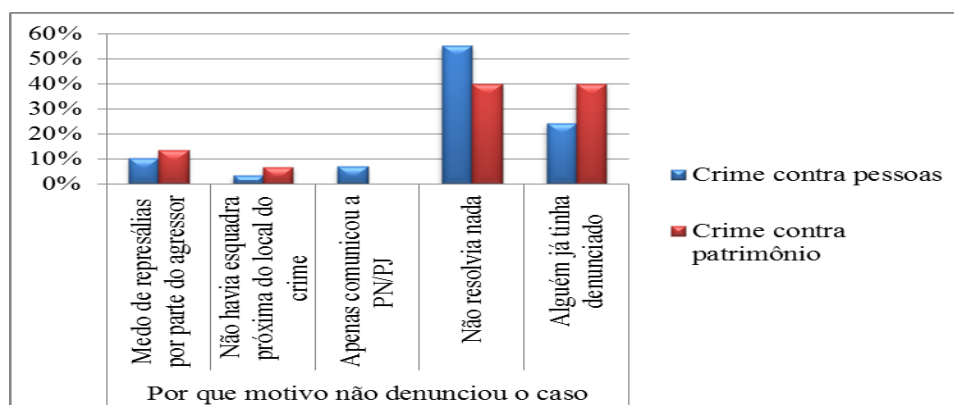
Dos 17 que responderam que já presenciaram algum crime contra património, 2 que corresponde a 11,8% disseram que denunciaram o caso as autoridades policiais, e 15 que corresponde a 88,2% disseram que não denunciaram o caso as autoridades policiais.

Gráfico 37-Tipo de crime presenciado/Onde denunciou o caso



Dos 5 inquiridos que responderam que denunciaram o caso as autoridades policiais, tanto os que responderam que presenciaram crime contra pessoas, com os que presenciaram crime contra patrimônio responderam que denunciaram o caso na Esquadra policial (PN).

Gráfico 38-Tipo de crime presenciado/ Por que motivo não denunciou o caso



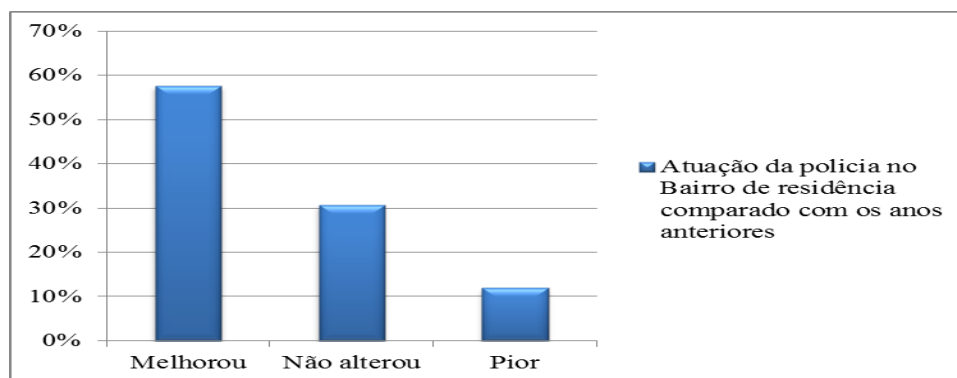
Dos 44 inquiridos que responderam que não denunciaram o caso, dos 29 que responderam que presenciaram crime contra pessoas, 3 com o peso de 10,3%

responderam que não denunciaram o caso por medo de represálias por parte do agressor, 1 com o peso de 3,4% respondeu que não denunciou o caso porque não havia esquadra próxima do local do crime, 2 com o peso de 6,9% responderam que não denunciaram o crime, apenas comunicaram a PN/PJ, 16 com o peso de 55,2% responderam que não denunciaram o crime porque não resolvia nada, e 7 com o peso de 24,1% responderam que não denunciaram o crime porque alguém já tinha denunciado.

Dos 15 que responderam que já presenciaram algum crime e não denunciou, 2 com o peso de 13,3% responderam que não denunciaram o caso por medo de represálias por parte do agressor, 1 com o peso de 6,7% responderam de não denunciaram porque não havia esquadra próxima do local do crime, 6 com o peso de 40% responderam que não denunciaram porque não resolvia nada, e 6 com o peso de 40% responderam que não denunciaram que não denunciaram porque alguém já tinha denunciado.

### 3.2.4 Dados gerais

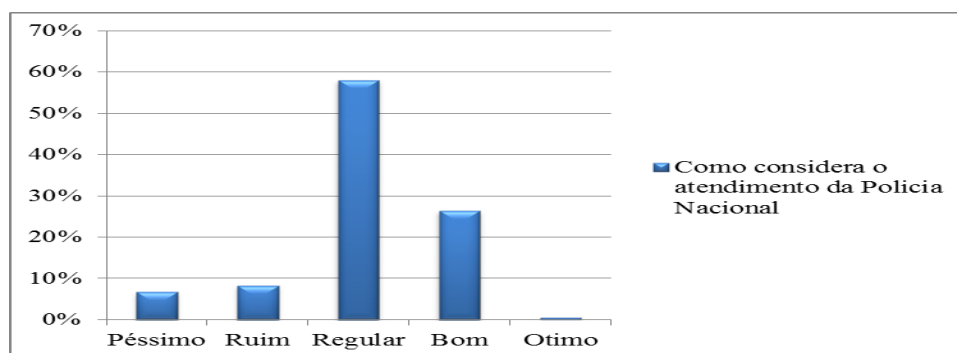
Gráfico 39-Atuação da polícia no Bairro de residência comparado com os anos anteriores



No universo de 193 inquiridos, 111 com o peso de 57,5% responderam que a atuação da polícia no bairro de residência melhorou em relação aos anos anteriores, 59 com o peso

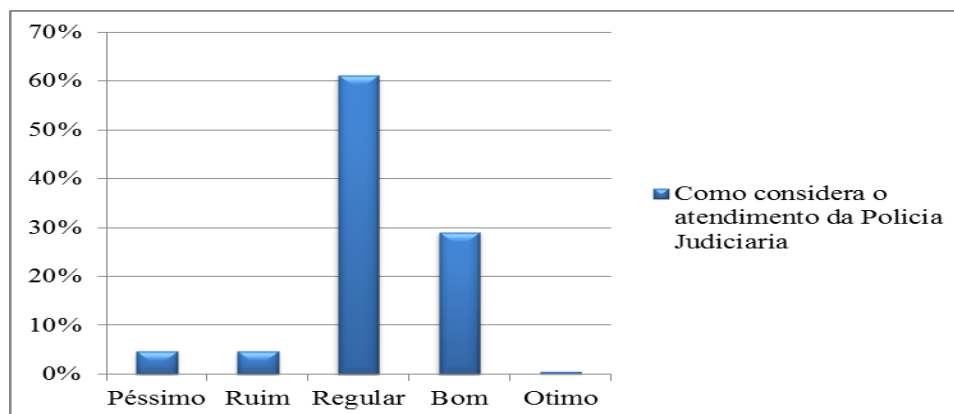
de 30,6% responderam que a atuação da polícia no bairro de residência não alterou em relação aos anos anteriores e 23 com o peso de 11,9% responderam que a atuação da polícia no bairro de residência piorou em relação aos anos anteriores.

Gráfico 40-Como considera o atendimento da Policia Nacional



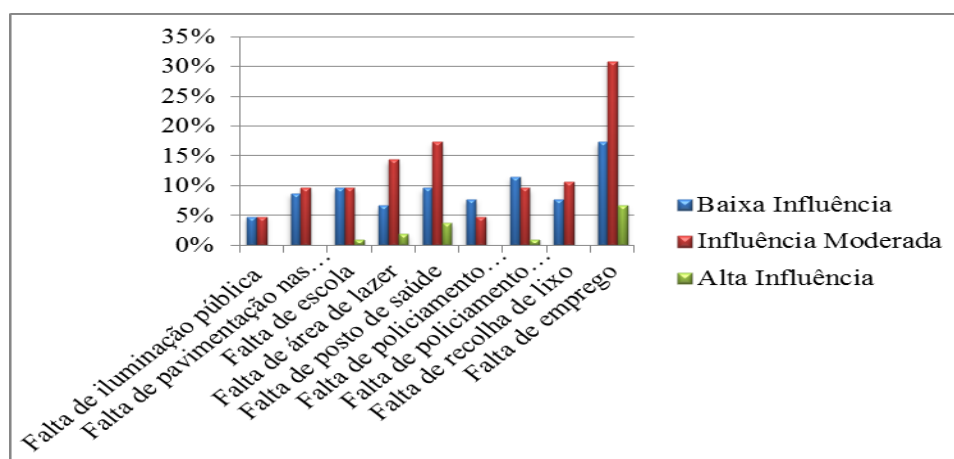
De acordo com o gráfico, dos 193 indivíduos inquiridos, 13 que corresponde a 6,7% consideram o atendimento da Policia Nacional péssimo, 16 que corresponde a 8,3% consideram a atendimento da Policia Nacional ruim, 112 que corresponde a 58% consideram o atendimento da Policia nacional regular, 51 que corresponde a 26,4% consideram o atendimento da Policia Nacional bom, e 1 que corresponde a 0,5% considera o atendimento da Policia Nacional ótimo.

Gráfico 41-Como considera o atendimento da Policia Judiciaria



Dos 193 inquiridos, 9 com o peso de 4,7% consideram o atendimento da Policia Judiciaria péssimo, 9 com o peso de 4,7% consideram o atendimento da Policia Judiciaria ruim, 118 com o peso de 61,1% consideram o atendimento da Policia Judiciaria regular, 56 com o peso de 29% consideram o atendimento da Policia Judiciaria bom, e 1 com o peso de 0,5% consideram o atendimento da Policia Judiciaria ótimo.

Gráfico 42-Fatores que influencia a criminalidade/ nível de influência



Como podemos observar no gráfico 41 quando perguntamos sobre os fatores que influenciam a criminalidade, podemos concluir que, a falta de emprego é considerado como sendo uma das maiores causas que influência a criminalidade.

## CONCLUSÃO

O tema da segurança pública e a sensação de desproteção trouxeram consigo a necessidade de questionar a eficácia do modelo de policiamento e enfrentamento da criminalidade. Diante da incapacidade de resposta do estado frente à violência, os questionamentos tomaram lugar no espaço público, consolidando um esforço amplo de atores diversos em compreender e encontrar soluções para a redução da criminalidade.

Pode-se afirmar que se as ações ainda não conseguiram reverter os altos índices de violência, contudo, certamente são o caminho e, talvez, a conquista mais importante tenha dado, a conscientização dos cidadãos de que todos são responsáveis por uma sociedade melhor, e que pequenas ações podem fazer enorme diferença na contabilidade final.

A partir dos resultados de pesquisa, a luz do referencial, baseamo-nos em questionários, apresentado que nos permite chegar as seguintes conclusões:

Relativamente a primeira hipótese: “Os principais atos cometidos pelos indivíduos nas zonas prendem-se com a chamada pequena criminalidade”, se tivermos em consideração os dados obtidos através da amostra feita e de acordo com o gráfico 7 quando perguntamos se já foi vítima de algum crime e que tipo de crime, os inquiridos que responderam que já foram vítimas de algum crime, uns responderam que foram de vítima de crime contra pessoa, outros responderam crime contra património. O mesmo acontece com os inquiridos que responderam que já presenciaram algum crime, como podemos observar no gráfico 23, pelo que podemos considerar validada a hipótese, porquanto os dados sustentam essa intuição inicial.



Quanto a segunda hipótese: “Os indivíduos que cometem esses ilícitos são, na sua maioria, jovens, desempregados e oriundos de meios, familiares, comunitários e sociais desestruturados”. Esta hipótese também é validada pelas características dos indivíduos que cometem esse tipo de ilícitos e corroborada pelas entrevistas realizadas, na segunda questão quando perguntamos quais são as causas mais importantes da violência urbana, podemos observar nos anexos que em todas as entrevistas, entrevista A, entrevista B, entrevista C, entrevista D, entrevista E, que todos tem a mesma percepção que as maiores causas da violência na sociedade é o desemprego, desestruturação social e familiar. A falta de estrutura familiar, falta de orientação da família têm contribuído para a criminalidade. Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, mudou-se a relação da mulher ficar em casa cuidando dos filhos. Essas crianças não têm mais a figura materna cuidando delas em casa e são criadas mais soltas. Também os pais tendem a transferir a responsabilidade da educação aos professores, o que não está correto.

No que concerne a terceira e ultima hipótese: “Os crimes cometidos enquadram-se, genericamente, na chamada pequena criminalidade, mas, ao mesmo tempo, têm fortes implicações na vida sociocomunitária dos moradores, o que explica e justifica a percepção generalizada de insegurança”. Esta hipótese é confirmada pelos questionários e visível nos gráficos. O número de inquiridos que foram vítimas de crimes, cerca de 25%, e os que foram vítimas de crimes com violência ajudam a sustentar a hipótese. De conformidade com as entrevistas que podemos encontrar nos anexos na primeira pergunta quando perguntamos, “por algum tempo atrás, a violência urbana tem atraído a atenção da imprensa, do governo, da opinião pública, alcançando proporções por vezes alarmantes. O que poderá estar por detrás deste problema social é percepção ou realidade”?

De acordo com as respostas dos entrevistados essa onda de violência, mesmo que esteja enquadrada na pequena criminalidade tem fortes implicações na vida sociocomunitária dos moradores, uma vez que, com o aumento da criminalidade as pessoas passaram a

estar menos tempo nas ruas, e mesmo em casa sentem-se inseguros. O medo, a insegurança e a desconfiança aumenta no meio da população, assim, se outrora as pessoas saiam mais para passear na rua e as férias eram sinónimos de descanso agora sentem mais medo de sair de casa. E muito mais quando vão de férias porque temem pelos seus bens (casa, carro...).

A segurança pública enquanto atividade desenvolvida pelo Estado é responsável por empreender ações de repressão e oferecer estímulos ativos para que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e se divertir, protegendo-os dos riscos a que estão expostos.

As instituições responsáveis por essa atividade atuam no sentido de inibir, neutralizar ou reprimir a prática de atos socialmente reprováveis, assegurando a proteção coletiva e, por extensão, dos bens e serviços.

## RECOMENDAÇÕES

- Os pais devem estar mais presentes na educação dos filhos;
- O Governo deve apostar mais em políticas de criação de emprego, também investir em centros comunitários, criação de polidesportivos como forma de ocupação dos jovens;
- Apostar mais no policiamento de proximidade.

## BIBLIOGRAFIA

Amaral, D.F., (1997) vol. II História das Ideias Políticas.

Amaral, D.F., (2003) vol. I História das Ideias Políticas.

Alexandre, R. E. (2012). Desafios aos Fundamentos do Estado Democrático, in O Poder Político e a Segurança. (Coordenação de Correia, E. P. e Duque, R.S). Lisboa. Fonte da Palavra.

Alves, A. C. (2010). Introdução a Segurança. Lisboa. Revista da Guarda.

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora.

BOLFARINE, H., BUSSAB, W. O., Elementos de Amostragem, São Paulo: Blucher, 2005.

Canotilho, J. J. G. & MOREIRA, V. (1993). Constituição da República Portuguesa Anotada. 3.<sup>a</sup> Ed. Coimbra.

Canotilho, J. J. G. (2003). Direito Constitucional e Teoria da Constituição. Coimbra: Coimbra Editora.

Clemente, P.J.L. (2009). A polícia – O caminho, in Estudos Comemorativos dos 25 anos do ISCPSI em homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida. Lisboa. Edições almedina. Páginas 87 – 107.

Clemente, P. J. L. (1998). Da Polícia de Ordem Pública. Massamá: Gazela. (Dissertação de Mestrado em Estratégia).

Correia, S. (1994), Polícia in Dicionário Jurídico da Administração Pública: das origens da Atualidade.

Correia, E. P. & Duque, R. S. (coord.), (2012). O Poder Político e a Segurança, Lisboa. Fonte da palavra.

Dias, V. (2012). Metamorfoses da polícia: novos paradigmas de segurança e liberdade. Centro de Investigação de ISCPSI.

Dias, M. G. (1998). Limites à Atuação das Forças e Serviços de Segurança, in Direitos Humanos e Eficácia Policial: Seminário de Controlo da Atividade Policial. Lisboa. IGAI.

Fernandes, L. F., & Valente, M. M. (2005). Segurança Interna - Reflexões e Legislação. Lisboa. Edições Almedina.

Giddens, A. (2004). Sociologia (4ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Goldstein H. (1979), "Improving Policing: A problem - Oriented Approach. "Crime & Delinquency abril: 234-58.

MURPHY, Cristopher (1998). La police et la résolution de problèmes: un manual pratique in Une police professionnelle de type communautaire. Vol. I. Normandeu, André (Coord.), Méridien, Montréal.

Oliveira, J. F. (2006). As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade. Lisboa. Almedina.

Oliveira, J. F. (2000). A Manutenção da Ordem Pública em Portugal. 1.ª Edição. Lisboa. ISCPSI.

Ramos, E. L. S. & Araújo A. R. (2013). Violência no Campus Universidade Federal do Pará.

Rodrigues, N. P. G. (2011). A Segurança Privada em Portugal: Sistemas e Tendências.

Raposo, J. (2006). Direito Policial I. Coimbra. Almedina.

Soares, P. (1987). A Segurança Questionada. Curitiba. Publicação para todos.

Tavares, Armindo G. (2013). A Problemática da Criminalidade em São Vicente. Breve reflexão sobre as Estatísticas Criminais – 2008 – 2012. Mindelo – São Vicente.

Valente, M. M. G. (2012). a). Teoria Geral do Direito Policial. 3.<sup>a</sup> Edição. Coimbra. Almedina.

Valente, M. M. G. (2013). Segurança: um tópico Jurídico em reconstrução. Ancora editora.

## DISSERTAÇÕES

Barbosa, Alberto Lopes (2012). Estado e polícia: A institucionalização da segurança pública em Cabo Verde (1870 – 2000), Dissertação de mestrado em segurança pública defesa social e mediação de conflitos, Praia, Universidade de Cabo Verde – Universidade Federal do Pará.

Rodrigues N. D. (2016), Polícia Nacional De Cabo Verde: Análise Histórica E De Competências. Dissertação de mestrado em Ciências Policiais, Lisboa, ISCPSI.

SILVA, C. A. G. (2014). A participação das forças Armadas na segurança pública em Cabo Verde: que colaboração, Dissertação de mestrado em Ciências Policiais, Lisboa, ISCPSI.

Vala, J. (2009). A Análise de Conteúdo in Metodologia das Ciências Sociais. 15.<sup>a</sup> Edição. (orgs. Silva, A. S. & Pinto, J. M.). Porto. Edições Afrontamento.

## LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Código Penal de Cabo Verde – Decreto Legislativo nr. 4/2003, de 18 de novembro.

Código de Processo Penal de Cabo Verde – Decreto Legislativo nr. 2, 2005, de 7 de fevereiro.

Constituição da República de Cabo Verde, (2010). 2<sup>a</sup> Revisão Ordinária, Assembleia Nacional, Praia, 4a Edição.

Decreto-Legislativo n.º 6/2005 de 14 de novembro: Cria a Polícia Nacional de Cabo Verde.

Decreto-Legislativo nº 8/2010 de 28 setembro: Aprova o estatuto dos elementos da PNCV.

Decreto-Lei nº 39/2007 de 12 de novembro: Aproa a Orgânica da PNCV.

Decreto-Lei nº 16/2009: Estabelece o Estatuto do Conselheiro de Segurança Nacional de Cabo Verde.

Decreto-Lei nº 51/2013 de 20 de dezembro: Aprova o sistema Nacional de Segurança de Cabo Verde.

Lei Constitucional nº 1/VII/2010: Constituição da República de Cabo Verde.

Lei de Investigação Criminal – Lei nº 30/VII/2008, de 21 de junho.

Lei de Segurança Interna e Prevenção da Criminalidade – Lei nr. 16/VII/2007, de 10 de setembro.

#### FONTES ELETRÓNICAS

file:///C:/Users/Guarda%20fical/Downloads/Dissertacao\_Rodrigo\_Garcia\_Vilardi\_verso\_parcial\_5861744.pdf 13.04.15.2015.

<http://www.brasilecola.com/sociologia/o-papel-estado-segundo-thomas-hobbes.htm>.

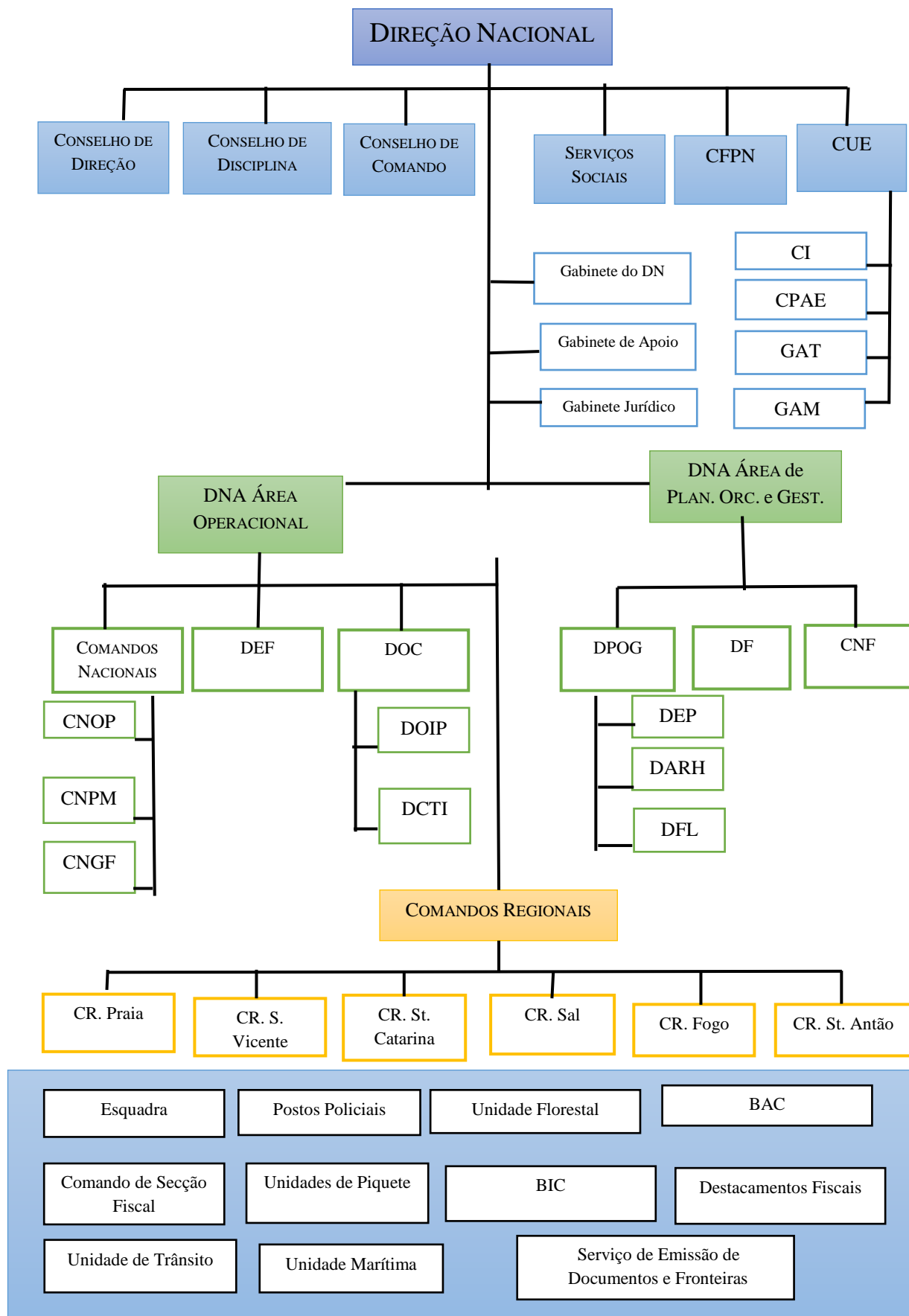
([http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014\\_pt\\_web.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf)), consultado em 13.04.2015.

[http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=6084](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6084) - Políticas Públicas No Combate À Criminalidade (consultado em 10-04-2015).



## ANEXOS

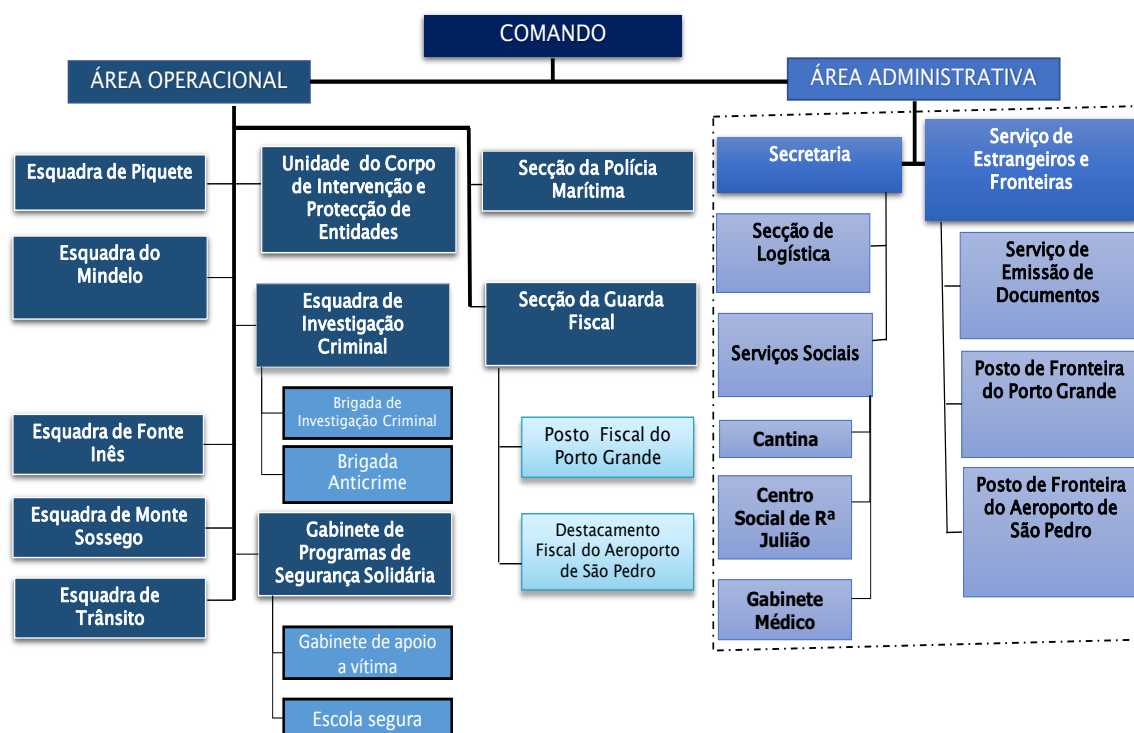
### Anexo 1 - Estrutura Orgânica da Polícia Nacional de Cabo Verde (Fonte própria, com base na Orgânica da PN)



### **Anexo 1.1-Legenda (estrutura orgânica da PN)**

|      |  |
|------|--|
| BAC  | Brigada Anticrime.                                   |
| BIC  | Brigada de Investigação Criminal.                    |
| CI   | Corpo de Intervenção.                                |
| CNF  | Centro Nacional de Formação.                         |
| CNGF | Comando Nacional da Guarda Fiscal.                   |
| CNOP | Comando Nacional de Ordem Pública.                   |
| CNPM | Comando Nacional da Polícia Marítima.                |
| DOC  | Direção de Operações e Comunicações.                 |
| CPAE | Corpo de Proteção a Altas Entidades.                 |
| CR   | Comando Regional.                                    |
| CUE  | Comando das Unidades Especiais.                      |
| DARH | Divisão de Administração e Recursos Humanos.         |
| DCTI | Divisão de Comunicações e Tecnologias de Informação. |
| DEF  | Departamento de Emigração e Fronteiras.              |
| DEP  | Divisão de Estudos e Planeamentos.                   |
| DF   | Direção de Formação.                                 |
| DFL  | Divisão de Finanças e Logística.                     |
| DOIP | Divisão de Operações e Informações Policiais.        |
| DPOG | Direção de Planeamento Orçamento e Gestão.           |
| GAT  | Grupo de Ação Tático.                                |
| GAM  | Grupo de Atiradores em Moto.                         |

## Anexo 2-Estrutura Orgânica do Comando Regional de São Vicente



**POLÍCIA NACIONAL**

PELA CIDADANIA, DIREITOS E DIGNIDADE HUMANA

## Anexo 3- Questionário

### Questionário

Bom dia/Boa tarde, meu nome é Albertino Cruz, Estudante do Curso de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Mindelo, estou a fazer um trabalho de campo, versando a temática “Segurança Interna: Estudo de caso da Zona Sul da Cidade do Mindelo - São Vicente”.

Desde já muito obrigado pela sua colaboração!

#### Verificar quotas

##### P.1) Sexo:

1.1) Masculino

1.2) Femenino

##### P.2) Dos grupos de idade que lhe vou apresentar, gostaria que me indicasse, por favor em qual se situa a sua idade:

2.1) Dos 18 aos 25 anos

2.2) Dos 26 aos 35 anos

2.3) Dos 36 aos 45 anos

2.4) Dos 46 aos 55 anos

2.5) Dos 56 aos 65 anos

2.6) Com mais de 66 anos

**DELITOS SOFRIDOS PELO ENTREVISTADO** (Julho de 2010, a Julho de 2015)

##### P.3) Você foi vítima de algum crime?

3.1) Sim,

3.2) Não (*Vá para a pergunta P.15*)

##### P.4) Tipo de crime presenciado. Ano/Mês \_\_\_\_\_

4.1) Quantidade de agressor(es): \_\_\_\_\_.

##### P.5) Houve violência:

5.1) Sim

5.2) Não.

##### P.6) Você conhecia o(s) agressor (es)?

6.1) Sim

6.2) Não

##### P.6.1) Qual a sua relação com o(s) agressor (es)?

6.1.1) Membro da família

6.1.2) Vizinho

6.1.3)

Morador do bairro 6.1.4) Outro. Qual \_\_\_\_\_.

##### P.7) Quais destes fatores você acha que contribuíram para o ocorrido? (*Múltipla escolha*)

7.1) Falta de iluminação pública

7.1.1) Sim

7.1.2) Não.

7.2) Falta de policiamento

7.2.1) Sim

7.2.2) Não

7.3) Falta de ocupação dos jovens

7.3.1) Sim

7.3.2) Não

7.4) Outros por vontade própria

7.4.1) Sim

7.4.2) Não

##### P.7.3.1) Se sim, que tipo de policiamento?

7.3.1.1) Ronda motorizada                      7.3.1.2) Patrulhamento a pé                      7.3.1.3) Base fixa  
7.3.1.4) Outra. Qual \_\_\_\_\_

**P.8) Tipo de locomoção utilizada pelo (s) agressor (es)**

8.1) A pé              8.2) Moto              8.3) Bicicleta              8.4) Carro              8.5) Outro \_\_\_\_\_

**P.9) Tipo de arma utilizada: (*Múltipla escolha*)**

9.1) Sem arma              9.2) Arma branca              9.3) Arma de fogo              9.4) Outro. Qual \_\_\_\_\_

**P.10) Dia da semana**

10.1) Domingo              10.2) Segunda feira              10.3) Terça feira              10.4) Quarta feira  
10.5) Quinta feira              10.6) Sexta feira              10.7) Sábado              10.8) Não se lembra

**P.11) Horário**

11.1) Madrugada              11.2) Manhã              11.3) Tarde              11.4) Noite

**P.12) Você pediu auxílio policial?**      12.1) Sim                      12.2) Não

**P.12.1) Onde é que pediu o auxílio?**      12.1.1) Emergência PN (132)                      12.1.2) Ronda motorizada  
12.1.3) Patrulhamento a pé              12.1.4) Serviço de Piquete da PJ              12.1.5) Outra. Qual \_\_\_\_\_

**P.13) Denunciou o caso às autoridades policiais)**      13.1) Sim                      13.2) Não

**P13.1) Onde que a denúncia foi realizada?)**

13.1.1) Esquadra policial (PN)              13.1.3) Piquete de serviço (PJ)  
13.1.2) Banco de Urgência do Hospital              13.1.4) Outra. Qual. \_\_\_\_\_

**P.14) Porque não denunciou, o caso?**

14.1) Não sabia que o facto era considerado crime              14.2) Não sabia onde denunciar  
14.3) Medo de represálias por parte do agressor              14.4) Não gosta do ambiente da polícia  
14.5) Não havia esquadra próxima do local do crime              14.6) Porque o atendimento é demorado  
14.7) Apenas comunicou a PN/PJ              14.8) Medo de retaliação do policial  
14.9) Não resolvia nada              14.10) Outra. Qual. \_\_\_\_\_

|  |
|--|
| <b>DELITOS PRESENCIADOS PELO ENTREVISTADO</b> (Julho de 2010, a Julho de 2015) |
|--|

**P.15) Você presenciou algum crime?**

P.15.1) Sim. \_\_\_\_\_

P.15.2) Não (*Vá para a pergunta P.27*)

**P.16) Tipo de crime presenciado. Ano/Mês** \_\_\_\_\_

16.1) Quantidade de agressor(es) \_\_\_\_\_

**P.17) Houve violência?**

17.1) Sim

17.2) Não

**P.18) Você conhecia o (s) acusado (s)?**

18.1) Sim

18.2) Não

**P.18.1) Qual a sua relação com o (s) acusado (s)?**

18.1.1) Membro da família

18.1.2) Vizinho

18.1.3) Morador do Bairro

18.1.4) Outros.

**P.19) Quais destes fatores você acha que contribuíram para o ocorrido? (*Múltipla escolha*)**

19.1) Falta de iluminação pública

19.1.1) Sim

19.1.2) Não

19.2) Falta de policiamento

19.2.1) Sim

19.2.2) Não

19.3) Falta de ocupação dos jovens

19.3.1) Sim

19.3.2) Não

19.4) Outros por vontade própria

19.4.1) Sim

19.4.2) Não

**P.19.3.1) Se sim, que tipo de policiamento?**

19.3.1.1) Ronda motorizada

19.3.1.2)

Patrulhamento a pé

19.3.1.3) Base fixa

19.3.1.4) Outra. Qual \_\_\_\_\_

**P.20) Tipo de locomoção utilizada pelo agressor?**

20.1) A pé

20.2) Veículo a motor

20.3) Bicicleta

20.4) Carro

20.5) Outro. Qual \_\_\_\_\_

**P.21) Tipo de arma utilizada: (*Múltipla escolha*)**

21.1) Sem arma

21.2) Arma branca

21.3) Arma de fogo

21.4) Outro.

Qual \_\_\_\_\_

**P.22) Dia da semana**

22.1) Domingo

22.2) Segunda feira

22.3) Terça feira

22.4) Quarta feira

22.5) Quinta feira

22.6) Sexta feira

22.7) Sábado

22.8) Não se lembra

**P.23) Horário**

23.1) Madrugada

23.2) Manhã

23.3) Tarde

23.4) Noite

**P.24) Você pediu auxílio policial?**

24.1) Sim

24.2) Não

**P.24.1) Onde pediu o auxílio?**

24.1.1) Emergência PN (132)

24.1.2) Viatura policial

24.1.3) Patrulhamento a pé

24.1.4) Serviço de Piquete da PJ      24.1.5) Outra. Qual \_\_\_\_\_

**P. 25) Você Denunciou o caso às autoridades policiais?**      25.1) Sim      25.2) Não

**25.1). Onde é que a denúncia foi realizada?)**

25.1.1) Esquadra policial (PN)      25.1.2) Piquete de serviço (PJ)      25.1.3) Banco de Urgência do Hospital 25.1.4). Outra. Qual. \_\_\_\_\_

**P.26). Porque motivo não denunciou o caso?**

26.1) Não sabia que o facto era considerado crime      26.2) Não sabia onde denunciar  
 26.3) Medo de represálias por parte do agressor      26.4) Não gosta do ambiente da polícia  
 26.5) Não havia esquadra próxima do local do crime      26.6) Porque o atendimento é demorado  
 26.7) Apenas comunicou a PN/PJ      26.8) Medo de retaliação do policial  
 26.9) Não resolvia nada      26.10) Outra. Qual. \_\_\_\_\_

|                         |
|-------------------------|
| <b>PERGUNTAS GERAIS</b> |
|-------------------------|

**P.27). Comparado com os anos anteriores, como está a atuação da polícia no Bairro da sua residência:**      27.1) Melhor      27.2) Não alterou      27.3) Pior

**P.28) Como você considera o atendimento da Polícia Nacional?**      28.1) péssimo      28.2). Ruim      28.3). Regular      28.4) Bom      28.5) Ótimo

**28.1) Como você considera o atendimento Polícia Judiciária:**      28.\.1) Péssimo      28.1.2) Ruim      28.1.3) Regular      28.1.4) Bom      28.1.5) Ótimo

**29). Para a criminalidade no seu bairro, numa escala de 1 a 09, (pontue, sendo 1 o mínimo e 9 o máximo): avalie como contribuem os fatores seguintes:**

**09 (total influência)**

|  |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| <b>29.1)</b> Falta de iluminação               | [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] | [9] |
| <b>29.2)</b> Falta de pavimentação das Ruas    | [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] | [9] |
| <b>29.3)</b> Falta de Escolas                  | [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] | [9] |
| <b>29.4)</b> Falta de área de lazer            | [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] | [9] |
| <b>29.5)</b> Falta de posto de Saúde           | [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] | [9] |
| <b>29.6)</b> Falta de Policiamento (Ronda)     | [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] | [9] |
| <b>29.7)</b> Falta de Policiamento (BASE FIXA) | [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] | [9] |
| <b>29.8)</b> Falta de recolha de lixo          | [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] | [9] |
| <b>29.9)</b> Falta de emprego                  | [1] | [2] | [3] | [4] | [5] | [6] | [7] | [8] | [9] |





- 33.5) De sessenta e um, a setenta e cinco mil escudos  
33.6) De setenta e seis, a noventa mil escudos  
33.7) De noventa e um mil escudos e mais

***Por agora é tudo. Pode querer que acabaste de dar a tua contribuição para a minha formação.***

Bairro de entrevista \_\_\_\_\_

Rua, sub-bairro ou outra identificação \_\_\_\_\_

Referência do lar selecionado (nº ou outro qualquer) \_\_\_\_\_

Entrevistador \_\_\_\_\_

Início da entrevista \_\_\_\_:\_\_\_\_ Fim da entrevista \_\_\_\_:\_\_\_\_

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **Anexo 4- Guião de Entrevista**

##### **Guião de Entrevista**

No âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) para obtenção o grau de Licenciado “Segurança Interna/ estudo de caso na zona sul da Cidade do Mindelo”, a decorrer na Universidade do Mindelo, do qual é orientador o Exmo. Senhor Docente Isidoro Costa, tendo como orientando o aluno Albertino Roberto da Cruz, pretende-se realizar uma entrevista com o fito de sustentar o estudo caso.

O aluno Albertino Cruz compromete-se a manter a confidencialidade dos dados obtidos, fora do âmbito da elaboração e discussão da monografia.

##### **Perfil do entrevistado**

Nome: \_\_\_\_\_

Função que desempenha na instituição: \_\_\_\_\_

Idade:\_\_\_\_\_ Sexo:\_\_\_\_\_ H. Literárias:\_\_\_\_\_

##### **- Entrevista –**

A violência urbana é um mal que assola as comunidades que vivem em centros urbanos. Abrange toda e qualquer ação que atinge as leis, a ordem pública e as pessoas. Muitas são as causas da violência e todo este ciclo vicioso se origina a partir da falta de condições de uma vida digna que faz com que as pessoas percorram caminhos ilegais ou criminosos.

A violência urbana é grande em países em que funciona mal os mecanismos de controle social, político e jurídico, segundo alguns autores.

Gostaria de saber a sua opinião seguinte da criminalidade em Cabo Verde:

**P1.** Por algum tempo atrás, a violência urbana tem atraído a atenção da imprensa, do governo, da opinião pública, alcançando proporções por vezes alarmantes. O que poderá estar por detrás deste problema social é percepção ou realidade?

**P2.** Quais as causas mais importantes da violência urbana?

**P3.** Quais são as consequências da violência urbana?

**P4.** Que sugestões para resolver os problemas relacionados com a violência urbana?

**P5.** É possível combater a criminalidade urbana com o respeito escrupuloso pelos Direitos Humanos?

**P6.** Nos últimos anos, jovens em conflito com a Lei dividiam a cidade em territórios bem demarcados. Como é que o Senhor analisa as consequências para os moradores dessas localidades e, que solução?

**P7.** Na sua opinião, os órgãos de comunicação social têm contribuído para aumentar ou destacar esta cidade como uma cidade violenta?

**P8.** Existem grupos realmente vulneráveis que precisam de ajudas por parte do Governo ou outras entidades?

**P9.** Do seu ponto de vista, com a criação da BAC, tudo vai mudar ou a violência urbana irá continuar?

**P9.1** - Mas há quem defenda que resolvido um problema pontual da criminalidade a BAC devia recuar, qual é sua opinião?

**P10.** Qual é o papel que a droga desempenha na insegurança em Cabo Verde?

**P11.** Que sugestões deixaria ao nível da atuação contra a droga que contribuisse para segurança e redução da criminalidade.

**Fim da entrevista.**

**Muito Obrigado pela sua colaboração.**

## **Anexo 5- Entrevistas**

### **ENTREVISTA A**

Entrevistado: Dr. João Nascimento Santos

Cargo/ Posto: Comissário, Comandante Regional da PN-Ilha do Sal

P.1. Por algum tempo atrás, a violência urbana tem atraído a atenção da imprensa, do governo, da opinião pública, alcançando proporções por vezes alarmantes. O que poderá estar por detrás deste problema social é percepção ou realidade?

R: É a realidade, com é óbvio, mas em muitos casos com algum excesso pelas leituras feitas principalmente por algumas camadas sociais, mas que há violência urbana hoje que chama a atenção e apela, observa a todos nós enquanto responsáveis do controlo social, como se vê há falta mecanismo controlo social acaba por trazer os males, daí que, aquilo que tem despertado atenção dos políticos e das autoridades não é apenas percepção, reside e existe mesmo.

P.2. Quais são as causas mais importantes da violência urbana?

R: Para mim, a destruturação social dentro da própria família onde começa tudo. Eu não sou apologista de que a falta de emprego é uma causa imediata para a violência urbana, porque muito se tem dito que o consumo de álcool e drogas outras, é a consequência da falta de emprego, para mim não é aí, se você não trabalha e não tem dinheiro não pode ter ócio e vícios e, para sustentar é preciso ter algo. Começa aí na estrutura familiar e hoje queremos todos subir na carreira profissional, a mãe, a mulher que antigamente era o pilar da família que cuidava, tratava e educava, hoje não tem tempo para os filhos, os pais não tem tempo para educar os filhos, abertura social e o mundo globalizado arrasta consigo alguns malefícios também porque os pais querem compensar os filhos com meios de distração de lazer os pais fazem fuga em frente a educação dos filhos criando condições outras para que os filhos podem estar ocupados e essa ocupação muitas vezes é ocupada de um forma também descontrolada porque não controla os filhos, a maior

causa o que esta por trás de tudo isto é a desagregação familiar, com a família desagregada a sociedade também esta desagregada depois vem a situação jurídica do país, nós temos muitas leis, panóplia de leis, normas e outros regulamentos mas falta regulamentos próprios para aplicabilidade das normas que existem, há muitas leis que existem e não são aplicadas e o controlo do poder jurídico também não tem funcionado como a gente gostaria, se calhar nós já chegamos num ponto em que a policia passou a ser um mero observador e feitor/elaborador de documentos para remeter ao ministério publico, tudo vai para o ministério publico a policia perdeu alguma competência em matéria de fazer, digamos não é resolver nem julgar mas é mediar conflitos se a policia tivesse espaço para a mediação de conflitos respostas dadas imediatamente a certos casos teria amortizado os efeitos negativos e quando amortização de efeitos vai-se esperar que a justiça funciona e os casos acabam por perder na justiça cria-se uma desconfiança ninguém acredita e tudo isto acaba por trazer violência porque o homem passou a quer resolver o seu próprio problema, temos respostas dadas nos casos de violência domestica por exemplo óbitos, homicídios que são respostas dada a negação ou então a morosidade da justiça porque se a justiça tivesse funcionada não teria havido óbito se reparar há vários casos de violência domestica em são vicente e não só em que a mulher acaba por matar o seu próprio companheiro ou marido exatamente por causa de tanta apanhar, chegue um dia que não pode apanhar mais e o homem também abusa porque a justiça não funcionava e ainda mesmo assim a lei VBG esta a funcionar acaba por trazer esta violência depois temos a questão do desemprego é verdade que trás consigo.

Nos temos bairros mal formatados sem uma segurança urbana nos não temos por exemplo iluminação publica não temos espaços para a população jovem durante tempo de lazer quando não tem nada para fazer enfim é um conjunto de situações que acaba por trazer essa violência urbana.

Mas para min uma das coisas para min principalmente é a desagregação familiar, a falta de urbanização de um parque urbano devidamente preparado porque não há iluminação

publica as pessoas atiram lixo da via pública, alguém faz uma construção deixa restos que incomodam, o areal que é deitado junto a obra incómoda tudo isso provoca dissabor, circulação de droga.

P.3. Quais são as consequências da violência urbana?

R: As consequências da violência urbana há um descrédito que aumenta o sentimento de insegurança, alastrado na sociedade civil, há um descrédito ao controle social, jurídico e policial com a tendência de querer fazer justiça popular. Depois perdemos muita confiança a nível internacional, se calhar por causa disto os próprios investidores tem alguma resistência em investir em certas ilhas ou zonas por causa da situação da violência urbana que existe.

P.4. Que sugestões para resolver os problemas relacionados com a violência urbana?

R: Eu acredito que é preciso atribuir maiores poderes ao controle social nesse caso a polícia de ordem pública que poderia resolver muitos problemas, nós temos um sistema de policialmente de proximidade muito mal explorado e mal trabalhado. Esse policialmente de proximidade ainda não chegou ao seu ponto que nós desejaríamos e estou a pedir um ponto alto, com policias junto a sociedade poder-se-ia minimizar e de que maneira esses conflitos sociais que acaba por desembocar em conflitos armados que tem tirado a vida há certos jovens, a polícia esta longe da sociedade civil nós não temos condições para la chegar se calhar falta meios, de tudo. Mas para min seria um bom passo, porque é escusado pedir a família que se faça mais, a família hoje esta direcionada com o rosto para frente a mãe não vai deixar de trabalhar para vir cuidar dos filhos, não vai deixar gozar as suas ferias no exterior por causa dos filhos assim como os pais não vão abdicar das regalias que tem até agora, nós entregamos os filhos ao controle de alguém. Para min o ideal seria que houvesse um policialmente de proximidade, mas com órgãos da sociedade civil sociólogos principalmente das instituições direcionadas para o conflito social tanto equipas de psicólogos como sociólogos, nos bairros com gabinetes próprios, trabalhando junto dessas comunidades ai sim poder-se-ia chegar ao cerne da questão.

Nos temos crianças abandonas não há como fazer uma recolha dessas crianças não há espaço para isso, daí que, para mim começar por aí dar atribuições a polícia que esta no terreno esta no dia-a-dia e a partir de aí criar uma rede social para trabalhar como acontece ISIEG, REDSOL que tem feito muito trabalho sobre a violência de género com as famílias, mas ainda está longe.

P.5. É possível combater a criminalidade urbana com o respeito escrupuloso pelos Direitos Humanos?

R: Isto é muito vago, os direitos humanos, quem é desrespeita os direitos humanos, quem é que vê os direitos humanos nós temos uma tendência de ver a atuação dos direitos humanos na parte das autoridades e aí começa a pegar mal, porque, quem lhe agride a bofetada na via publica esta a violentar os seus direitos como cidadão civil portanto não é por aí que vamos combater a violência domestica visto nesta vertente que não de certeza que não. Pois visto assim, isto não é possível.

P.6. Nos últimos anos, jovens em conflito com a Lei dividiam a cidade em territórios bem demarcados. Como é que o Senhor analisa as consequências para os moradores dessas localidades e que solução?

R: As consequências dos grupo cria sentimento de terror junto aos moradores mas humildes honestas que fazem parte mesmos membros dos familiares de alguns jovens inseridos nesse grupos também vivem esse terror, portanto há um sentimento alargado de insegurança e as pessoas temem sair a noite, circular como objetos valiosos e conviver com a vizinhança porque não sabe que hora que o grupo chegue lá para perturbar e criar desordem. Quem não é do bairro não frequente aquele bairro certeza de uma forma isolada, e de uma forma escrupulosa, ou seja, delimita de uma certa forma a liberdade que condiciona a circulação das pessoas tanto daqueles que vivem naquele bairro como aqueles que gostariam de lá ir

Quanto a solução está exatamente nesse moradores que tem passar as informações e não esconder colaborando com as autoridades, estar sempre atento e sem se identificar como é obvio dar informações atualizadas quando é preciso dar colaborar ai se resolver-se-ia porque esses jovens são desses bairros tem familiares la e os familiares tem tendência de omitir ou esconder os factos e os próprios filhos sabendo de ante mão de que estão metidos naquele grupo só falta 1% que é para ser apanhado e flagrante delito mas tem 99% de certeza de que os seus filhos esta metido naquilo. Então se houver uma colaboração dos pais dos residentes desses bairros resolver-se-ia de certeza os grupos inseridos naquele cato.

P.7. Na sua opinião, os órgãos de comunicação social têm contribuído para aumentar ou destacar esta cidade do Mindelo como uma cidade violenta?

R: Isto a nível nacional, não é só os nossos órgãos de comunicação social, só tem noticia quando há violência e depois não exploram bem os casos, repare que a notícia vinculada na comunicação depois ficou-se a saber se calhar de que aquele jovem terá provocado aqueles que lhe tiraram a vida, depois veio-se dizer isto não sei se é verdade ou não mas foi o que se veio dizer portanto os órgãos de comunicação social em vez de tratar o caso dentro do seu espaço procurar mais elementos, nós não temos jornalismo de investigação, atenção e a falta de jornalismo de investigação dificulta e faz com que os jornalistas utilizam termos que nada tem haver com casos concretos, são termos de rua e são ditos e objetivados na comunicação social. Portanto a nossa comunicação social não tem feito a nível nacional não só na cidade do Mindelo um bom trabalho nesta matéria, eles acabam por ser sancionalistas a mais, querem dar noticias espoletadas que trás mais e mais noticias que provoca debate e pedido de desculpa, direito a resposta é o que eles querem e não temos jornalismo sério, se houvesse jornalismo de investigação levávamos os casos até ao ultimo fio, basta ver quando tem uma situação que acontece na policia você diz assim, nós vamos abrir um inquérito para responder e nunca mais aparece um jornalista a perguntar como está indo o inquérito por isso muitas vezes nem há respostas nem há inquéritos e eles não são capazes de ir investigar o caso saber os contornos, é noticia em primeira mão dá, esse sancionalismo tem dado cabo e acaba por



ter uma imagem muito para além do que é nossa realidade e no sentido negativo, não temos uma Cidade violenta, a violência existe mas não é tão violenta com fazem crer na comunicação social.

P.8.: Existem grupos realmente vulneráveis que precisam de ajudas por parte do Governo ou outras entidades?

R: Eu não sou apologista que o governo deve fazer tudo, as entidades locais estruturas locais sim podem fazer, tem serviços de saúde, sociais, centro de juventude associações não-governamentais que podem ajudar, não é preciso que seja o governo. Agora essas organizações sim que vão buscar meios ao governo para apoiar se for necessário mas não terá que ser o governo diretamente a preocupar com esta questão eu penso que a sociedade é muito mesquinha, tudo a depender do governo até pedir um sanitário temos que ir pedir a camara municipal por exemplo minguem limpa porta da sua casa porque a camara tem limpar a porta da sua casa, eu penso que há grupos que carecem sim, mas não terá que ser rigorosamente o governo a fazer isto que podem ocupar, a igreja faz muito portanto se outras quisessem também ajudaria.

P.9. Do seu ponto de vista, com a criação da BAC, tudo vai mudar ou a violência urbana irá continuar?

R: houve, porque os grupos chamados thugs, formados, identificados que existiam pelo menos foram desmantelados ainda que as raízes possam lá estar, mas deixaram de ter atuações que tinham, como dominar os bairros como era dominado, as guerras entre grupos cessaram. Portanto a criação o da BAC foi uma mas valia para são vicente que resolveu o problema de insegurança vivida da violência urbana em São Vicente naquela altura, hoje São Vicente está muito melhor e já não está tão bem quando a BAC apareceu porque fez um trabalho muito bom naquela época, é claro tudo que é novo trás mas valia hoje já não esta a fazer aquilo que fazia se calhar já não é tão preciso também é preciso dizer naquela altura era preciso passar um pouco à margem dos direitos dos tais direitos humanos, com muita musculação para impor ai vamos entrar numa das perguntas de direitos humanos, etc, mas naquela altura se calhar era preciso passar um

pouco a margem desses direitos para salvaguardar direito a toda sociedade porque você pode ferir direito de um cidadão mas é para salvaguardar a sociedade que é preciso ver essa questão de direitos fundamentais se é possível chegar lá sem pisar.

P.10. Qual é o papel que a droga desempenha na insegurança em Cabo Verde?

R: A droga tem um peso enorme na insegurança de um país, hoje mais que nunca pelas apreensões feitas a nível nacional vê-se que muito dinheiro circula e com dinheiro consegue-se fazer muita coisa até tirar vida a alguém têm-se feito por causa da droga, depois há jovens que perdem controlo por causa da droga portanto a droga tem sido se calhar o pilar fundamental porque é difícil que não haja um grupo organizado como vi os de São Vicente e que existe na Praia que não consomem droga, portanto a droga está na base o seu papel é forte.

P.11. Que sugestões deixaria ao nível da atuação contra a droga que contribuísse para segurança e redução da criminalidade?

R: Eu não sou defensor da libertação do consumo mínimo da droga, portanto para mim é combater fortemente, nós faltamos estrutura de combate não é apenas com a judicatura e com todo o apoio de polícias internacionais que conseguiremos chegar lá é preciso ter serviço da informação da república que funciona de direito de facto, eu sinceramente continuo perguntando o que tem feito o SIR porque só esse serviço é capaz de fazer recolha de elementos dar a judicatura dados para que possa trabalhar se o SIR não trabalhar como era esperado como deve ser o seu papel não teremos um combate sério se conseguirem ter uma estrutura forte, mas forte mesmo com recursos humanos espalhados não identificados e que consiga fazer o seu trabalho nesta matéria é possível minimizar. É uma utopia falar num combate radical da droga o que temos que fazer é controlar e manter o controlo e o consumo baixo e a situação da droga baixo nível porque se aumentar a droga cria poder paralelo, cria estados paralelos dentro do próprio estado nós temos é que tentar que haja apenas um estado e tentar manter a droga sob controlo.

## ENTREVISTA B

Entrevistado: Frei Silvino

Função que desempenha:

P1. Por algum tempo atrás, a violência urbana tem atraído a atenção da imprensa, do governo, da opinião pública, alcançando proporções por vezes alarmantes. O que poderá estar por detrás deste problema social, é percepção ou realidade?

R.: Cada pessoa dá uma versão dessa percepção conforme o contacto que teve, alguém que teve um caço body tem sua versão e alguém que só houve falar tem também a sua versão, porém, digo que poderá ter violência, mas não violentos, naquilo que conheci estes jovens autores de crime eu vejo-os como pessoas abandonadas que se acharem o mínimo de apoio deixam de ter certos comportamentos, por isso que não vejo em si uma figura de pessoa criminoso ou violento.

P2. Quais as causas mais importantes da violência urbana?

R: posso relatar o que me dizia um dos chefes de gangue, não digo qual, ele ponha como justificação da criação da gang o cumprimento da justiça, que devido a morosidade da justiça e, as vezes o descredito na justiça, relatando que a justiça é feita para alguns e, por isso achavam no direito de defender a comunidade (a zona onde residem), visto que ninguém vazia nada eles faziam.

Outra causa é a passagem de sociedade simples a complexa como era antes dos anos noventa, uma passagem rápida e cheios de elementos, pessoas a migrarem-se de uma ilha para outra, turistas que vem do estrangeiro, a globalização, desenvolvimento do comercio, a droga, uma serie de coisas que apanhou de surpresa os governantes que não preparou o Pais para estes desafios, houve uma desorientação e isso recai nas famílias.

P3. Quais são as consequências da violência urbana?

R: Vejo como uma dissidência, as pessoas não andam nas ruas como andava de antes, colocação de grades nas casa aumentar o sistema de segurança, aumento de mais policias e consequentemente ouve mais investimentos na segurança, para defender-se ou para reprimir essa violência, não houve outra ação importante da sociedade governante para mexer nas causas de resolver o problema, visto que nos últimos anos o valor mais importante é o dinheiro que manda sempre em tudo, para obter o dinheiro vem a droga, pelo dinheiro aceitamos investimentos turísticos de qualquer forma e o valor do dinheiro continua a marginalizar uma certa franja da população. Essa parte da população pelo dinheiro comete-se crimes tais como: caço body e as vezes com violência.

P4. Que sugestões para resolver os problemas relacionados com a violência urbana?

R: Temos que mudar o processo de mentalidade, o desenvolvimento que temos não é piro- tecnológico. É preciso estimular ações de políticas públicas bem planejadas, constantes e de longo prazo, realizadas em parceria com o setor privado industrial de modo a possibilitar o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento é material e para melhorar as relações humanas há necessidade de trabalhar com as pessoas para melhorar os valores morais e que devem ser considerados na governação, na administração da Cidade do Mindelo, nas linhas políticas concretas de trabalho, combatendo o desemprego. Quero fazer uma observação por exemplo com o ensino recorrente foi uma boa ação, fazendo um trabalho meritório com uma boa quantidade de jovens que deixaram a escola retomaram os estudos e com um custo mais baixo no pagamento das propinas para que os jovens recuperassem os estudos, mas estão criando barreiras para o acesso retirando o nono ano.

Querem aposta no ensino profissional descurando esse ensino recorrente e sem criar primeiro as alternativas e, isso provoca uma desilusão nos jovens, mostrando que não estão atentos aos problemas de juventude, mas preocupados as estratégias políticas de governo e esta forma de governar não funciona, mas sim marginaliza as pessoas,

continua a por em segundo lugar as pessoas. Como proposta devia apostar na criação de uma oficina escola de reparação naval onde os jovens saíam com orientação profissional clara preparado para o emprego. Vejo que o governo está preocupado com a imagem política em busca dos seus interesses próprios.

P5. É possível combater a criminalidade urbana com o respeito escrupuloso pelos Direitos Humanos?

R: A policia nos últimos anos quis adotar uma estratégias de violência combatendo fortemente uma criminalidade de juventude considerado brincadeira de rapazinhos que brincavam como bandidos se tratasse e, justifico isso dizendo que para uma situação extrema uma resposta extrema, porém, a violência podia ser utilizada e passando uma mensagem capaz de dialogar com os jovens e não-violência bruta, foram tratado todos iguais e depois tiveram problemas a nível pessoal de policia com elementos de Gang passaram a serem inimigas dentro da comunidade.

P6. Nos últimos anos, jovens em conflito com a Lei dividiam a cidade em territórios bem demarcados. Como é que o Senhor analisa as consequências para os moradores dessas localidades e, que solução?

R: O facto de dividirem a sociedade não quer dizer que são violentos, por exemplo em S.Vicente nos bairros há um visível orgulho nos jovens de pertencerem uma certa comunidade por exemplo na Ribeira Bote eles tem o orgulho de dizer que “sou menino de ribeira bote” e, este pode ser considerado um valor e que depois há gangs que refere aquele bairro e temos que forçar esse valor de pertença e tomar isso como algo positivo para a comunidade. Na ilha de madeira iniciamos um percurso turístico e com um ambiente de violência extrema, mas como um percurso turístico mudamos a ideia levamos os turistas ali e mudamos isso de caço body as pessoas passaram a circularem melhor ali trabalhamos com estes jovens na ilha de madeira e o sentimento do grupo de gang deixou de ser um valor.

P7. Na sua opinião, os órgãos de comunicação social têm contribuído para aumentar ou destacar esta cidade como uma cidade violenta?

R: Posso dizer que há uns jornais que contribuem, procuram notícias espantosa para atrair maior audiência e, isso revela a imaturidade do povo correr atrás de notícia negativa, os órgãos da comunicação social de educar as pessoas para a notícia não dar realce de negatividade à notícia por que o que fica o que foi dado em primeira mão.

P8. Existem grupos realmente vulneráveis que precisam de ajudas por parte do Governo ou outras entidades?

R: Penso que nas zonas mais desfavorecidas tem que ter atenção para não se encher de casas, deixando sempre espaços para construção de centros públicos onde os jovens podem encontrar-se e, numa conversa aberta melhorando o relacionamento entre as pessoas para que a violência diminui. Há zonas que não é possível construir esses centros por que não existe terrenos para esse fim, onde jovens ficam de pé nas esquinas fazendo algo de errado, mas falta em cima de tudo a sensibilidade humana.

P9. Do seu ponto de vista, com a criação da BAC, tudo vai mudar ou a violência urbana irá continuar?

R: A violência continua não é a BAC que vai acabar com a violência, prova disso é ver no Brasil e nos EUA, penso que com respostas humanas e suas exigências podem mudar, não é com a repressão que se consegue mudar. Pode-se resolver o problema num dado sítio e torna a aparecer noutra de forma diferente e mais organizada e equipada.

P.9.1 - Mas há quem defende que resolvido um problema pontual da criminalidade a BAC devia recuar, qual é sua opinião?

R: Cada ação tem uma mensagem, então se a BAC recuar vai ajudar visto que se estabilizou-se a situação de insegurança e da criminalidade e, a meu ver devia recuar-se, depois se a violência voltar a BAC devia ressurgir por que é uma forma também educativa. Se a BAC continuar assim como está perderá a sua eficácia, quando a BAC apareceu era terror o pessoal sentia-se medo da atuação deles, hoje todo agente conhece

que são os polícias da BAC mesmo que são mascarados, devia aparecer e desaparecer, conforme o movimento na rua justificasse. Poderia investir no policiamento de proximidade seria uma saída. Em 2009 começamos um trabalho com os grupos de Gang e fizemos paz entre dois Gangs forte, porém, na altura eu pensava na ilha de madeira há um centro social se tivesse tido um polícia que sabe relacionar com os jovens e criar a situação de proximidade entre essa comunidade e a polícia, visando a interagir nessa comunidade fazendo torneiros de futebol, organizando palestras de senilização resultaria melhor.

P10. Qual é o papel que a droga desempenha na insegurança em Cabo Verde?

R: Desempenha um papel fortíssimo, quem contribua para entrada de droga em cabo verde são homens de gravata e outras pessoas infiltradas nas instituições. Há muitos males sociais que aumentaram com a chegada da droga.

P11. Que sugestões deixaria ao nível da atuação contra a droga que contribuísse para segurança e redução da criminalidade.

R: Já se investiram nos radares que controla a movimentação de navios na nossa zona económica exclusiva, nos aeroportos, nos scanner de bagagens, mas isso não chega há que ter uma conscientização humana dentro das instituições para melhor cumprimento das missões e combater esse mal social.

## ENTREVISTA C

Entrevistado: Mestre Graciano Nascimento

Função que desempenha na instituição: Docente da Uni-Mindelo

P1. Por algum tempo atrás, a violência urbana tem atraído a atenção da imprensa, do governo, da opinião pública, alcançando proporções por vezes alarmantes. O que poderá estar por detrás deste problema social é percepção ou realidade

R: Penso que há um exagero muitas vezes na forma como está temática é abordada por que é um tema que interessa muito aos mídia (a comunicação social) e há muitas vezes algum empolamento dessa questão na imprensa em Cabo Verde, de qualquer forma há um facto na realidade de um aumento da violência urbana em S. Vicente que é o caso onde eu vivo e posso falar com melhor determinação, mas não sabemos e não está medido que há na realidade um aumento da violência e não conheço nenhum estudo que mostra esse aumento e, uma coisa é certa há um aumento da percepção, pode ser que no passado já havia essa violência e a percepção é que não era tão clara, neste momento há uma maior ideia de violência em cabo verde, provocado essencialmente pelo tratamento que a comunicação social tem dado a essa temática, podemos aceitar que perante a realidade e a percepção há um aumento principalmente da violência juvenil nos principais centros em Cabo Verde e, São Vicente não foge a regra.

P2. Quais as causas mais importantes da violência urbana?

R: Não há estudos publicados sobre isso, mas podemos especular e por isso mesmo só especular. Acho que estamos a assistir o papel da reconfiguração das famílias na sociedade cabo-verdiana e que já aconteceu em sociedade já mais desenvolvidas do que a nossa, as famílias hoje em dia tem outras tarefas que não tinham antigamente e poderiam dedicar mais tempo na educação dos filhos e, neste momento todos os membros da família são obrigados a trabalhar e logo há uma redução da presença da família na educação dos filhos fazendo com que a educação dos filhos passa mais para as instituições de ensino que não estão vocacionados para educar os filhos, mas vocacionados para ensinar e é a própria família tem esse papel e vocação, logo penso



que há necessidade dessa reconfiguração da família que ainda está a atrapalhar esta questão. Depois os Jovens hoje têm acesso através dos meios da comunicação nacional e internacional de vários aspetos que são moda noutros países e que os jovens tendem a copiar por estarem numa idade que é normal a imitação, portanto há maior acesso a informação que é bom por um lado, porém, tem também aspetos negativos permitem aos jovens copiar os aspetos menos bons que acontece noutros países. Também há hoje em dia do meu ponto de vista uma abordagem das forças da segurança que tem como função a ordem publica, há uma abordagem “romântica” da questão de segurança, se antigamente resolvia-se rapidamente um motim com algumas pauladas, passa a força de expressão, hoje não é bem assim por que a sociedade tem controlo sobre as forças principalmente através dos meios de comunicação, fazendo com as forças de segurança moldassem a atuação e, sabendo que estão sendo controlados não podem exagerar em determinados momentos e a própria de sociedade que condena as forças por serem demasiadas duras, criticando por excesso de dureza criando com isso todo um movimento social em ebulição que acaba por criar essas mudanças na sociedade e que acaba por contribuir para essa percepção de insegurança nos principais centros urbanos em Cabo Verde e em S.Vicente em particular, tudo isto estará a contribuir por esse problema.

Também há o problema do desemprego que não será a causa, mas contribui, principalmente o desemprego juvenil, há desemprego juvenil de jovens com uma taxa de escolaridade mais baixa, mas também há o de jovens com uma taxa de escolaridade média ou superior. Portanto há um conjunto de situações sociais que acabam por contribuir para esse problema.

P3. Quais são as consequências da violência urbana?

R: A primeira consequência é psicológica e isto é terrível em qualquer sociedade por que nada pior do que você viver fechado na sua própria casa, as pessoas alteraram a relação que tinham com a rua, somos uma sociedade de vivencia na rua e hoje notamos uma maior contenção dessa saída principalmente das pessoas com idade mais avançadas

e, esta pressão terrível exercida sobre as pessoas que faz com elas mudem a sua relação como o meio exterior a sua casa e, para mim essa é a consequência mais grave e o de sentimento de insegurança que infelizmente se instalou na sociedade cabo-verdiana nos principais centros urbanos por causa de acontecimentos pontuais que depois são empolados e transmitidos para a percepção das pessoas fazendo com que tenham essa carga psicológica exagerada.

Depois há as consequências de desagregação familiares, depois os jovens são detidos e as famílias são obrigadas a viver com essa situação, trazendo consigo danos materiais e económicos associados a essa violência urbana.

P4. Que sugestões para resolver os problemas relacionados com a violência urbana?

R: Como sugestão, maior aproximação da família aos seus elementos, maior aproximação de políticas de emprego essencialmente para ocupação dos jovens, também, maior intervenção das instituições de ensino a introdução dessa temática ano ensino básico e secundário, promoção de políticas de informação e formação nos jovens para que possam na realidade compreender melhor a fase por que o crescimento é terrível, temos a fase de infância que dependemos de terceiros, depois a fase de adolescência, fazemos a transição dessa de dependência para a fase de alguma autonomia e, seguidamente a fase jovem em que a cabeça está em abolição e em estruturação de uma conduta social e é preciso trabalhar nesta fase, aumentar a formação e cuidar das zonas de lazer ( recinto desportivo e culturais) e este é um fator quando o próprio meio estimula o surgimento de menos segurança.

P5. É possível combater a criminalidade urbana com o respeito escrupuloso pelos Direitos Humanos?

R: É possível, mas o problema é a interpretação do que demos sobre isso dos direitos humanos, por que principal direito humano é você ser respeitado, mas também respeitar o outro e, se é preciso um individuo respeitar o outro com o uso das força de segurança agindo com a força musculada, não vejo nenhum problema nisso e, em nenhum momentos vejo os direitos humanos posto em causa por que se as forças de segurança

agirem normalmente de acordo com o que o Estado tem estabelecido na lei, e se essa função for cumprida dentro desse quadro legal, não há nenhum problema de direito humanos, é possível sim usando pedagogia, mas usando a força quando é preciso.

P6. Nos últimos anos, jovens em conflito com a Lei dividiam a cidade em territórios bem demarcados. Como é que o Senhor analisa as consequências para os moradores dessas localidades e, que solução?

R: As consequências serão desagradáveis da própria pessoa viver em insegurança na sua própria zona de residência ou de comunidade, mas felizmente as forças de segurança conseguiram controlar o problema e, a solução é manter essa pressão sobre esses grupos que são importações e que não fazem parte da nossa cultura. Esse tipo de organizações que chamam-se Gangs são importações de culturas ocidentais na fase juvenil coisas propícias desta fase e, por que não são os adultos a fazerem isso e, esses mesmos jovens passado algum tempo essa história dos Gangs já não lhe dá satisfação como cidadã.

Solução é manter essa atuação da polícia e das forças de segurança de uma forma em geral e, repito políticas direcionadas para juventude para dar ocupação aos jovens e sentirem-se ocupados e fazendo coisas uteis e não cometendo erros.

P7. Na sua opinião, os órgãos de comunicação social têm contribuído para aumentar ou destacar esta cidade como uma cidade violenta?

R: Os órgãos de comunicação social tem feito um péssimo trabalhado neste sentido, conseguiram na realidade mostrar com sendo violento e que do meu ponto de vista não existe, a Cidade do Mindelo tem mais de sessenta mil pessoas e, onde vive esse número de pessoas é normal que haja conflitos, tirando o especto que já falamos essa imagem é criada pelos órgãos de comunicação social e que em nada beneficia o desenvolvimento da ilha. Não estou a dizer que um órgão de comunicação social não deve noticiar um crime, em Ribeira de Craquinha em Ribeira de Julião ou outra zona, mas deve fazê-lo no contexto de informação e não no de alarmismo por que se formos comparar a estatística da violência da Cidade do Mindelo salvaguardando as diferenças com outras cidades consideradas violentas verificamos que nada de especial, trata-se de situações

pontuais que estão a ser combatidas, melhoradas onde pode ser melhorada, mas não vejo esta cidade do Mindelo com violenta, esta imagem foi criada pelos órgãos da comunicação social.

P8. Existem grupos realmente vulneráveis que precisam de ajudas por parte do Governo ou outras entidades?

R: Claramente nós vivemos num país com alta taxa de desemprego principalmente o desemprego jovem, há grupos vulneráveis que precisam de programas de intervenção especial por parte do governo e das Camaras Municipais quem está mais próximo da população, tem que haver uma política concertada entre o Central e o poder local com o apoio das ONGs para poder socorrer grupos muitos vulneráveis ainda existem nesta ilha.

P9. Do seu ponto de vista, com a criação da BAC, tudo vai mudar ou a violência urbana irá continuar?

R: Penso que a criação de uma força de investigação criminal não resolve por si só o problema da criminalidade, atenua e, cada atuação dessa brigada com sucesso é um ponto a favor da redução da criminalidade em S.Vicente já há sinais claros que a situação da criminalidade não é, conforme já disse está numa situação de inversão e em parte graças ao trabalho dessa brigada que penso está contribuir para essa redução da criminalidade em S.Vicente, mas sozinho não vai resolver o problema.

P 9.1 - Mas há quem defende que resolvido um problema pontual da criminalidade a BAC devia recuar, qual é sua opinião?

R: Seria um disparate autêntico, uma coisa é você mandar a sua tropa para guerra e ganhando a guerra volta para casa e, como dizem os rapazes regressa à casa. A criminalidade não é uma guerra, ela faz parte da nossa sociedade, infelizmente sempre foi assim e, se faz parte da nossa sociedade os dispositivos que o Estado cria para combater essa realidade dentro da realidade social devem ser mantidos e aperfeiçoados cada vez mais, portanto é ao contrário para que continuemos a viver mais tranquilos

possíveis na Cidade do Mindelo é preciso ter essas instituições, seria um erro fatal mandar recuar essa Brigada.

P10. Qual é o papel que a droga desempenha na insegurança em Cabo Verde?

R: Está associado, não podemos dizer com firmeza, mas a única coisa que podemos dizer é que de certeza também, o comercio do trágico da droga terá a sua cota parte na situação de insegurança em S.Vicente, não sabemos dizer concretamente qual é o peso que o trafico de droga tem nessa questão de qualquer forma devo dizer-lhe que não vamos dar por satisfeitos porque enquanto houver alguma pessoa envolvido nisso não regozijamos, ainda bem que a taxa de incidência dessa realidade não é assim tanta como poderíamos imaginar e quero querer que é uma situação devidamente localizada, monitorizada e que as forças de segurança continua a ter um papel fundamental e nesse combate é vinte e quatro horas por dia, mas há sim uma relação entre a droga e a insegurança em qualquer sociedade, não só em S.Vicente haverá sempre uma ligação.

P11. Que sugestões deixaria ao nível da atuação contra a droga que contribuísse para segurança e redução da criminalidade.

R: Manter a legislação sempre atualizada; apreender com os países mais evoluídos nesta matéria; formar cada vez mais os agentes da segurança, policia judiciaria, a policia nacional de uma forma geral, formação por que é uma área que envolve capital e quem acuta nessa área usa o conhecimento para ter sucesso no seu comercio ilegal, então as forças de segurança tem que ter meios, formação e conhecimento do dinheiro que é envolvido nesse tipo de trafico, por isso é que deve manter a formação dos agentes cada vez mais, atualizar a legislação, aprender com quem sabe mais do que nós, manter uma atuação musculada em relação ao trafico de droga principalmente quando ele é direcionada para jovens, é tolerância zero, não há outra forma infelizmente até não se descobriu outra forma de combate-la.

## ENTREVISTA D

Entrevistado: Licenciado Orlando Santos Évora

Cargo/ Posto: Subcomissário.

Função que desempenha na instituição: Comandante do Corpo de Intervenção e Piquete.

P1. Por algum tempo atrás, a violência urbana tem atraído a atenção da imprensa, do governo, da opinião pública, alcançando proporções por vezes alarmantes. O que poderá estar por detrás deste problema social é percepção ou realidade?

R: Como a violência urbana tem a sua origem dentro da comunidade como um problema social e, as políticas dos Estados ou dos Governos refletem muitas vezes na condição social das pessoas sabendo que as fracas condições financeiras principalmente, o desemprego e a má formação pessoal das pessoas, posso dizer não se trata de percepção mais de uma mera realidade.

P2. Quais as causas mais importantes da violência urbana?

R.: Vincando a questão diretamente na condição social, visto ser um problema social é dizer que a má formação social e cívica está na origem de diversos comportamentos desviantes que transporta a violência para a sociedade. Temos a questão da migração interna das populações, como sabe estou a falar da ilha de S.Vicente, onde as ilhas rurais, das ilhas de Santão e Nicolau e fogo e estas populações estão a virem das suas ilha em busca de melhores condições de vida e essa vinda não tem sido feita de melhor forma possível as pessoas ficam ao Deus dará, sem condições de viverem, com várias situações de pobreza e até, isto dificulta a integração dos jovens oque obrigam que estes saem para as ruas e cometendo pequenos delitos transformando em grupos de brigas, mas fundamento ou algo que podemos chama-los de organizado, há toda essa situação que podemos considerar causas dessa violência urbana.

P3. Quais são as consequências da violência urbana?

R: É verídico o cometimento de vários crimes, a sociedade a sentirem-se insegura, criando esse sentimento de insegurança, tudo isso a fazer com que a nossa sociedade fica mais descredúla há perda de valores, descredibilizando uma sociedade anteriormente pacata e cheia de valores fundamentais para sobrevivência.

P4. Que sugestões para resolver os problemas relacionados com a violência urbana?

R: Temos um problema de fundo, a desestruturação familiar tem sido uma das causas primeiras dessa questão, mas diria as soluções são várias, podemos elencar os trabalhos que poderiam ser feitas por instituições de caris social dessa nossa sociedade, políticas do Governo em termos de resolver esses problemas sociais que são aberrantes, criando estruturas de emprego, dando com isso melhor situação de vida as pessoas mais carenciadas. Acho que a nossa sociedade recebeu esse fenómeno que sido recente de uma forma muito leve, poderia aprofundar os trabalhos social das instituições vocacionadas para este tipo de trabalho, temos em cabo verde, psicólogos, sociólogos que poderiam investigar esse fenómeno e trabalhar de forma mais consistente, há todo uma condição de trabalho que poderia ser feita e dar vasão se não for para acabar ao menos resgatasse valores que a nossa sociedade tem perdido.

P5. É possível combater a criminalidade urbana com o respeito escrupuloso pelos Direitos Humanos?

R: Isso não é só possível com deve ser feita, como sabemos os direitos humanos são direitos de todos nós, direitos que adquirimos ao nascer e, sabendo que o combate a criminalidade deve se feita de forma legal respeitando os princípios contidos na Lei mãe que é a nossa constituição da republica e deve ser feita desta forma, respeitando os Direitos Liberdades e Garantias dos Cidadãos, a policia que é força principal para o combate a criminalidade deve bem ser formada no sentido clara no respeito escrupuloso dos direitos dos cidadãos e, ter em conta que quem praticou o crime não perde os direitos e isso deve ser muito bem trabalhado no seio policial e instancias judicial. Os

funcionários aplicadores da Lei têm regras que ser cumpridas e nesse sentido não é só possível deve ser mesmo cumprida essas normas de execução da Lei.

P6. Nos últimos anos, jovens em conflito com a Lei dividiam a cidade em territórios bem demarcados. Como é que o Senhor analisa as consequências para os moradores dessas localidades e, que solução?

R: É devido a perda de alguns valores na sociedade, sabemos a família já não é o que era, há também situações em que várias famílias vivem em pobreza extrema, há conjunto de situações que levem com que esses jovens sem ocupações o dia todo, cometem pequenos delitos e poem em causa a segurança das pessoas. Para concretizar e resolver essa situação é necessário que haja um trabalho de fundo dentro das sociedades ou comunidades não é um trabalho só da polícia, tem sido um trabalho de prevenção e de repreensão da criminalidade, mas as instituições devem ir de encontro as famílias isso que é preciso notar não é só a polícia nacional tem de entrar instituições sociais, Governo, que trabalham com essas comunidades, não se trata de um problema que deve ser resolvida de ânimo leve.

P7. Na sua opinião, os órgãos de comunicação social têm contribuído para aumentar ou destacar esta cidade como uma cidade violenta?

R: A comunicação tem um papel importante dentro da sociedade, mas a comunicação social tem tido um papel de afloramento os conflitos, piorando a situação e não de apaziguar e com tendência cada vez mais perigosa. Temos consciência que a sociedade deve ser trabalhada de forma a conseguir informações para a vivência diária, sabemos que a comunicação social passa mensagens que são muitas vezes ouvidas e seguidas pelas pessoas é nesta ótica a comunicação social sanvicentina não tem sido um bom parceiro, tem-se fomentado mais os conflitos em de vez de trabalha-las de forma a apazigua-las.

P8. Existem grupos realmente vulneráveis que precisam de ajudas por parte do Governo ou outras entidades?



R: O Estado deve arranjar solução para essas pessoas, com formação e sobretudo para poderem alcançar uma profissão. Os grupos que enveredam para o mundo da criminalidade vão para a prisão e, as penitenciárias tem um sistema de reinserção social deficitária, devido a falta de meios humanos suficientes, chegando ali, aprendam um conjunto de outros atos criminosos e, quando saiam devido a falta dessa reinserção que não tiveram nas cadeias, saiam à rua sem opção de vida tornam-se a enveredar novamente para o mundo de crimes e volta outra vez para a prisão.

P9. Do seu ponto de vista, com a criação da BAC, tudo vai mudar ou a violência urbana irá continuar?

R: Na altura da criação da BAC havia uma situação muito complicada nessa Ilha e, foi criada essa brigada para minimizar o problema de insegurança em complementaridade com outras forças operacionais existentes fizeram bom trabalho na altura em conjunto com outras forças para por cobro a situação, efetuaram muitas detenções e temos algum quadro, neste momento a BAC continua no terreno e, acho que o trabalho que eles tem feito ajuda a debelar situações de conflito entre grupos e não só, mesmo a questão de furto nas residências e de roubo na via pública tem sido minimizados graças a atuação desse grupo, mas também das outras forças, é dizer que a sua existência tem sido benéfica para a sociedade. No quadro das detenções podemos dizer na altura 2011, 2012 e 2013, fora feita muita detenção, neste momento as detenções baixaram e também os crimes, querem dizer a diminuição da violência urbana já não é tão evidente como anteriormente podemos dizer que foi uma aposta ganha.

P 9.1 - Mas há quem defende que resolvido um problema pontual da criminalidade a BAC devia recuar, qual é sua opinião?

R: Essa é opinião de algumas pessoas, porém, achamos que não deve ser retirada até por que a população do Mindelo já conta com o reforço de patrulhamento e de estabilidade dessa ilha, pondo cobro aos caço body e guerra entre grupos que estava a invadir esta Ilha, que neste momento podemos ter casos, mas que são pontuais e não recorrentes e,

em consonância com tudo isso achamos que essa força tem razão de existir, a BAC foi criada para debelar conflitos entre grupos ditos rivais e recolha de informações para investigação, pensamos que a BAC irá continuar tendo em conta o rendimento que tem atualmente e, vai perdurar.

P10. Qual é o papel que a droga desempenha na insegurança em Cabo Verde

R: Nesse âmbito quando falamos da droga como um fator de contribuição para insegurança de Cabo Verde, dizemos de uma forma genérica que os consumidores da droga quando não encontram o material para consumo tende procurar fazer alguns crimes como roubos, furtos para saciar o vício, mas também sabemos que a questão da droga leva com que os fornecedores também querem marcar território nalguns pontos do País ou da Ilha e, neste aspeto torna-se um mal social, afetando na saúde quando em excesso, mas também a questão criminal em que as famílias são vítimas desse mal quando o consumidor é um membro da família e não só contribui para insegurança das pessoas, se tivermos em conta que alguém tem de ir furtar ou roubar para seu consumo as pessoas veem isso como uma insegurança na comunidade ou nos bairros onde vivem principalmente.

P11. Que sugestões deixaria ao nível da atuação contra a droga que contribuísse para segurança e redução da criminalidade.

R: As recomendações são várias, se for de forma individual é dizer para não usar, visto ter sido um fenómeno social terrível, mesmo na questão de bebidas alcoólicas, o tabaco que são drogas lícitas, mas muito prejudiciais e tem sido o nosso calcanhar de Aquiles nessa ilha, o problema das drogas lícitas, a falta de educação caseira tem aumentando a questão de perda de valores, as incivildades devido a má formação pessoal, consumo excessivo do álcool nas escolas, as cervejadas que tem sido fomentado nas universidades principalmente nas confraternizações. A polícia nacional tem feito a sua parte, mas há necessidade de um trabalho social, nas famílias, religiões na comunidade, no sentido de evitar isso e devolver esta cidade a tranquilidade que tinha outrora.

## ENTREVISTA E

Entrevistado: Mestre Armindo Tavares

Cargo/ Posto: Agente Principal,

Função que desempenha na instituição:

P1. Por algum tempo atrás, a violência urbana tem atraído a atenção da imprensa, do governo, da opinião pública, alcançando proporções por vezes alarmantes. O que poderá estar por detrás deste problema social é percepção ou realidade?

R: Muita gente tem esta tendência de dizer que é percepção e outros dizem claramente que é realidade, concordo toda essa gente precisamente por que há pessoas que não estão por dentro daquilo que é criminalidade e tem uma análise feita assim ao alto, não tem a percepção daquilo que é realmente a criminalidade e quando acontece algo que não costumava acontecer por exemplo numa zona, isto é questão de alarme social. Já o grande sociólogo Émile Durkheim falou na questão de anomia que é tudo aquilo que a gente tem percepção que na sociedade nada está a funcionar bem, mas isto é o contrário, o crime é necessário em toda e qualquer sociedade que quando o nível de crime transborda o que é normal então há necessidade de tomar medidas e devem ser tomadas por todo e qualquer intervenientes dentro da sociedade e é por isso se fala numa análise SWOT e análise PEST, a análise swot não pode estar dissociado da análise pest. A análise swot são pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades, a análise pest são atores Políticos, Económicos, Sociais e Tecnológicos.

Quando qualquer pessoa quer fazer um trabalho científico terá que ter em mente estes dois tipos de análise por que há necessidade tomar medidas políticas sociais e tecnológicos, mas também há necessidade de saber quais os pontos fortes e fracos que as instituições têm, saber tirar proveito dos pontos fortes e transformar os pontos fracos em pontos fortes, eis a razão muita gente tem a tendência de pensar que é uma percepção e outros a realidade e é por isso que eu disse no princípio que há realmente uma percepção que a criminalidade tem estado a aumentar, mas quando vamos a estatística chegamos a conclusão que não é assim. As pessoas têm tendência de pensar que o crime

está fora do controlo, mas tudo está sob controlo, prova disso é a criação do serviço de piquete, posteriormente chegou-se a conclusão que falhou, houve a necessidade de criar Brigada de investigação e combate a criminalidade para combater a esta situação e, depois da criação dessas forças operacionais o crime reduziu-se drasticamente.

P2. Quais as causas mais importantes da violência urbana?

R: As causas da violência urbana estão intimamente relacionadas com a má educação na socialização primária, o desemprego, a falta de formação e o abandono escolar, o envolvimento das pessoas no alcoolismo, drogas lícitas e ilícitas e a falta de educação continua dos pais em relação aos filhos.

P3. Quais são as consequências da violência urbana?

R: Consequências são várias por que muitos dessas causas, são causas e consequências ao mesmo tempo, estamos numa sociedade totalmente desestruturada onde se pensa não há regra e nem normas cada um faz o que bem entende e, não é assim.

P4. Que sugestão para resolver os problemas relacionados com a violência urbana?

R: É pôr realmente a funcionar as estratégias policiais em evidência, há várias estratégias policiais que estão no papel, mas na prática não se vê a concretização dessas práticas, tais como: policiamento de proximidade na teoria está muito bem falado. Antes de fazer um policiamento de proximidade não se tem feito um trabalho científico para saber quais são os problemas existentes naquele local, não vão de encontro das pessoas residentes, conhecer os problemas que os afeta, temos a tendência de lá chegar e implementar o que achamos que é melhor e não levando em conta aquilo que a sociedade civil pensa e espera que a polícia pode e deve fazer, por exemplo temos dentro desse sistema temos o que chamamos de situação YARA em Cabo Verde e Portugal e SARA em Estados Unidos - (implementação, análise, resposta e avaliação), todo e qualquer trabalho que se pretende implementar onde a polícia faz o seu trabalho, primeiro tem que saber as causas e consequências daquela população e tentar resolver a situação implementando a estratégia e depois de implementado há que fazer uma análise

para saber se a estratégia está a correr bem ou mal e terá depois uma resposta e, essa resposta é o objetivo que queríamos cortar pela raiz e depois uma nova avaliação. Depois de feito essas quatro análises, aí sim vamos ter uma resposta concreta e se a policia chegar a conclusão que falhou é só começar de início limando as arestas.

P5. É possível combater a criminalidade urbana com o respeito escrupuloso pelos Direitos Humanos?

R: Essa pergunta suscita muita confusão por que há que pensam ser possível, mas não é possível visto que quem está no mundo da criminalidade não respeita os direitos humanos, é claro que quando alguém faz algo violento isso é punido e, se ir também com violência, violência gera violência, mas aí a policia terá ser um estratega, meter no terreno e ser um pedagogo, eis a razão hoje temos uma policia multidisciplinar, a policia não pode e nem deve trabalhar apenas do ponto vista coercivo, há que ter pessoas capazes de sair no terreno e trabalhar e tentar mudar a mentalidade dessas pessoas, trabalhando coordenado todas as ciências multidisciplinares e, sobretudo de forma pedagógica, sempre respeitando os direitos humanos das pessoas, mas sempre é possível respeitar esses direitos, por que se alguém estiver violento totalmente fora de si a policia também de usar a violência e os direitos humanos estarão postos em causa.

P6. Nos últimos anos, jovens em conflito com a Lei dividiam a cidade em territórios bem demarcados. Como é que o Senhor analisa as consequências para os moradores dessas localidades e, que solução?

R: Os moradores dessas localidades ficam totalmente apavorados com esta situação, é uma situação nova em que não estavam acostumados, um exemplo concreto é a zona de Ribeira Bote que se fez uma casa social na zona de Ribeirinha denominado “Tchetchénia” que as pessoas saíram de ribeira bote e foram para ribeirinha, nos primeiros tempos haviam uma preocupação social dos residentes que não estavam acostumados com aquela situação e realmente estavam apavoradas. Depois com o trabalho das instituições policiais e judiciais a situação melhorou consideravelmente por que aquelas pessoas que tinham o hábito de enveredar pelo mundo da criminalidade

foram para a prisão e, essas pessoas ficaram mais calmas. Com o tempo as pessoas que vivem nos bairros calmos e com a chegada dessas pessoas vão acostumando e torna-se rotineira. Dependendo do tipo da criminalidade que se praticam nessas zonas, nomeadamente a criminalidade violenta gera sempre grandes confusões e, a melhor forma de resolver esta questão é a policia tentar trabalhar com as pessoas dessa comunidade no sentido de encontrar a melhor estratégia para resolução dessas situações, ir no local socializar com essas pessoas, fazer palestras, jogos de futebol, interagindo com a comunidade através de pessoas influentes e tentar a questão da melhor forma.

P7. Na sua opinião, os órgãos de comunicação social têm contribuído para aumentar ou destacar esta cidade como uma cidade violenta?

R: A comunicação social tem estado a fazer o seu papel, na maioria dos casos relatam aquilo que realmente se passou, por vezes exageram e, sabemos por vezes tem sido um gerador também de violência, a televisão passam filmes violentos em momentos que não deviam passa-los e, a literatura científica é muito clara neste sentido, nos Estados Unidos da América, Inglaterra e França onde já fizeram inúmeros trabalhos sobre isto chegaram a conclusão que as crianças que nascem e crescem a ver televisão com esses tipos de filmes, tem tendência de praticar atos e tornam-se menos exigentes em relação por exemplo com outras pessoas que sofrem violência. Como exemplo se alguém estiver maltratando outra pessoa, este não se comove com este maltrato que se está infligindo a esta pessoa por que já está acostumado com a violência. Por isso é que digo a comunicação social tem cumprido o seu papel, mas tem sido veiculo de transmissão de violência.

P8. Existem grupos realmente vulneráveis que precisam de ajudas por parte do Governo ou outras entidades?

R: Existem sim, visto a maior parte dessas pessoas que vivem e estão no mundo da violência, por vezes não tem outra opção, tem fraco poder económico, sem formação profissional, não têm emprego e quando essas situações se acumulam, tem o direito se sobreviver e, não havendo formas licita de sobrevivência, terão que buscar algo para

sobrevivem, neste sentido se não tem formação profissional, habilitação literária que lhes permite encontrar um emprego e viver de forma digna, então o Estado deve poder ajudar essas pessoas, formá-los e sobretudo ter uma profissão. As pessoas que enveredam para o mundo da criminalidade vão para a prisão e, as penitenciárias não têm um sistema de reinserção social a altura, devido à falta de meios humanos suficientes, chegam lá aprendam um conjunto de outros atos criminosos e, quando saíam devido à falta da reinserção que não tiveram nas cadeias, saíam à rua sem opção de vida tornam-se a enveredar novamente no cometimento de crimes e volta outra vez para a prisão.

P9. Do seu ponto de vista, com a criação da BAC, tudo vai mudar ou a violência urbana irá continuar?

R: Está situação de violências não existiam em S. Vicente antes de 2011, houve uma situação e, era necessário a criação de instrumentos para acabar ou diminuir essa mesma violência. Criou-se a brigada anticrime (BAC), fez o seu trabalho e teve o seu apogeu e, a partir de um dado momento a criminalidade baixou.

P.9.1 - Mas há quem defende que resolvido um problema pontual da criminalidade a BAC devia recuar, qual é sua opinião?

R: Na minha opinião as próprias instituições cabo-verdianas e sobretudo policiais não souberam lidar com esta situação por que criou-se uma força operacional para acabar como uma situação real existente na altura e, a partir do momento que ela reverteu-se devia retirar a própria BAC da sociedade, se a situação se revelasse meter-se-ia outra vez para o resolver o problema. Naquilo que tenho lido do que tem passado nos EUA, quando a situação se reverte retira-se estes especialistas do terreno e reina a normalidade. Por que a sociedade com o tempo vai interagir com a BAC e não haverá o respeito que devia ter, por isso esta força tem estado a falhar nesse sentido e mesmo a cúpula da Polícia Nacional já chegou à conclusão que a BAC já não é respeitada como era anteriormente e disse, há que criar novas atitudes para dar novo rosto a esta brigada.

P10. Qual é o papel que a droga desempenha na insegurança em Cabo Verde?

R: A droga é dos principais fatores que faz com que a criminalidade existe em toda e qualquer país, precisamente as pessoas que envolvem com a droga não levam em conta a vida social das pessoas, a saúde, querem obter cada vez mais dinheiro (o lucro) e não interessa saber como o dinheiro é conseguido, querem é lucrar com esse negócio ilícito. Por essa razão a droga é um dos fatores que propicia a criminalidade em toda e quaisquer pais, contribuindo para desestruturação social de qualquer sociedade.

P11. Que sugestões deixaria ao nível da atuação contra a droga que contribuisse para segurança e redução da criminalidade.

R: A Solução está sempre em formar, informar, sensibilizar as pessoas no sentido de melhor entenderem as situações sociais, as pessoas tem consciência dos males que a droga faz, mas não estão consciencializados em relação a esta situação, sabem que a droga mata, sabe que a droga desestrutura todo e qualquer família e que a droga sempre tem um caminho penoso, quem mete na droga ou vai para os hospitais, para prisão ou para o cemitério, não estão consciencializados de que devem mudar de comportamento e ajudar sobretudo a própria sociedade a entenderem essas situações, portando o papel das instituições que trabalhem com a droga, o papel é sensibilizar família e as pessoas para que tomem a consciência que este é um problema social que deve ser revertido a favor de uma sociedade justa.



## Anexo 6- Tabelas

Tabela 1-Evolução da criminalidade na ilha de São Vicente 2010-2016

|             |       |       |       |
|-------------|-------|-------|-------|
| Ano 2010    | 1116  | 1243  | 2359  |
| Ano 2011    | 1264  | 2646  | 3910  |
| Ano 2012    | 1482  | 1274  | 2756  |
| Ano 2013    | 747   | 709   | 1456  |
| Ano 2014    | 1774  | 1502  | 3227  |
| Ano 2015    | 1797  | 2078  | 3875  |
| Ano 2016    | 1776  | 2224  | 4000  |
| Total Geral | 20949 | 19761 | 38117 |

Tabela 2-Sexo / Idade

|           | Idade      |            |            |            |            |                     | Total  |
|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|---------------------|--------|
|           | 18-25 anos | 26-35 anos | 36-45 anos | 46-55 anos | 56-65 anos | Com mais de 66 anos |        |
| Masculino | 25         | 23         | 25         | 17         | 15         | 13                  | 118    |
| Sexo      | 21,2%      | 19,5%      | 21,2%      | 14,4%      | 12,7%      | 11,0%               | 100,0% |
| Feminino  | 19         | 24         | 8          | 12         | 8          | 4                   | 75     |
|           | 25,3%      | 32,0%      | 10,7%      | 16,0%      | 10,7%      | 5,3%                | 100,0% |

Tabela 3-Estado civil

|                      | Frequency | Percent |
|----------------------|-----------|---------|
| Solteiro             | 155       | 80,3    |
| Casado               | 22        | 11,4    |
| Coabita              | 7         | 3,6     |
| Valid Divorciado (a) | 4         | 2,1     |
| Viuvo (a)            | 5         | 2,6     |
| Total                | 193       | 100,0   |

Tabela 4-Atividade profissional

|                                       | Frequency | Percent |
|---------------------------------------|-----------|---------|
| Funcionário Público                   | 6         | 3,1%    |
| Trabalhador por conta própria         | 45        | 23,3%   |
| Trabalhador por conta de outrem       | 55        | 28,5%   |
| Sem atividade profissional remunerado | 19        | 9,8%    |
| Desempregada                          | 38        | 19,7%   |
| Estudante                             | 18        | 9,3%    |
| Reformado                             | 12        | 6,2%    |
| Total                                 | 193       | 100,0%  |

Tabela 5-Rendimento mensal

|   | Frequency | Percent |
|---|-----------|---------|
| Não tem rendimento                              | 79        | 40,9%   |
| Menos de trinta mil escudos                     | 88        | 45,6%   |
| De trinta, a quarenta e cinco mil escudos       | 13        | 6,7%    |
| De quarenta e seis, a sessenta mil escudos      | 5         | 2,6%    |
| De sessenta e um, a setenta e cinco mil escudos | 3         | 1,6%    |
| De setenta e seis, a noventa mil escudos        | 1         | ,5%     |
| De noventa e um mil escudos e mais              | 4         | 2,1%    |
| Total   | 193       | 100,0%  |

Tabela 6-Sexo/ Foi vítima de algum crime

|           | Foi vítima de algum crime |             | Total         |
|-----------|---------------------------|-------------|---------------|
|           | Sim                       | Não         |               |
| Masculino | 30<br>25,4%               | 88<br>74,6% | 118<br>100,0% |
| Feminino  | 13<br>17,3%               | 62<br>82,7% | 75<br>100,0%  |

Tabela 7-Foi vítima de algum crime / Tipo de crime sofrido

|                           | Tipo de crime sofrido  |                           | Total        |
|---------------------------|------------------------|---------------------------|--------------|
|                           | "Crime contra pessoas" | "Crime contra patrimônio" |              |
| Foi vítima de algum crime | 15<br>34,9%            | 28<br>65,1%               | 43<br>100,0% |
| Total                     | 15<br>34,9%            | 28<br>65,1%               | 43<br>100,0% |

Tabela 8-Tipo de crime sofrido / Quantidade de agressores

|                       |                           |  | Quantidade de agressores |       |       |       |      |      |      |      | Total |        |
|-----------------------|---------------------------|--|--------------------------|-------|-------|-------|------|------|------|------|-------|--------|
|                       |                           |  | 1                        | 2     | 3     | 4     | 5    | 6    | 7    | 15   |       | 20     |
| Tipo de crime sofrido | "Crime contra pessoas"    |  | 5                        | 2     | 3     | 1     | 1    | 1    | 0    | 1    | 1     | 15     |
|                       |                           |  | 33,3%                    | 13,3% | 20,0% | 6,7%  | 6,7% | 6,7% | 0,0% | 6,7% | 6,7%  | 100,0% |
|                       | "Crime contra patrimônio" |  | 12                       | 9     | 2     | 3     | 1    | 0    | 1    | 0    | 0     | 28     |
|                       |                           |  | 42,9%                    | 32,1% | 7,1%  | 10,7% | 3,6% | 0,0% | 3,6% | 0,0% | 0,0%  | 100,0% |
| Total                 |                           |  | 17                       | 11    | 5     | 4     | 2    | 1    | 1    | 1    | 1     | 43     |
|                       |                           |  | 39,5%                    | 25,6% | 11,6% | 9,3%  | 4,7% | 2,3% | 2,3% | 2,3% | 2,3%  | 100,0% |

Tabela 9-Tipo de crime sofrido / Houve violência

|                           | Houve violência |       | Total  |
|---------------------------|-----------------|-------|--------|
|                           | Sim             | Não   |        |
| "Crime contra pessoas"    | 12              | 3     | 15     |
| Tipo de crime sofrido     | 80,0%           | 20,0% | 100,0% |
| "Crime contra patrimônio" | 16              | 12    | 28     |
|                           | 57,1%           | 42,9% | 100,0% |
| Total                     | 28              | 15    | 43     |
|                           | 65,1%           | 34,9% | 100,0% |

Tabela 10-Tipo de crime sofrido / Conhecia o (s) agressor(es)

|                           | Conhecia o (s) agressor (es) |       | Total  |
|---------------------------|------------------------------|-------|--------|
|                           | Sim                          | Não   |        |
| "Crime contra pessoas"    | 9                            | 6     | 15     |
| Tipo de crime sofrido     | 60,0%                        | 40,0% | 100,0% |
| "Crime contra patrimônio" | 7                            | 21    | 28     |
|                           | 25,0%                        | 75,0% | 100,0% |
| Total                     | 16                           | 27    | 43     |
|                           | 37,2%                        | 62,8% | 100,0% |

Tabela 11-Tipo de crime sofrido / Qual a sua relação com o agressor

|                       |                           | Qual a sua relação com o agressor |            |                   |            | Total        |
|-----------------------|---------------------------|-----------------------------------|------------|-------------------|------------|--------------|
|                       |                           | "Membro da família"               | Vizinho    | Morador do bairro | "NS/NR"    |              |
| Tipo de crime sofrido | "Crime contra pessoas"    | 1<br>11,1%                        | 0<br>0,0%  | 3<br>33,3%        | 5<br>55,6% | 9<br>100,0%  |
|                       | "Crime contra patrimônio" | 2<br>28,6%                        | 1<br>14,3% | 2<br>28,6%        | 2<br>28,6% | 7<br>100,0%  |
| Total                 |                           | 3<br>18,8%                        | 1<br>6,2%  | 5<br>31,2%        | 7<br>43,8% | 16<br>100,0% |

Tabela 12-Factores que contribuíram para o ocorrido

|   |                             | Responses |         | Percent of Cases |
|---|-----------------------------|-----------|---------|------------------|
|   |                             | N         | Percent |                  |
| Factores que contribuíram para o ocorrido | Falta de iluminação pública | 5         | 11,6%   | 11,6%            |
|   | Falta de policiamento       | 9         | 20,9%   | 20,9%            |
|   | Falta de ocupação de jovens | 13        | 30,2%   | 30,2%            |
|   | Outros por vontade própria  | 16        | 37,2%   | 37,2%            |
| Total                                     |                             | 43        | 100,0%  | 100,0%           |

Tabela 13-Tipo de policiamento

|                    | Frequency | Percent | Valid Percent |
|--------------------|-----------|---------|---------------|
| Ronda motorizada   | 1         | ,5      | 11,1          |
| Patrulhamento a pé | 6         | 3,1     | 66,7          |
| Base fixa          | 2         | 1,0     | 22,2          |
| Total              | 9         | 4,7     | 100,0         |

Tabela 14-Tipo de crime sofrido / Locomoção utilizado pelo (s) agressor (es)

|                       |                           | Locomoção utilizado pelo(s) agressor(es) |       |       | Total  |
|-----------------------|---------------------------|--|-------|-------|--------|
|                       |                           | A pé                                     | Carro | NS/NR |        |
| Tipo de crime sofrido | "Crime contra pessoas"    | 13                                       | 2     | 0     | 15     |
|                       |                           | 86,7%                                    | 13,3% | 0,0%  | 100,0% |
|                       | "Crime contra patrimônio" | 24                                       | 3     | 1     | 28     |
|                       |                           | 85,7%                                    | 10,7% | 3,6%  | 100,0% |
| Total                 |                           | 37                                       | 5     | 1     | 43     |
|                       |                           | 86,0%                                    | 11,6% | 2,3%  | 100,0% |

Tabela 15-Tipo de crime sofrido / Arma utilizada

|                       |                           | Arma utilizada |             |              |                | Total  |
|-----------------------|---------------------------|----------------|-------------|--------------|----------------|--------|
|                       |                           | Sem arma       | Arma branca | Arma de fogo | Pedra/ garrafa |        |
| Tipo de crime sofrido | "Crime contra pessoas"    | 5              | 7           | 0            | 3              | 15     |
|                       |                           | 33,3%          | 46,7%       | 0,0%         | 20,0%          | 100,0% |
|                       | "Crime contra patrimônio" | 12             | 11          | 3            | 2              | 28     |
|                       |                           | 42,9%          | 39,3%       | 10,7%        | 7,1%           | 100,0% |
| Total                 |                           | 17             | 18          | 3            | 5              | 43     |
|                       |                           | 39,5%          | 41,9%       | 7,0%         | 11,6%          | 100,0% |

Tabela 16-Tipo de crime sofrido / Dia de semana

|                       |                           | Dia de semana |               |             |              |              |             |        | Total         |
|-----------------------|---------------------------|---------------|---------------|-------------|--------------|--------------|-------------|--------|---------------|
|                       |                           | Domingo       | Segunda-feira | Terça-feira | Quarta-feira | Quinta-feira | Sexta-feira | Sábado | Não se lembra |
| Tipo de crime sofrido | "Crime contra pessoas"    | 2             | 1             | 0           | 0            | 0            | 4           | 3      | 5             |
|                       |                           | 13,3%         | 6,7%          | 0,0%        | 0,0%         | 0,0%         | 26,7%       | 20,0%  | 33,3%         |
|                       | "Crime contra patrimônio" | 0             | 3             | 1           | 3            | 1            | 3           | 7      | 10            |
|                       |                           | 0,0%          | 10,7%         | 3,6%        | 10,7%        | 3,6%         | 10,7%       | 25,0%  | 35,7%         |
| Total                 |                           | 2             | 4             | 1           | 3            | 1            | 7           | 10     | 15            |
|                       |                           | 4,7%          | 9,3%          | 2,3%        | 7,0%         | 2,3%         | 16,3%       | 23,3%  | 34,9%         |



Tabela 17-Tipo de crime sofrido / Horário

|                       |                           | Horário    |            |             |             | Total        |
|-----------------------|---------------------------|------------|------------|-------------|-------------|--------------|
|                       |                           | Madrugada  | Manhã      | Tarde       | Noite       |              |
| Tipo de crime sofrido | "Crime contra pessoas"    | 3<br>20,0% | 2<br>13,3% | 3<br>20,0%  | 7<br>46,7%  | 15<br>100,0% |
|                       | "Crime contra patrimônio" | 4<br>14,3% | 2<br>7,1%  | 12<br>42,9% | 10<br>35,7% | 28<br>100,0% |
| Total                 |                           | 7<br>16,3% | 4<br>9,3%  | 15<br>34,9% | 17<br>39,5% | 43<br>100,0% |

Tabela 18-Tipo de crime sofrido / Pediu auxílio policial

|                       |                           | Pediu auxílio policial |             | Total        |
|-----------------------|---------------------------|------------------------|-------------|--------------|
|                       |                           | Sim                    | Não         |              |
| Tipo de crime sofrido | "Crime contra pessoas"    | 7<br>46,7%             | 8<br>53,3%  | 15<br>100,0% |
|                       | "Crime contra patrimônio" | 15<br>53,6%            | 13<br>46,4% | 28<br>100,0% |
| Total                 |                           | 22<br>51,2%            | 21<br>48,8% | 43<br>100,0% |

Tabela 19-Tipo de crime sofrido / Onde pediu o auxílio

|                              | Onde pediu o auxílio      |                             | Total        |
|------------------------------|---------------------------|-----------------------------|--------------|
|                              | Emergência de<br>PN (132) | Serviço de<br>Piquete da PJ |              |
| "Crime contra<br>pessoas"    | 6<br>85,7%                | 1<br>14,3%                  | 7<br>100,0%  |
| "Crime contra<br>patrimônio" | 12<br>80,0%               | 3<br>20,0%                  | 15<br>100,0% |
| Total                        | 18<br>81,8%               | 4<br>18,2%                  | 22<br>100,0% |

Tabela 20-Tipo de crime sofrido / Denunciou o caso as autoridades policiais

|                              | Denunciou o caso as<br>autoridades policiais |             | Total        |
|------------------------------|--|-------------|--------------|
|                              | Sim  | Não         |              |
| "Crime contra pessoas"       | 10<br>66,7%                                  | 5<br>33,3%  | 15<br>100,0% |
| "Crime contra<br>patrimônio" | 15<br>53,6%                                  | 13<br>46,4% | 28<br>100,0% |
| Total                        | 25<br>58,1%                                  | 18<br>41,9% | 43<br>100,0% |

Tabela 21-Tipo de crime sofrido / Onde que a denúncia foi realizada

|                       | Onde que a denuncia foi realizada |                                     |                            |            | Total      |              |
|-----------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|----------------------------|------------|------------|--------------|
|                       | Esquadra<br>policial (PN)         | Banco de<br>Urgência do<br>Hospital | Piquete de<br>serviço (PJ) | Outro      |            |              |
| Tipo de crime sofrido | "Crime contra<br>pessoas"         | 6<br>60,0%                          | 3<br>30,0%                 | 0<br>0,0%  | 1<br>10,0% | 10<br>100,0% |
|                       | "Crime contra<br>patrimônio"      | 10<br>66,7%                         | 2<br>13,3%                 | 3<br>20,0% | 0<br>0,0%  | 15<br>100,0% |
| Total                 |                                   | 16<br>64,0%                         | 5<br>20,0%                 | 3<br>12,0% | 1<br>4,0%  | 25<br>100,0% |

Tabela 22-Tipo de crime sofrido / Porque não denunciou o caso

|                       |                           | Porque não denunciou o caso                  |                          |                   |                            | Total        |
|-----------------------|---------------------------|--|--------------------------|-------------------|----------------------------|--------------|
|                       |                           | Não havia esquadra próxima do local do crime | Apenas comunicou a PN/PJ | Não resolvia nada | Alguém já tinha denunciado |              |
| Tipo de crime sofrido | "Crime contra pessoas"    | 0<br>0,0%                                    | 0<br>0,0%                | 5<br>100,0%       | 0<br>0,0%                  | 5<br>100,0%  |
|                       | "Crime contra patrimônio" | 2<br>14,3%                                   | 2<br>14,3%               | 8<br>57,1%        | 2<br>14,3%                 | 14<br>100,0% |
| Total                 |                           | 2<br>10,5%                                   | 2<br>10,5%               | 13<br>68,4%       | 2<br>10,5%                 | 19<br>100,0% |

Tabela 23-Presenciou algum crime / Tipo de crime presenciado

|                        | Tipo de crime presenciado |                         | Total        |
|------------------------|---------------------------|-------------------------|--------------|
|                        | Crime contra pessoas      | Crime contra património |              |
| Presenciou algum crime | 32<br>65,3%               | 17<br>34,7%             | 49<br>100,0% |
| Total                  | 32<br>65,3%               | 17<br>34,7%             | 49<br>100,0% |

Tabela 24-Tipo de crime presenciado / Quantidade de agressores

|                           |                         |  | Quantidade de agressores |       |       |       |      |      |       |      |      | Total |        |
|---------------------------|-------------------------|--|--------------------------|-------|-------|-------|------|------|-------|------|------|-------|--------|
|                           |                         |  | 1                        | 2     | 3     | 4     | 5    | 6    | 10    | 12   | 15   |       | 30     |
| Tipo de crime presenciado | Crime contra pessoas    |  | 11                       | 6     | 1     | 0     | 3    | 1    | 5     | 1    | 3    | 1     | 32     |
|                           |                         |  | 34,4%                    | 18,8% | 3,1%  | 0,0%  | 9,4% | 3,1% | 15,6% | 3,1% | 9,4% | 3,1%  | 100,0% |
|                           | Crime contra patrimônio |  | 2                        | 7     | 2     | 4     | 1    | 1    | 0     | 0    | 0    | 0     | 17     |
|                           |                         |  | 11,8%                    | 41,2% | 11,8% | 23,5% | 5,9% | 5,9% | 0,0%  | 0,0% | 0,0% | 0,0%  | 100,0% |
| Total                     |                         |  | 13                       | 13    | 3     | 4     | 4    | 2    | 5     | 1    | 3    | 1     | 49     |
|                           |                         |  | 26,5%                    | 26,5% | 6,1%  | 8,2%  | 8,2% | 4,1% | 10,2% | 2,0% | 6,1% | 2,0%  | 100,0% |

Tabela 25-Tipo de crime presenciado / Houve violência

|                           |                         |  | Houve violência |       | Total  |
|---------------------------|-------------------------|--|-----------------|-------|--------|
|                           |                         |  | Sim             | Não   |        |
| Tipo de crime presenciado | Crime contra pessoas    |  | 31              | 1     | 32     |
|                           |                         |  | 96,9%           | 3,1%  | 100,0% |
|                           | Crime contra patrimônio |  | 12              | 5     | 17     |
|                           |                         |  | 70,6%           | 29,4% | 100,0% |
| Total                     |                         |  | 43              | 6     | 49     |
|                           |                         |  | 87,8%           | 12,2% | 100,0% |

Tabela 26-Tipo de crime presenciado / Conhecia o(s) acusado(s)

|                           |                         | Conhecia o (s) acusado (s) |             | Total        |
|---------------------------|-------------------------|----------------------------|-------------|--------------|
|                           |                         | Sim                        | Não         |              |
| Tipo de crime presenciado | Crime contra pessoas    | 20<br>62,5%                | 12<br>37,5% | 32<br>100,0% |
|                           | Crime contra patrimônio | 5<br>29,4%                 | 12<br>70,6% | 17<br>100,0% |
| Total                     |                         | 25<br>51,0%                | 24<br>49,0% | 49<br>100,0% |

Tabela 27-Tipo de crime presenciado / Qual é a sua relação com o (s) acusado (s)

|                           |                         | Qual é a sua relação com o (s) acusado (s) |                   |            | Total        |
|---------------------------|-------------------------|--|-------------------|------------|--------------|
|                           |                         | Vizinho                                    | Morador do bairro | NS/NR      |              |
| Tipo de crime presenciado | Crime contra pessoas    | 4<br>20,0%                                 | 13<br>65,0%       | 3<br>15,0% | 20<br>100,0% |
|                           | Crime contra patrimônio | 1<br>20,0%                                 | 3<br>60,0%        | 1<br>20,0% | 5<br>100,0%  |
| Total                     |                         | 5<br>20,0%                                 | 16<br>64,0%       | 4<br>16,0% | 25<br>100,0% |

Tabela 28-Fatores você acha que contribuíram para o ocorrido

|                             | Responses |         |
|-----------------------------|-----------|---------|
|                             | N         | Percent |
| Falta de iluminação pública | 2         | 4,1%    |
| Falta de policiamento       | 9         | 18,4%   |
| Falta de ocupação de jovens | 14        | 28,6%   |
| Outros por vontade própria  | 24        | 49,0%   |
| Total                       | 49        | 100,0%  |

Tabela 29-Tipos de policiamento

|                    | Frequency | Percent | Valid Percent |
|--------------------|-----------|---------|---------------|
| Ronda motorizada   | 1         | ,5      | 11,1          |
| Patrulhamento a pé | 4         | 2,1     | 44,4          |
| Base fixa          | 4         | 2,1     | 44,4          |
| Total              | 9         | 4,7     | 100,0         |

Tabela 30-Tipo de crime presenciado / Tipo de locomoção utilizado pelo agressor

|                           |                         |  | Tipo de locomoção utilizado pelo agressor |               |       | Total  |
|---------------------------|-------------------------|--|---|---------------|-------|--------|
|                           |                         |  | A pé                                      | Veículo motor | Carro |        |
| Tipo de crime presenciado | Crime contra pessoas    |  | 31  | 0             | 1     | 32     |
|                           |                         |  | 96,9%                                     | 0,0%          | 3,1%  | 100,0% |
|                           | Crime contra patrimônio |  | 15  | 1             | 1     | 17     |
|                           |                         |  | 88,2%                                     | 5,9%          | 5,9%  | 100,0% |
| Total                     |                         |  | 46  | 1             | 2     | 49     |
|                           |                         |  | 93,9%                                     | 2,0%          | 4,1%  | 100,0% |

Tabela 31-Tipo de crime presenciado / Tipo de arma utilizada

|                           |                         |  | Tipo de arma utilizada |             |              |               | Total  |
|---------------------------|-------------------------|--|------------------------|-------------|--------------|---------------|--------|
|                           |                         |  | Sem arma               | Arma branca | Arma de fogo | Pedra/garrafa |        |
| Tipo de crime presenciado | Crime contra pessoas    |  | 10                     | 7           | 1            | 14            | 32     |
|                           |                         |  | 31,2%                  | 21,9%       | 3,1%         | 43,8%         | 100,0% |
|                           | Crime contra patrimônio |  | 6                      | 8           | 0            | 3             | 17     |
|                           |                         |  | 35,3%                  | 47,1%       | 0,0%         | 17,6%         | 100,0% |
| Total                     |                         |  | 16                     | 15          | 1            | 17            | 49     |
|                           |                         |  | 32,7%                  | 30,6%       | 2,0%         | 34,7%         | 100,0% |

Tabela 32-Tipo de crime presenciado / Dia de semana



|                           |                         |  | Dia de semana |               |             |              |             |            |               | Total        |
|---------------------------|-------------------------|--|---------------|---------------|-------------|--------------|-------------|------------|---------------|--------------|
|                           |                         |  | Domingo       | Segunda-feira | Terça-feira | Quinta-feira | Sexta-feira | Sábado     | Não se lembra |              |
| Tipo de crime presenciado | Crime contra pessoas    |  | 1<br>3,1%     | 2<br>6,2%     | 0<br>0,0%   | 1<br>3,1%    | 2<br>6,2%   | 8<br>25,0% | 18<br>56,2%   | 32<br>100,0% |
|                           | Crime contra património |  | 2<br>11,8%    | 0<br>0,0%     | 1<br>5,9%   | 0<br>0,0%    | 2<br>11,8%  | 7<br>41,2% | 5<br>29,4%    | 17<br>100,0% |
| Total                     |                         |  |               | 2             | 1           | 1            | 4           | 15         | 23            | 49           |
|                           |                         |  |               |               | 2,0%        | 2,0%         | 8,2%        | 30,6%      | 46,9%         | 100,0%       |

Tabela 33-Tipo de crime presenciado / Horário

|                           |                         |  | Horário    |            |            |             | Total        |
|---------------------------|-------------------------|--|------------|------------|------------|-------------|--------------|
|                           |                         |  | Madrugada  | Manhã      | Tarde      | Noite       |              |
| Tipo de crime presenciado | Crime contra pessoas    |  | 3<br>9,4%  | 3<br>9,4%  | 8<br>25,0% | 18<br>56,2% | 32<br>100,0% |
|                           | Crime contra património |  | 5<br>29,4% | 2<br>11,8% | 5<br>29,4% | 5<br>29,4%  | 17<br>100,0% |
| Total                     |                         |  | 8          | 5          | 13         | 23          | 49           |
|                           |                         |  | 16,3%      | 10,2%      | 26,5%      | 46,9%       | 100,0%       |

Tabela 34-Tipo de crime presenciado / Pediu auxílio policial

|                           |                         | Pediu auxílio policial |             | Total        |
|---------------------------|-------------------------|------------------------|-------------|--------------|
|                           |                         | Sim                    | Não         |              |
| Tipo de crime presenciado | Crime contra pessoas    | 12<br>37,5%            | 20<br>62,5% | 32<br>100,0% |
|                           | Crime contra patrimônio | 5<br>29,4%             | 12<br>70,6% | 17<br>100,0% |
| Total                     |                         | 17<br>34,7%            | 32<br>65,3% | 49<br>100,0% |

Tabela 35-Tipo de crime presenciado / Onde pediu o auxílio

|                           |                         | Onde pediu o auxílio   | Total        |
|---------------------------|-------------------------|------------------------|--------------|
|                           |                         | Emergência<br>PN (132) |              |
| Tipo de crime presenciado | Crime contra pessoas    | 12<br>100,0%           | 12<br>100,0% |
|                           | Crime contra patrimônio | 5<br>100,0%            | 5<br>100,0%  |
| Total                     |                         | 17<br>100,0%           | 17<br>100,0% |

Tabela 36-Tipo de crime presenciado / Denunciou o caso às autoridades policiais

|                           |                         | Denunciou o caso às autoridades policiais |             | Total        |
|---------------------------|-------------------------|---|-------------|--------------|
|                           |                         | Sim                                       | Não         |              |
| Tipo de crime presenciado | Crime contra pessoas    | 3<br>9,4%                                 | 29<br>90,6% | 32<br>100,0% |
|                           | Crime contra patrimônio | 2<br>11,8%                                | 15<br>88,2% | 17<br>100,0% |
| Total                     |                         | 5<br>10,2%                                | 44<br>89,8% | 49<br>100,0% |

Tabela 37-Tipo de crime presenciado / Onde é que a denúncia foi realizada

|                           |                         | Onde é que a denúncia foi realizada | Total       |
|---------------------------|-------------------------|-------------------------------------|-------------|
|                           |                         | Esquadra policial (PN)              |             |
| Tipo de crime presenciado | Crime contra pessoas    | 3<br>100,0%                         | 3<br>100,0% |
|                           | Crime contra patrimônio | 2<br>100,0%                         | 2<br>100,0% |
| Total                     |                         | 5<br>100,0%                         | 5<br>100,0% |

Tabela 38-Tipo de crime presenciado / Por que motivo não denunciou o caso

|                           |                         | Por que motivo não denunciou o caso       |  |                          |                   |                            | Total        |
|---------------------------|-------------------------|---|--|--------------------------|-------------------|----------------------------|--------------|
|                           |                         | Medo de represálias por parte do agressor | Não havia esquadra próxima do local do crime | Apenas comunicou a PN/PJ | Não resolvia nada | Alguém já tinha denunciado |              |
| Tipo de crime presenciado | Crime contra pessoas    | 3<br>10,3%                                | 1<br>3,4%                                    | 2<br>6,9%                | 16<br>55,2%       | 7<br>24,1%                 | 29<br>100,0% |
|                           | Crime contra patrimônio | 2<br>13,3%                                | 1<br>6,7%                                    | 0<br>0,0%                | 6<br>40,0%        | 6<br>40,0%                 | 15<br>100,0% |
| Total                     |                         | 5<br>11,4%                                | 2<br>4,5%                                    | 2<br>4,5%                | 22<br>50,0%       | 13<br>29,5%                | 44<br>100,0% |

Tabela 39-Atuação da polícia no bairro de residência comparada com os anos anteriores

|             | Frequency | Percent | Valid Percent |
|-------------|-----------|---------|---------------|
| Melhor      | 111       | 57,5    | 57,5          |
| Não alterou | 59        | 30,6    | 30,6          |
| Pior        | 23        | 11,9    | 11,9          |
| Total       | 193       | 100,0   | 100,0         |

Tabela 40-Como você considera o atendimento da polícia nacional

|         | Frequency | Percent | Valid Percent |
|---------|-----------|---------|---------------|
| Péssimo | 13        | 6,7     | 6,7           |
| Ruim    | 16        | 8,3     | 8,3           |
| Regular | 112       | 58,0    | 58,0          |
| Bom     | 51        | 26,4    | 26,4          |
| Ótimo   | 1         | ,5      | ,5            |
| Total   | 193       | 100,0   | 100,0         |

Tabela 41-Como você considera o atendimento da Policia Judiciaria

|         | Frequency | Percent | Valid Percent |
|---------|-----------|---------|---------------|
| Péssimo | 9         | 4,7     | 4,7           |
| Ruim    | 9         | 4,7     | 4,7           |
| Regular | 118       | 61,1    | 61,1          |
| Bom     | 56        | 29,6    | 29,0          |
| Ótimo   | 1         | ,5      | ,5            |
| Total   | 193       | 100,0   | 100,0         |

Tabela 42-Fatores que influência a criminalidade/ nível de influência

|   |   | Total fatores       |                        |                 | Total         |
|---|---|---------------------|------------------------|-----------------|---------------|
|   |   | Baixa<br>Influência | Influência<br>Moderada | Alta Influencia |               |
| Fatores que contribuem para criminalidade | Como contribuiu a falta de iluminação pública     | 5<br>4,8%           | 5<br>4,8%              | 0<br>,0%        | 10<br>9,6%    |
|   | Como contribuiu a falta de pavimentação nas ruas  | 9<br>8,7%           | 10<br>9,6%             | 0<br>,0%        | 19<br>18,3%   |
|   | Como contribuiu a falta de Escolas                | 10<br>9,6%          | 10<br>9,6%             | 1<br>1,0%       | 21<br>20,2%   |
|   | Como contribuiu a falta de área de lazer          | 7<br>6,7%           | 15<br>14,4%            | 2<br>1,9%       | 24<br>23,1%   |
|   | Como contribuiu falta de posto de Saúde           | 10<br>9,6%          | 18<br>17,3%            | 4<br>3,8%       | 32<br>30,8%   |
|   | Como contribuiu falta de policiamento (Ronda)     | 8<br>7,7%           | 5<br>4,8%              | 0<br>,0%        | 13<br>12,5%   |
|   | Como contribuiu falta de policiamento (base fixa) | 12<br>11,5%         | 10<br>9,6%             | 1<br>1,0%       | 23<br>22,1%   |
|   | Como contribuiu falta de recolha de lixo          | 8<br>7,7%           | 11<br>10,6%            | 0<br>,0%        | 19<br>18,3%   |
|   | Como contribuiu falta de emprego                  | 18<br>17,3%         | 32<br>30,8%            | 7<br>6,7%       | 57<br>54,8%   |
|   | Total   | 28<br>26,9%         | 64<br>61,5%            | 12<br>11,5%     | 104<br>100,0% |